



Crefito5

Conselho Regional
de Fisioterapia
e Terapia Ocupacional

CONCORRÊNCIA 90001/2026

CONTRATANTE (UASG) 928000 – CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 5ª REGIÃO – CREFITO-5

OBJETO: Contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO R\$ 280.000,08

DATA DA SESSÃO PÚBLICA Dia **22/04/2026** às **10h** (horário de Brasília)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA Sede do Crefito-5: Av. Palmeira, nº 27, conjunto nº 403, bairro Petrópolis, Porto Alegre/RS.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Técnica e preço

MODO DE DISPUTA: Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS NÃO



Crefito5

Conselho Regional
de Fisioterapia
e Terapia Ocupacional

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 5ª REG. – CREFITO-5

CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026

(Processo Administrativo nº 200/2025)

Torna-se público que o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região – CREFITO-5, por meio do setor responsável pelas licitações, sediado na Av. Palmeira, nº 27, conjunto nº 403, bairro Petrópolis, no Município de Porto Alegre/RS, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA na forma PRESENCIAL, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente concorrência é a contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. Os serviços serão realizados na forma de execução indireta, sob a égide das Leis nº 12.232, de 2010 e nº 14.133, de 2021, mediante aplicação, de forma subsidiária das Leis nº 4.680, de 1965.

1.4. Aplicam-se também a esta concorrência o Decreto nº 57690, de 1966, o Decreto nº 4.563, de 2002, e as disposições deste Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação.

2.2. Para este objeto, a participação não é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.4. Não poderão disputar esta licitação:

I - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

II - sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

III - sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

IV - empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

V - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

VI - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador,



acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

VII - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

VIII - O impedimento de que trata este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

IX - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

X - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;

XI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

XII - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

XIII - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

XIV - A vedação de que trata este item estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens V - e VI - poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.7. Para a análise das condições de participação das licitantes, também serão realizadas consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CADIN), considerando o disposto no Acórdão nº 1.793, de 2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU e no art. 91, § 4º, da Lei 14.133, de 2021.

2.8. Nenhum licitante poderá participar desta concorrência com mais de uma proposta.

2.9. A participação na presente concorrência implica, tacitamente, para a licitante:

2.9.1. a confirmação de que recebeu da Comissão de Licitação o invólucro padronizado (e dispositivo



de mídia) previstos no subitem 7.5.1 e as informações necessárias ao cumprimento desta concorrência;

2.9.2.a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital; e a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

2.10. A licitante assume todos os custos de elaboração e apresentação das Propostas Técnicas e de Preços e dos Documentos de Habilitação exigidos nesta concorrência, não sendo o CREFITO-5, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do presente processo licitatório.

3. DA RETIRADA DO EDITAL

3.1. Este Edital será fornecido pelo CREFITO-5 de forma gratuita, podendo ser retirado por meio do site www.crefito5.org.br ou pelo e-mail licitacao@crefito5.org.br.

3.2. O interessado em participar desta licitação obriga-se a acompanhar no Diário Oficial da União, o site eletrônico do CREFITO-5, citado no subitem anterior, eventuais alterações ou informações sobre esta concorrência.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados exclusivamente mediante solicitação por escrito, a serem enviados para o e-mail: licitacao@crefito5.org.br.

4.4. A impugnação e os pedidos de esclarecimentos serão respondidos exclusivamente mediante divulgação na internet por meio do Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP e do site do CREFITO-5.

4.5. A licitante não deve utilizar da impugnação ou do esclarecimento de qualquer termo que possibilite a identificação de sua Proposta Técnica, referente ao invólucro do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada.

4.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

4.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

4.9. Às licitantes interessadas cabem acessar assiduamente os referidos endereços eletrônicos para tomarem conhecimento das respostas, mantendo-se atualizadas sobre os esclarecimentos referentes a este Edital.

5. DO CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES



5.1. Para participar deste certame, o representante da licitante apresentará à Comissão de Licitação documento que o concede poderes para credenciamento, juntamente com seu documento de identidade, na sessão programada para a entrega dos invólucros com as Propostas Técnica e de Preços.

5.2. A ausência do documento hábil de representação não impedirá representante de presenciar a licitação, mas ele ficará impedido de praticar qualquer ato durante o procedimento licitatório.

5.3. A documentação apresentada na primeira sessão de recepção e abertura das Propostas credencia o representante participar das demais sessões. Na hipótese de sua substituição no decorrer do processo licitatório, deverá ser apresentado novo credenciamento.

5.4. Caso a licitante não deseje se fazer representar nas sessões de recepção e abertura, deverá encaminhar as Propostas Técnicas e de Preços por meio de portador. Nesse caso, o portador deverá efetuar a entrega dos invólucros diretamente à Comissão Especial de Licitação, na data, hora e local indicados.

6. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. As Propostas Técnicas e de Preços das licitantes deverão ser entregues à Comissão de Licitação em 04 (quatro) invólucros distintos e separados, conforme disposto nos item 7 deste Edital.

6.2. O invólucro que contém os documentos de Habilitação será entregue pelas licitantes classificadas na quarta sessão, a ser marcada exclusivamente para este fim.

6.3. Os quatro invólucros com as Propostas Técnica e de Preços serão recebidos na data, horário e local indicados abaixo:

a) Data: 22/04/2026;

b) Horário: 10h (dez) – Horário de Brasília;

c) Local: Sede do CREFITO-5: Av. Palmeira, nº 27, conjunto nº 403, bairro Petrópolis, Porto Alegre/RS.

6.4. Se não houver expediente nessa data ou ocorrer qualquer imprevisto, a Comissão Especial de Licitação divulgará o respectivo aviso prévio, os invólucros serão recebidos no primeiro dia útil subsequente.

7. DA ENTREGA DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇOS

7.1. As propostas técnicas e de preços deverão ser entregues à Comissão Especial de Licitação no dia, horário e local designados no item 6.3 deste Edital.

7.2. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.

7.3. As orientações e regras para apresentação das propostas técnicas e de preços e os seus critérios de julgamento estão disponibilizados em anexo próprio deste Edital (Termo de Referência).

7.4. A Proposta Técnica deverá ser entregue à Comissão Especial de Licitação acondicionada nos Invólucros nº 1, nº 2 e nº 3, conforme devidamente especificado abaixo.

Invólucro nº 01 – Proposta não identificada (apócrifa)

7.5. No Invólucro nº 1 deverá estar acondicionado o Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada (apócrifa).



7.6. Só será aceito o Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada que estiver acondicionado no invólucro padronizado, fornecido pela Comissão Especial de Licitação, a ser retirado, exclusivamente, pela agência que o solicitar formalmente no Setor de Licitações, na sede do CREFITO-5, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 17h00min.

7.7. O Invólucro nº 1 deverá estar sem fechamento e sem rubrica, para preservar, até a abertura do Invólucro nº 2, o sigilo quanto à sua autoria.

7.8. O Invólucro nº 1 não poderá:

- a) Ter qualquer identificação;
- b) Apresentar informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante;
- c) Estar danificado ou deformado pelas peças, pelos materiais e demais documentos nele acondicionados, de modo a possibilitar a identificação da licitante;
- d) Caso a licitante decida pelo uso de arquivos eletrônicos em seu Plano de Comunicação, é obrigatório o uso do pen drive disponibilizado pelo CREFITO-5, sob pena de desclassificação.

Invólucro nº 02 – Proposta identificada

7.9. No Invólucro nº 2 deverá estar acondicionado o Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada.

7.9.1. O Invólucro nº 2 deverá estar fechado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

Invólucro nº 2

Concorrência Crefito-5 nº 90001/2026

(Nome empresarial e CNPJ da Licitante)

Proposta Técnica: Plano de Comunicação Publicitária –
Via Identificada

7.9.2. O Invólucro nº 2 deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável quanto às informações de que trata, até sua abertura.

Invólucro nº 03 – Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos

7.10. No Invólucro nº 3 deverão estar acondicionados a Capacidade de Atendimento, o Repertório e os Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.

7.10.1. O Invólucro nº 3 deverá estar fechado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

Invólucro nº 3

Concorrência Crefito-5 nº 90001/2026

(Nome empresarial e CNPJ da Licitante)

Proposta Técnica: Capacidade de Atendimento,
Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de
Comunicação

7.10.2. O Invólucro nº 3 deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de



embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável quanto às informações de que trata, até sua abertura.

7.10.3. O Invólucro nº 3 não poderá ter informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que consta do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, que possibilite a identificação da autoria deste, antes da abertura do Invólucro nº 2.

Invólucro nº 04 – Proposta de Preços

7.11. No Invólucro nº 4 deverá estar acondicionada a Proposta de Preços das licitantes.

7.12. O Invólucro nº 4 deverá estar fechado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

Invólucro nº 4

Concorrência Crefito-5 nº 90001/2026

(Nome empresarial e CNPJ da Licitante)

Proposta de Preços

7.13. O invólucro nº 4 deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável quanto às informações de que trata, até sua abertura.

8. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.9. Os Documentos de Habilitação deverão ser entregues à Comissão de Licitação pelas licitantes classificadas no julgamento final das Propostas Técnicas e de Preços, no dia, hora e local que serão estabelecidos em convocação de sessão específica para esse fim.

8.10. As licitantes classificadas devem apresentar os Documentos de Habilitação na referida sessão.

Invólucro nº 05 – Documentos de Habilitação

8.11. Os Documentos de Habilitação deverão ser entregues acondicionados no Invólucro nº 5, que deverá estar fechado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

Invólucro nº 5

Concorrência Crefito-5 nº 90001/2026

(Nome empresarial e CNPJ da Licitante)

Documentos de Habilitação

8.12. O Invólucro nº 5 deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

8.13. Os Documentos de Habilitação deverão ter todas as suas páginas rubricadas por representante legal da licitante e ser apresentados, alternativamente:

- a) em original;
- b) sob a forma de publicação em órgão da imprensa oficial;
- c) em cópia autenticada por cartório competente, quando a lei assim o exigir ou por certidões expedidas por sistemas mantidos pela Administração Pública;



d) em cópia não autenticada, desde que seja exibido o original, para conferência pela Comissão de Licitação, no ato da abertura dos invólucros com os documentos de habilitação;

e) em cópia simples, desde que seja cumprida a exigência do art. 12, IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os Documentos de Habilitação deverão ser acondicionados em caderno específico, com suas páginas numeradas sequencialmente, na ordem em que figuram neste Edital.

8.15. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.17. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.18. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.19. O licitante deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.20. A verificação da habilitação pela Comissão de Licitação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.21. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Comissão de Licitação examinará as propostas do licitante subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de propostas que atenda ao presente edital.

8.23. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação.

8.24. Para se habilitar, a licitante deverá apresentar a documentação na forma prevista dos subitens a seguir:

8.25. Habilitação Jurídica:

I - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, em se tratando de sociedades comerciais, devidamente registrado e acompanhado de documentos de prova de seus administradores. Os documentos mencionados neste subitem deverão estar acompanhados de suas alterações ou da respectiva consolidação e deles deverá constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades



da mesma natureza ou compatível com o objeto desta concorrência;

II - Inscrição do ato constitutivo em cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da administração em exercício. O documento mencionado neste subitem deverá estar acompanhado de suas alterações ou da respectiva consolidação e deles deverá constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatível com o objeto desta concorrência;

III - Cédula de identidade dos responsáveis legais da licitante;

IV - Registro comercial, em caso de empresa individual.

8.26. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

I - Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - Inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.26.1. Será considerada em situação regular a licitante cujo débito esteja com a exigibilidade suspensa.

8.26.2. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.

8.26.3. Será considerada como válida pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da respectiva emissão, a certidão que não apresentar prazo de validade, exceto se anexada legislação específica indicativa de prazo distinto.

8.27. Qualificação Técnica: Declaração(ões), atestado(s) ou certidão(ões) expedida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que ateste(m) que a licitante prestou à(s) declarante(s) produtos e serviços compatíveis com o objeto desta concorrência.

8.28. Qualificação Econômico-Financeira: Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

8.28.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado pelo responsável legal da licitante e pelo responsável por sua elaboração, Contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no respectivo conselho de classe profissional.

8.28.2. Se necessária a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo responsável legal da empresa e pelo responsável por sua elaboração, Contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no respectivo conselho de classe profissional.

8.28.3. O balanço patrimonial deverá estar registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o tipo de empresa da licitante e apresentado no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED ou:



I - Se sociedades empresariais em geral: registrado ou autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou do domicílio da licitante, acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, conforme disposto no § 2º do art. 5º do Decreto Lei nº 486/1969;

II - Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº 6.404/1976: registrado ou autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante e publicado em Diário Oficial e em Jornal de grande circulação ou fotocópia registrada ou autenticada no órgão competente de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante;

III - Sociedades simples: registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro no órgão competente de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante;

8.28.4. Para as empresas que escrituram por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, impressão dos seguintes arquivos gerados pelo referido sistema:

a) termo de autenticação com a identificação do autenticador;

b) balanço patrimonial;

c) termo de abertura e encerramento;

d) requerimento de autenticação de Livro Digital;

e) recibo de entrega de Escrituração Contábil Digital.

8.28.5. As sociedades constituídas no exercício em curso ou com menos de um ano deverão apresentar balanço conforme abaixo discriminado, com a assinatura do sócio-gerente e do responsável por sua contabilidade, Contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no respectivo conselho de classe profissional e autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou do domicílio da licitante:

I - balanço de abertura, no caso de sociedades sem movimentação;

II - balanço intermediário, no caso de sociedades com movimentação.

8.28.6. A comprovação da boa situação financeira da licitante será feita por meio da avaliação, conforme o caso:

I - Do balanço patrimonial, cujos índices de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e de Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas a seguir, terão de ser maiores que um (>01), conforme fórmulas abaixo:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$



Crefito5

Conselho Regional
de Fisioterapia
e Terapia Ocupacional

Ativo Circulante

LC = -----

Passivo Circulante

II - Os índices tratados no item anterior serão calculados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, Contador ou outro profissional equivalente, mediante sua assinatura e indicação de seu nome e registro no respectivo conselho de classe profissional.

III - A licitante que apresentar resultado igual ou menor que 1 (um), no cálculo de quaisquer dos índices, deverá incluir no invólucro nº 1 comprovante de que possui patrimônio líquido mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para ser considerada habilitada no quesito Qualificação Econômico-Financeira.

IV - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.29. Das Declarações: Os licitantes quando de sua habilitação deverão apresentar um conjunto de declarações, conforme modelo do Anexo III.

8.29.1. A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e neste Edital.

8.29.2. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados.

8.29.3. Todos os documentos deverão estar em nome da licitante. Se a licitante for matriz, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz. Se for filial, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, salvo aqueles que, por sua natureza, comprovadamente, são emitidos em nome da matriz.

8.29.4. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar os avisos e sessões durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens publicadas pela Administração.

9. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.9. A Comissão de Licitação analisará os Documentos de Habilitação das licitantes classificadas no julgamento final das Propostas Técnicas e de Preços, desde que cumpridas as condições de participação estabelecidas, e julgará habilitadas as que atenderem integralmente aos requisitos de habilitação exigidos.

9.10. Para análise da conformidade dos documentos das licitantes, serão realizadas consultas on-line no SICAF, que será registrada em ata e instruirá o processo, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11. A declaração referente à situação de cada licitante será assinada pelos membros da Comissão de Licitação e divulgada aos demais interessados.

9.12. Se nenhuma licitante restar habilitada, a Comissão de Licitação reabrirá a fase de Habilitação, com nova convocação de todas as licitantes classificadas, para reapresentarem os respectivos documentos, no prazo de 10 (dez) dias úteis, em atenção aos princípios da eficiência e da economicidade, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

10. DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

10.9. Esta concorrência será processada e julgada por Comissão de Licitação, na forma do § 2º do art.



Crefito5

Conselho Regional
de Fisioterapia
e Terapia Ocupacional

8º da Lei nº 14.133, de 2021, com exceção da análise e julgamento das Propostas Técnicas.

10.10. As Propostas Técnicas serão analisadas e julgadas por Subcomissão Técnica constituída por 3 (três) membros que sejam formados em Comunicação, Publicidade ou Marketing ou que tenham atuado em uma dessas áreas nos últimos cinco anos, sendo pelo menos um ano de forma ininterrupta em atividades correlacionadas ao objeto desta licitação.

10.11. A Subcomissão Técnica terá integrantes com e sem vínculo funcional com o CREFITO-5.

10.12. Não obstante a troca de informações com outros Conselhos Profissionais, a seleção da subcomissão técnica será também realizada por meio de chamamento público, com aviso devidamente publicado no Diário Oficial da União, com prazo de recebimento de interessados a contar da publicação.

10.13. A escolha dos membros da Subcomissão Técnica será realizada por sorteio, em sessão pública, entre os nomes de uma relação que terá, no mínimo, 9 (nove) integrantes com e sem vínculo com o Contratante.

10.14. Os nomes remanescentes da relação após sorteio dos 3 (três) membros da Subcomissão Técnica serão todos sorteados para definição de uma ordem de suplência, a serem convocados nos casos de impossibilidade de participação de algum dos titulares.

10.15. Para composição da relação prevista, a Comissão de Licitação deverá solicitar a comprovação dos requisitos de qualificação dispostos no subitem 10.2 aos possíveis membros da Subcomissão Técnica.

10.16. A relação dos nomes dos interessados para integrar a Subcomissão Técnica será publicada no Diário Oficial da União, em prazo não inferior a 10 (dez) dias da data em que será realizada a sessão pública marcada para o sorteio.

10.17. O sorteio gravado será processado pela Comissão de Licitação, de modo a garantir o preenchimento das vagas da Subcomissão Técnica, de acordo com a proporcionalidade do número de membros.

10.18. Até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação de nomes dos credenciados para composição da Subcomissão Técnica, mediante a apresentação à Comissão de Licitação de justificativa para a exclusão.

10.19. Admitida a impugnação, o impugnado terá o direito de se abster de atuar na Subcomissão Técnica, declarando-se impedido ou suspeito, antes da decisão da autoridade competente.

10.20. A abstenção do impugnado ou o acolhimento da impugnação, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, implicará, se necessário, a elaboração e a publicação de nova lista, sem o nome impugnado, respeitado o disposto neste item.

10.21. Será necessário publicar nova relação se o número de membros mantidos depois da impugnação for inferior aos mínimos exigidos no Edital.

10.22. Só será admitida nova impugnação a nome que vier a completar a relação anteriormente publicada.

10.23. A sessão pública para o sorteio será realizada após a decisão motivada da impugnação, em data previamente designada, garantidos o cumprimento do prazo mínimo previsto no subitem 12.10



e a possibilidade de fiscalização do sorteio por qualquer interessado.

10.24. A Comissão de Licitação e a Subcomissão Técnica cuidarão para que a interpretação e aplicação das regras estabelecidas neste Edital busquem o atingimento das finalidades da licitação e, conforme o caso, poderão relevar aspectos puramente formais nos Documentos de Habilitação e nas Propostas das licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo desta concorrência e contribuam para assegurar a contratação da proposta mais vantajosa.

10.25. Os membros da Comissão de Licitação e da Subcomissão Técnica assinarão Termo de Responsabilidade que ficará nos autos do processo desta concorrência.

11. DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

11.1. Serão realizadas sessões públicas, gravadas em áudio e vídeo por força do § 5º da Lei nº 14.133, de 2021, observados os procedimentos previstos neste Edital e na legislação, das quais serão lavradas atas circunstanciadas dos atos e fatos dignos de registro, assinadas pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes.

11.2. A participação de representante de qualquer licitante dar-se-á mediante a prévia entrega de documento hábil.

11.3. Os representantes das licitantes presentes poderão nomear comissão constituída de alguns entre eles para, em seu nome, tomar conhecimento e rubricar as Propostas e Documentos de Habilitação nas respectivas sessões públicas.

11.4. A Comissão de Licitação e a Subcomissão Técnica, conforme o caso, poderão relevar omissões puramente formais nas Propostas e nos Documentos de Habilitação apresentados pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo desta concorrência.

11.5. Os integrantes da Subcomissão Técnica não poderão participar das sessões de recebimento e abertura dos invólucros com as Propostas Técnica e de Preço.

11.6. O julgamento das Propostas Técnica e de Preço e o julgamento final deste certame serão efetuados exclusivamente com base nos critérios especificados neste Edital.

11.7. Antes do aviso oficial do resultado desta concorrência, não serão fornecidas, a quem quer que seja, quaisquer informações referentes à adjudicação dos contratos ou à análise, avaliação ou comparação entre as Propostas.

11.8. Qualquer tentativa de licitante influenciar a Comissão de Licitação ou a Subcomissão Técnica no processo de julgamento das Propostas resultará na sua desclassificação.

11.9. A Comissão de Licitação poderá alterar as datas ou as pautas das sessões, ou mesmo suspendê-las, em função do desenvolvimento dos trabalhos, obedecidas as normas legais aplicáveis.

11.10. Se os invólucros das licitantes desclassificadas ou inabilitadas não puderem ser devolvidos nas sessões públicas, ficarão à disposição das interessadas por 30 (trinta) dias úteis, contados do encerramento desta concorrência, após transcorrer o prazo para interposição de recurso contra o resultado final da licitação ou ter havido a sua desistência ou, ainda, terem sido julgados os recursos interpostos. Decorrido esse prazo sem que sejam retirados, a Comissão de Licitação providenciará sua destruição.

PRIMEIRA SESSÃO

11.11. A primeira sessão pública será realizada no dia, hora e local previstos no neste Edital e terá a



seguinte pauta inicial:

I - Identificar os representantes das licitantes, por meio do credenciamento;

II - Receber os Invólucros nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4;

III - Conferir se esses invólucros estão em conformidade com as disposições deste Edital.

11.12. O Invólucro nº 1, com a via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária, só será recebido pela Comissão de Licitação se: não estiver identificado; não apresentar marca, sinal, etiqueta ou outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes da abertura do invólucro nº 2; não estiver danificado ou deformado pelas peças, material e ou demais documentos nele acondicionados de modo a possibilitar a identificação da licitante antes da abertura do invólucro nº 2.

11.12.1. Ante a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas, a Comissão de Licitação não receberá o Invólucro nº 1, o que também impedirá de receber os demais invólucros da mesma licitante.

11.12.2. Caso o Invólucro nº 1 esteja sujo ou acidentado, em razão de caso fortuito ou força maior, a Comissão de Licitação poderá sugerir ao licitante que o substitua na própria Sessão, em local reservado, por outro invólucro, fornecido pela Comissão no local.

11.13. A primeira sessão prosseguirá com a seguinte pauta básica:

I - Rubricar, no fecho, sem abri-los, os Invólucros nº 2 e nº 4, que permanecerão fechados sob a guarda e responsabilidade da Comissão de Licitação, e separá-los dos Invólucros nº 1 e nº 3;

II - Retirar e rubricar o conteúdo dos Invólucros nº 1;

III - Abrir os Invólucros nº 3 e rubricar seu conteúdo;

IV - Colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame e rubrica, os documentos que constituem os Invólucros nº 1 e nº 3;

V - Informar que as licitantes serão convocadas para a próxima sessão na forma estabelecida neste Edital.

11.13.1. A Comissão de Licitação, antes do procedimento previsto no inciso II do subitem 11.13, adotará medidas para evitar que seus membros ou os representantes das licitantes possam, ainda que acidentalmente, identificar a autoria de algum Plano de Comunicação Publicitária.

11.13.2. Se, ao examinar e ou rubricar os conteúdos dos Invólucros nº 1 e nº 3, a Comissão de Licitação ou os representantes das licitantes constatarem ocorrência que possibilite, inequivocamente, a identificação da autoria do Plano de Comunicação Publicitária, bem como ocorra inobservância ao disposto no item 7.8, alínea 'd', a Comissão de Licitação desclassificará a licitante e ficará de posse de todos os seus invólucros até que expire o prazo para recursos relativos a essa fase.

11.14. A Comissão de Licitação não lançará nenhum código, sinal ou marca nos invólucros nº 1 nem nos documentos que compõem a via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária.

11.15. Abertos os Invólucros nº 1 e nº 3, as licitantes não poderão desistir de suas Propostas, a não ser por motivo justo, decorrente de fato superveniente, e aceito pela Comissão de Licitação.

11.16. Finalizada a Sessão, a Comissão de Licitação divulgará no site do CREFITO-5 a respectiva ata, abrindo-se o prazo para a interposição de recursos.

11.17. Não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido a sua desistência ou, ainda, tendo sido



julgados os recursos interpostos, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - encaminhamento, pela Comissão de Licitação à Subcomissão Técnica, dos Invólucros nº 1, com as vias não identificadas do Plano de Comunicação Publicitária;

II - análise individualizada e julgamento, pela Subcomissão Técnica, das vias não identificadas do Plano de Comunicação Publicitária, de acordo com os critérios especificados neste Edital;

III - elaboração e encaminhamento, pela Subcomissão Técnica à Comissão de Licitação, da ata de julgamento dos Planos de Comunicação Publicitária, de planilha com as pontuações e de justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso;

IV - encaminhamento, pela Comissão de Licitação à Subcomissão Técnica, dos Invólucros nº 3, com a Capacidade de Atendimento, o Repertório e os Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação;

V - análise individualizada e julgamento, pela Subcomissão Técnica, da Capacidade de Atendimento, do Repertório e dos Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, de acordo com os critérios especificados neste Edital;

VI - elaboração e encaminhamento, pela Subcomissão Técnica à Comissão de Licitação, da ata de julgamento das Propostas referentes à Capacidade de Atendimento, ao Repertório e aos Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, de planilha com as pontuações e de justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso.

11.18. Se alguma Proposta Técnica for desclassificada, a Subcomissão Técnica atribuirá pontuação a cada quesito ou subquesito da Proposta, conforme as regras previstas neste Edital, e lançará sua pontuação em planilhas que ficarão acondicionadas em envelope fechado e rubricado no fecho pelos membros da Subcomissão Técnica, até que expire o prazo para recursos relativos a essa fase.

11.19. As planilhas de julgamento da Subcomissão Técnica conterão, respectivamente, as pontuações de cada membro para cada subquesito do Plano de Comunicação Publicitária de cada licitante e as pontuações de cada membro para os quesitos Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação de cada licitante.

SEGUNDA SESSÃO

11.20. Após receber as atas de julgamento das Propostas Técnicas (Invólucros nº 1 e nº 3), com as respectivas planilhas de julgamento e demais documentos elaborados pela Subcomissão Técnica, a Comissão de Licitação convocará as licitantes para participar da segunda sessão pública, com a seguinte pauta básica:

I - identificar os representantes das licitantes presentes e colher suas assinaturas na lista de presença;

II - abrir os Invólucros nº 2;

III - cotejar as vias não identificadas (Invólucros nº 1) com as vias identificadas (Invólucro nº 2) do Plano de Comunicação Publicitária, para identificação de sua autoria;

IV - elaborar planilha geral com as pontuações atribuídas a cada quesito de cada Proposta Técnica;

V - proclamar o resultado do julgamento geral da Proposta Técnica;

VI - informar que o resultado do julgamento geral das Propostas Técnicas será publicado, com a indicação dos proponentes classificados e desclassificados, em ordem decrescente de pontuação,



abrindo prazo para interposição de recurso.

11.20.1. Além das demais atribuições previstas neste Edital, caberá à Subcomissão Técnica manifestar-se em caso de eventuais recursos de licitantes, relativos ao julgamento das Propostas Técnicas, se solicitado pela Comissão de Licitação.

TERCEIRA SESSÃO

11.21. Não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido a sua desistência ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, a Comissão Especial de Licitação convocará as licitantes para participar da terceira sessão pública, com a seguinte pauta básica:

I - identificar os representantes das licitantes presentes e colher suas assinaturas na lista de presença;

II - abrir os Invólucros nº 4, com a Proposta de Preço, cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes ou por comissão por eles indicada;

III - colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame e rubrica, os documentos integrantes dos Invólucros nº 4;

IV - analisar o cumprimento, pelas licitantes, das exigências deste Edital para a elaboração das Propostas de Preço e julgá-las de acordo com os critérios nele especificados;

V - identificar o Índice de Preço (IP) de cada licitante;

VI - identificar a Pontuação Final (PF) de cada licitante;

VII - declarar vencedora do julgamento final das Propostas Técnica e de Preço;

VIII - informar que o resultado do julgamento da Proposta de Preço e do julgamento final das Propostas será publicado, com a indicação da ordem de classificação, abrindo-se prazo para interposição de recurso.

QUARTA SESSÃO

11.22. Não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido a sua desistência ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, a Comissão de Licitação convocará as licitantes para participar da quarta sessão pública, com a seguinte pauta básica:

I - identificar os representantes das licitantes presentes e colher suas assinaturas na lista de presença;

II - receber e abrir os invólucros nº 5, cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes ou por comissão por eles indicada;

III - analisar a conformidade dos Documentos de Habilitação com as condições estabelecidas neste Edital e na legislação em vigor;

IV - colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame e rubrica, os documentos integrantes dos invólucros nº 5;

V - informar:

a) o resultado da habilitação;



b) que o resultado da habilitação será publicado, com a indicação dos proponentes habilitados e inabilitados, abrindo-se prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de recurso;

c) que será publicado o nome do licitante vencedor desta concorrência, caso não tenha sido interposto recurso na fase de habilitação, ou tenha havido a sua desistência ou, ainda, tenham sido julgados os recursos interpostos.

11.23. A Comissão de Licitação poderá realizar a suspensão da sessão para análise minuciosa dos documentos de habilitação.

11.24. Serão impressas as declarações de Situação do Fornecedor e Serviço do Fornecedor pertinentes às licitantes que optaram por comprovar a habilitação parcial via SICAF, que serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes dos licitantes, ou por comissão por eles nomeada, as quais serão juntadas aos demais documentos apresentados pelo respectivo licitante.

11.25. Se alguma licitante for inabilitada em decorrência de irregularidade constatada quando da consulta ao SICAF e comprovar, exclusivamente mediante a apresentação do formulário do Recibo de Solicitação de Serviço, ter entregado a documentação no prazo regulamentar, a Comissão de Licitação suspenderá os trabalhos para averiguar.

12. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

12.1. Não tendo sido interposto recurso na fase de habilitação, ou tendo havido a sua desistência ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, a Autoridade Competente do CREFITO-5 homologará o resultado desta concorrência e, assim, aprovará a adjudicação do seu objeto à licitante vencedora.

13. DA DIVULGAÇÃO DOS ATOS LICITATÓRIOS

13.1. A juízo da Comissão de Licitação, todas as decisões referentes a esta concorrência poderão ser divulgadas conforme a seguir:

I - Nas sessões de abertura de invólucros;

II - Pelos e-mails indicados pelas licitantes nos atos de credenciamento;

III - Por qualquer outro meio que permita a comprovação inequívoca do recebimento da comunicação pelas licitantes.

13.2. As divulgações no Diário Oficial da União ocorrerão somente nos casos de:

I - Publicação ou republicação do Edital;

II - Homologação e adjudicação da licitação.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Eventuais recursos referentes à presente concorrência deverão ser interpostos no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da convocação formal expedida pela Comissão de Licitação, por meio do e-mail: licitacao@crefito5.org.br.

14.1.1. A convocação formal será dada por meio do e-mail indicado pelas licitantes no ato do credenciamento, bem como pela divulgação de aviso no sítio eletrônico do CREFITO-5: <https://www.crefito5.org.br/>.

14.2. Interposto o recurso, o fato será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no



prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

14.3. Recebida(s) a(s) impugnação(ões), ou esgotado o prazo para tanto, a Comissão de Licitação poderá reconsiderar a sua decisão ou submeter o recurso devidamente instruído à Autoridade Competente do CREFITO-5, conforme estipulado pela Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo.

14.5. Será franqueada aos interessados, desde a data do início do prazo para interposição de recursos até o seu término, vista ao processo desta concorrência.

14.6. Os recursos terão efeito suspensivo.

15. DA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1. A licitante vencedora terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da convocação, para assinar o instrumento de contrato.

15.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado, a juízo do CREFITO-5, consideradas as justificativas que lhe forem apresentadas pela licitante vencedora.

15.3. Se a licitante vencedora não comparecer nos prazos estipulados para assinar o contrato, o CREFITO-5 poderá convocar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação das propostas, para assinar o contrato em igual prazo e nas mesmas condições estabelecidas para a licitante que deixou de assinar o contrato, ou revogar esta concorrência, independentemente da cominação prevista no art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.4. Antes da celebração do contrato, o CREFITO-5 efetuará consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Portal da Transparência mantido pela Controladoria Geral da União (CGU), e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em harmonia com o disposto no Acórdão nº 1793/2011-Plenário, do Tribunal de Contas da União.

15.5. O contrato para a execução dos serviços objeto deste Edital terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir do dia da sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133, de 2021.

15.6. O CREFITO-5 poderá rescindir, a qualquer tempo, o contrato que vier a ser assinado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, conforme disposto na minuta contratual.

15.7. A licitante que for contratada manterá, pelo período de mínimo 05 (cinco) anos após a extinção do contrato, acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados, compreendendo as peças e os materiais produzidos, acompanhados das respectivas informações relativas aos prazos de cessão dos direitos autorais vinculados, se for o caso.

15.8. Integrarão o contrato a ser firmado, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas neste Edital, os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento desta concorrência e a proposta.

15.9. A licitante vencedora deverá implantar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO



16.1. Será exigida garantia de execução contratual na importância de 5% do valor global do contrato, nas formas estipuladas pela Lei nº 14.133, de 2021.

17. DAS OBRIGAÇÕES

17.1. As obrigações da Contratada e do Contratante, vinculadas à execução do contrato a ser firmado em decorrência do presente certame, estão estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato, conforme o art. 89, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

18. DA FISCALIZAÇÃO

18.1. O CREFITO-5, como contratante, nomeará gestor e fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato resultante desta concorrência e registrar em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas porventura observadas na execução dos serviços e terão poderes, entre outros, para notificar a Contratada, objetivando sua imediata correção, conforme disposições estabelecidas em Contrato.

19. DO PAGAMENTO E DA REMUNERAÇÃO

19.1. Para pagamento das despesas referentes à execução dos produtos e serviços objeto da presente Contratação e para remuneração da contratada deverão ser observadas as disposições do Termo de Referência e do Contrato.

20. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão de Licitação durante o certame;

II - salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) deixar de apresentar amostra; ou
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

V - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

VI - fraudar a licitação;

VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;



c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

VIII - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

IX - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

20.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar; e

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial:

I - Para as infrações previstas no subitem 20.1, incisos I a III, a multa será de 5% a 15% do valor do contrato licitado.

II - Para as infrações previstas no subitem 20.1., incisos IV a IX, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

20.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

20.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no subitem **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, incisos I a III, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o CREFITO-5, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no subitem **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, incisos IV a IX, bem como pelas infrações administrativas previstas no subitem **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, incisos I a III, que justifiquem a imposição de penalidade mais



grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

20.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022.

20.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por Comissão de Julgamento composta por 2 (dois) ou mais empregados concursados e estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação ao Presidente do CREFITO-5, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

20.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

20.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

20.16. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. É facultado à Comissão de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase desta concorrência, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.

21.2. A Comissão de Licitação, por solicitação expressa da Subcomissão Técnica, poderá proceder à vistoria da infraestrutura e recursos materiais que as empresas classificadas apresentaram nas Propostas Técnicas (quesito Capacidade de Atendimento), que estarão à disposição do CREFITO-5 para a execução do contrato.

21.3. Até a assinatura do contrato, a licitante vencedora poderá ser inabilitada ou desclassificada se o CREFITO-5 tiver conhecimento de fato desabonador à sua classificação técnica ou à sua habilitação,



conhecido após o julgamento de cada fase.

21.4. Se ocorrer inabilitação ou desclassificação da licitante vencedora, por fatos referidos no subitem precedente, o CREFITO-5 poderá convocar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação das Propostas Técnicas ou revogar esta concorrência.

21.5. Se, durante a execução do contrato, o instrumento firmado com a contratada não for prorrogado, ou for rescindido, nos casos previstos na legislação e no contrato, o CREFITO-5 poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação das Propostas Técnicas, para dar continuidade à execução do objeto, desde que concordem e se disponham a cumprir todas as condições e exigências a que estiver sujeita a signatária do contrato.

21.6. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado que possa ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

21.7. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se a autora às sanções legais e administrativas aplicáveis, conforme dispõe o art. 337-I do Código Penal, incluído através da Lei nº 14.133, de 2021.

21.8. Antes do aviso oficial do resultado desta concorrência, não serão fornecidas, a quem quer que seja, quaisquer informações referentes à adjudicação do contrato ou à análise, avaliação ou comparação entre as Propostas.

21.9. Mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, esta concorrência será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento e poderá ser revogada, em qualquer de suas fases, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

21.10. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 148 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.10.1. O CREFITO-5 poderá cancelar de pleno direito a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação, bem como rescindir o contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, desde que motivado o ato e assegurados o contraditório e a ampla defesa, caso a adjudicação seja anulada, em virtude de qualquer dispositivo legal que a autorize.

21.11. Antes da data marcada para o recebimento dos invólucros com os Documentos de Habilitação e as Propostas Técnicas e de Preços, a Comissão de Contratação poderá, por motivo de interesse público, por sua iniciativa, em consequência de solicitações de esclarecimentos ou de impugnações, alterar este Edital, ressalvado que será reaberto o prazo inicialmente estabelecido para apresentação dos Documentos de Habilitação e das Propostas, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das Propostas.

21.12. Correrão por conta do CREFITO-5 as despesas decorrentes de sua publicação, inclusive para fins do art. 94, I, da Lei nº 14.133/2021.

21.13. As questões suscitadas por este Edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Federal em Porto Alegre, Seção Judiciária de Porto Alegre.

21.14. Integram este Edital os seguintes documentos:

I - Termo de Referência;



Crefito5

Conselho Regional
de **Fisioterapia**
e **Terapia Ocupacional**

- II - Briefing para Licitação de Publicidade Institucional;
- III - Modelo de Proposta de Preços;
- IV - Declarações de Habilitação;
- V - Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- VI - Planilha de Avaliação da Subcomissão Técnica;
- VII - Minuta do Contrato.

Eduardo Freitas da Rosa
Presidente



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste Termo de Referência é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE PRESTADOS POR INTERMÉDIO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA**, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivos o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar a sociedade em geral, em especial aos profissionais, empresas, instituições e demais organizações vinculadas às questões relacionadas à Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

1.1.1. Serviço de intermediação de agência de propaganda nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda.	892	Mês	12	R\$ 23.333,34	R\$ 280.000,08

1.2. A solução abrange a contratação de empresa reconhecida no Rio Grande do Sul, com forte relacionamento com os principais veículos do Rio Grande do Sul. A contratada será responsável pela intermediação com empresas, garantindo a negociação, o posicionamento estratégico e a divulgação dos conteúdos institucionais e de utilidade pública. A solução visa maximizar a atuação profissional e o interesse público, promovendo a importância da instituição do CREFITO-5 e da regularidade do exercício das profissões de Fisioterapia e Terapia Ocupacional para a sociedade.

1.3. Também integram o objeto, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:

- O planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento relativos à execução dos contratos;
- à criação e o desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias (ambiente digital, mídias sociais, plataformas de dados, multiplataformas de mensagens instantâneas);
- à produção e à execução técnica das peças e materiais criados pela agência contratada.

1.4. As pesquisas e outros instrumentos de avaliação previstos na alínea “a” do subitem anterior terão a finalidade de:

- gerar conhecimento sobre o mercado ou o ambiente de atuação do CREFITO-5, o público-alvo e os veículos de comunicação e de divulgação nos quais serão difundidas as campanhas ou peças;
- aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a divulgação de mensagens.



1.5. Os serviços previstos no subitem 1.1.1. não abrangem as atividades assessoria de comunicação, imprensa e relações públicas.

1.5.1. Não se incluem no conceito de patrocínio mencionado no subitem precedente os projetos de veiculação em mídia ou em plataformas que funcionem como veículos de comunicação ou divulgação.

1.6. Para a prestação dos serviços será contratada uma agência de propaganda, doravante denominada agência, licitante, proponente ou contratada.

1.7. Se, em decorrência das regras deste TR e da legislação aplicável, não restar possível a contratação da agência, o CREFITO-5, a seu exclusivo juízo, decidirá sobre a conveniência e a oportunidade de realizar novo certame para a contratação de nova(s) agência(s).

1.8. Os serviços objeto desta concorrência serão contratados com agência de propaganda cujas atividades sejam disciplinadas pela Lei nº 4.680, de 1965, e que tenham obtido certificado de qualificação técnica de funcionamento, nos termos da Lei nº 12.232, de 2010.

1.9. A agência atuará por ordem e conta do CREFITO-5, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.680, de 1965, na contratação de fornecedores de bens e serviços especializados, para a execução das atividades complementares de que trata o subitem 1.1.1., e de veículos e demais meios de divulgação para a transmissão de mensagens publicitárias.

1.10. A agência não poderá subcontratar outra agência de propaganda para a execução de serviços previstos no subitem 1.1.1.

1.11. A agência atuará de acordo com solicitação do CREFITO-5 em relação aos serviços previstos no subitem 1.1.1.

1.12. As ações de publicidade devem vincular-se a objetivos sociais de interesse público e sempre assumir caráter educativo, informativo ou de orientação social.

1.13. Os serviços serão realizados na forma de execução indireta, sob a égide das Leis nº 12.232, de 2010, mediante a aplicação, de forma complementar, da Lei nº 14.133, de 2021, da Lei nº 4.680, de 1965, e do Decreto nº 9.094, de 2017.

1.14. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.14.1. A interrupção dos serviços de publicidade pode acarretar prejuízos ao CREFITO-5 pela descontinuidade de atividades estratégicas de comunicação previstas em seu planejamento. A agência de propaganda contratada desempenha papel crucial ao fornecer serviços de produção e execução técnica de peças, materiais e projetos publicitários, com a intermediação e supervisão da agência, além de realizar a distribuição dessas peças junto aos veículos de comunicação e divulgação, conforme legislação vigente. Assim, (i) a suspensão temporária dos serviços de publicidade prestados pela agência de propaganda; (ii) o lapso temporal característico para planejamento de procedimento concorrential tão característico e (iii) o custo administrativo para tanto, deixariam o CREFITO-5 impedido de atingir um de seus objetivos estratégicos relacionados ao relacionamento e comunicação com a sociedade. Considerando a relevância das ações de publicidade no posicionamento institucional do Conselho perante os profissionais e a sociedade, e diante dos desafios cotidianos, é pertinente manter a previsão no edital da possibilidade de prorrogação deste negócio jurídico.

1.15. O resultado do trabalho contratado, incluindo peças e materiais criados em decorrência da contratação serão de propriedade do CREFITO-5, em face do que a agência, coautora dos direitos autorais, cederá contratualmente em caráter definitivo ao CREFITO-5 todos os direitos patrimoniais sobre o resultado do trabalho contratado, como exemplificativamente os direitos de edição,



reprodução, impressão, publicação e distribuição para fins específicos.

1.15.1. O CREFITO-5 ficará autorizado pela agência a publicar as obras futuras deste contrato, em qualquer tipo de mídia conhecida ou qualquer outra que se fizer necessária, utilizá-la para fins específicos, educativos, técnicos e culturais, bem como realizar cópias, publicações, divulgações e veiculações tantas vezes quantas se fizerem necessárias, sem que haja necessidade de divulgação de autoria e, após a vigência contratual, sem pagamento de preço complementar.

1.15.2. Sem prévia autorização do CREFITO-5, a agência não poderá utilizar as obras resultantes deste contrato em quaisquer outras obras e meios, senão como portfólio para promoção própria, preservando cópias para este fim.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de serviços de publicidade institucional é uma iniciativa essencial para o CREFITO-5, considerando sua responsabilidade na regulamentação e fiscalização das profissões de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. A publicidade desempenha um papel estratégico na ampliação da visibilidade das ações do Conselho, na disseminação de informações relevantes e na orientação da sociedade sobre a importância dessas profissões para a saúde e o bem-estar da população.

2.2. Por meio de uma agência especializada, será possível planejar, criar e executar campanhas eficazes, utilizando novas tecnologias e abordagens para maximizar o impacto das mensagens. Entre os formatos previstos estão a veiculação de “spots” em rádio, inserções em comerciais de televisão, anúncios em “outdoors” e investimento em mídia online.

2.3. O principal objetivo dessa iniciativa é reforçar o compromisso do CREFITO-5 com a transparência e o princípio da publicidade, garantindo que profissionais e a sociedade tenham acesso a informações essenciais sobre a regulamentação da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional. Além disso, essa estratégia contribui diretamente para a exatidão profissional, fortalecendo a imagem e o reconhecimento das categorias perante a sociedade.

2.4. A contratação seguirá as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 12.232, de 2010, que regulamenta a execução de serviços de publicidade no âmbito da administração pública. De acordo com a legislação, são considerados serviços de publicidade o conjunto de atividades integradas que envolvem estudo, planejamento, concepção, criação, execução, intermediação e supervisão da distribuição de conteúdos em diversos veículos de comunicação.

2.5. Nas contratações de serviços de publicidade, devem ser incluídos também como atividades complementares os serviços especializados pertinentes:

I - ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas, respeitado o disposto no art. 3º da Lei 12.232, de 2010;

II - à produção e à execução técnica das peças e projetos publicitários criados;

III - à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

2.6. Com essa iniciativa, o CREFITO-5 reafirma seu compromisso com a valorização das profissões, a transparência de suas ações e o fortalecimento do papel do fisioterapeuta e do terapeuta ocupacional na sociedade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



3.1. Para a prestação dos serviços relacionados à publicidade institucional e de utilidade pública, será contratada uma única agência de propaganda. A seleção ocorrerá por meio de processo licitatório na modalidade Concorrência, observando as disposições legais aplicáveis ao setor.

3.2. A agência contratada deverá estar devidamente regulamentada pela Lei nº 4.680, de 1965, que disciplina as atividades das agências de propaganda, e possuir certificado de qualificação técnica de funcionamento, conforme exigido pela Lei nº 12.232, de 2010.

Atuação da Agência

3.3. A Agência atuará por ordem e conta do CREFITO-5, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.680, de 1965, e será responsável pela contratação de fornecedores de bens e serviços especializados para a execução das atividades complementares, bem como de veículos e demais meios de divulgação necessários à transmissão das mensagens publicitárias.

3.4. A Agência não poderá subcontratar outra agência de propaganda para a execução dos serviços previstos no contrato, garantindo que todas as etapas do processo publicitário sejam conduzidas diretamente pela Contratada.

Requisitos Operacionais da Contratada

3.5. A Contratada compromete-se a manter, após a assinatura do contrato, uma equipe de atendimento presencial em Porto Alegre/RS, além de uma equipe de criação e produção compatível com as demandas do CREFITO-5. Essa estrutura deverá garantir:

3.5.1. Atendimento administrativo e operacional, assegurando a gestão eficiente dos serviços prestados.

3.5.2. Equipe especializada nas áreas de atendimento, criação, mídia, planejamento e pesquisa, dimensionada de acordo com as necessidades de comunicação estabelecidas pela Contratante.

3.5.3. Infraestrutura adequada para o desenvolvimento e execução das campanhas publicitárias, incluindo softwares, equipamentos e demais recursos necessários.

3.6. Além disso, a Contratada deverá disponibilizar um profissional de referência para a execução do contrato, assegurando eficiência, agilidade e qualidade no atendimento das demandas do CREFITO-5.

3.7. A agência será responsável por serviços de publicidade que englobam: o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a venda de bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias ou informar o público em geral.

Da Participação e do Recebimento das Propostas

3.8. A forma de retirada do invólucro padronizado será definida a seguir, bem como horários disponíveis para tanto e seu tamanho, a fim de total transparência e isonomia aos participantes quando da elaboração da Proposta Técnica.

3.9. A participação na presente Concorrência implica, tacitamente, para a licitante, a confirmação de que recebeu do agente de contratação do CREFITO-5 o Envelope padronizado e as informações necessárias ao cumprimento desta Concorrência; a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes do Termo de Referência e do Edital; e a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

3.10. Qualquer tentativa de o (a) licitante influenciar a Comissão de Contratação ou membros da Subcomissão Técnica, durante o período do processo licitatório, inclusive nos julgamentos da habilitação, das Propostas Técnicas e de Preços, resultará na sua desclassificação imediata e



remessa dos fatos para abertura de Processo Administrativo e posterior encaminhamento às autoridades fiscalizadoras e/ou judiciais, conforme o caso.

3.11. Até o dia, hora e local estabelecidos no preâmbulo do Edital, as interessadas deverão apresentar as propostas técnicas e de preços.

3.11.1. A Comissão de Contratação do CREFITO-5 poderá alterar as datas ou as pautas das sessões, antecipá-las ou mesmo suspendê-las, em função do desenvolvimento dos trabalhos, obedecidas as normas legais aplicáveis e os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

3.12. Todos os documentos e as propostas serão entregues rubricadas pelo representante legal da agência, **salvo** a via não identificada.

3.13. Após a Comissão de Contratação do CREFITO-5 declarar aberta a sessão pública, encerra-se o prazo para recebimento de envelopes.

3.14. A participação de representante de qualquer licitante dar-se-á mediante a prévia entrega de documento hábil, conforme as cláusulas e condições a serem estabelecidas no Edital.

3.15. Os representantes das licitantes presentes, a partir de decisão da Comissão de Contratação, poderão nomear comissão constituída de alguns entre eles para, em seu nome, rubricar as Propostas e Documentos de Habilitação nas sessões públicas, cuja decisão constará na Ata da Sessão Pública.

3.16. Antes do aviso oficial do resultado de qualquer fase desta Concorrência, não serão fornecidas a quem quer que seja, quaisquer informações referentes à avaliação, comparação entre as Propostas Técnicas e de Preços, ou à adjudicação do objeto, nem mesmo em caso de vencedora.

3.16.1. Após a abertura da Sessão Pública, não será permitida a retirada de quaisquer documentos pertinentes à licitação, nem a sua reprodução direta, sob qualquer forma, inclusive por meio de fotos, sob pena de invalidar o certame por prejudicar o sigilo previsto na Lei nº 12.232/2010.

3.17. Todas as sessões públicas realizadas serão gravadas e observarão os procedimentos previstos no Termo de Referência e Edital e nas legislações aplicáveis, sendo lavradas atas circunstanciadas dos atos e fatos dignos de registro, assinadas pelos membros da Comissão de Contratação do CREFITO-5 e pelos representantes das licitantes presentes.

3.18. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

3.19. Se houver indícios de conluio entre as licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Comissão de Contratação comunicará os fatos verificados aos órgãos fiscalizadores para as devidas providências.

3.20. Às licitantes interessadas cabe acessar assiduamente o referido endereço abaixo identificado para tomarem conhecimento das perguntas e respostas e manterem-se atualizadas sobre os esclarecimentos referentes ao Edital: <https://crefito5.org.br/>, além do www.gov.br/pncp e o Diário Oficial da União.

Da Entrega das Propostas

3.21. A Proposta Técnica deverá ser entregue à Comissão de Contratação do CREFITO-5 acondicionada nos Envelopes/Invólucro nº 1, nº 2 e nº 3.

3.22. No **INVÓLUCRO 1** deverá estar acondicionado o plano de comunicação publicitária – Via não identificada.

3.22.1. só será aceito o Plano de Comunicação Publicitária Via Não Identificada que estiver acondicionado no envelope padronizado, fornecido previamente pelo Agente de Contratação do CREFITO-5.

3.22.2. O envelope padronizado (assim como pen drive padronizado) deverá ser retirado com o



Agente de Contratação pela interessada, das 9h00 às 17h00 no seguinte endereço: Av. Palmeira, nº 27, conjunto nº 403, bairro Petrópolis, em Porto Alegre/RS.

3.22.3. O invólucro nº 1 deverá estar sem fechamento, sem rubrica, sem sinal ou qualquer tipo de marca, conforme foi entregue pelo Agente de Contratação do CREFITO-5 responsável.

3.22.4. Para preservar, até a abertura do Invólucro nº 2, o sigilo quanto à autoria do Plano de Comunicação Publicitária, o invólucro nº 1 não poderá:

- a) Ter nenhuma identificação.
- b) Apresentar marca, sinal, etiqueta ou outro elemento que possibilite a identificação da licitante.
- c) Estar danificado ou deformado pelas peças, material e ou demais documentos nele acondicionados de modo a possibilitar a identificação da Licitante.

3.23. No **INVÓLUCRO Nº 2** deverá estar acondicionado o Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada.

3.23.1. O invólucro nº 2 deverá estar fechado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

Invólucro nº 2

Concorrência CREFITO-5 nº 90001/2026

(Nome empresarial e CNPJ da Licitante)

Proposta Técnica: Plano de Comunicação Publicitária –
Via Identificada

3.23.2. O invólucro nº 2 deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata até sua abertura.

3.24. No **INVÓLUCRO Nº 3** deverão estar acondicionados: a Capacidade de Atendimento, o Repertório e os Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.

3.24.1. O invólucro nº 3 deverá estar fechado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

Invólucro nº 3

Concorrência CREFITO-5 nº 90001/2026

(Nome empresarial e CNPJ da Licitante)

Proposta Técnica: Capacidade de Atendimento,
Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de
Comunicação

3.24.2. O invólucro nº 3 deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

3.24.3. O invólucro nº 3 não poderá ter informação, marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento que conste do Plano de comunicação Publicitária- Via não identificada e possibilite a



identificação da autoria deste antes da abertura do invólucro nº 2.

3.25. No **INVÓLUCRO Nº 4** deverão estar acondicionadas: as Propostas de Preços.

3.25.1. O invólucro nº 4 deverá estar fechado rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

Invólucro nº 4

Concorrência CREFITO-5 nº 90001/2026

(Nome empresarial e CNPJ da Licitante)

Proposta de Preços

3.25.2. O invólucro nº 4 deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável quanto às informações e que trata, até sua abertura.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Apresentação e Elaboração da Proposta Técnica

4.1. A licitante deverá apresentar sua proposta técnica estruturada de acordo com os quesitos e subquesitos a seguir:

QUESITOS	SUBQUESITOS
1 - Plano de Comunicação Publicitária	I - Raciocínio Básico
	II - Estratégia de Comunicação Publicitária
	III - Ideia Criativa
	IV - Estratégia de Mídia e não Mídia
2 - Capacidade de Atendimento	
3 - Repertório	
4 - Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação	

4.1.1. A proposta técnica será redigida em língua portuguesa, exceto expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras.

4.1.2. Poderá ser usada fonte em negrito e itálico, conforme decisão da licitante em seu texto, assim como trechos sublinhados em sua redação.

4.1.3. Deverá ser apresentada em três invólucros distintos, sendo dois destinados ao Plano de Comunicação (uma versão apócrifa e outra devidamente identificada), e outro para o conjunto de informações (Capacidade, Repertório e Relatos) referentes ao licitante.

4.1.4. Ainda que estejam contidos no mesmo Invólucro (Envelope nº 3), a licitante pode entregar cada elemento do conjunto de informações em cadernos separados. Ou seja, é possível apresentar um caderno para Capacidade de Atendimento, um caderno para Repertório e um caderno para



Relatos, e todos os cadernos inseridos no mesmo Invólucro/Envelope, conforme decisão da licitante.

4.1.5. O Plano de Comunicação será apresentado em duas vias, uma sem identificação e outra com a identificação de sua autoria, conforme a seguir.

Quesito 1 - Plano De Comunicação Publicitária – Via Não Identificada

4.2. Para a apresentação do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, a licitante deverá confeccionar a peça com as seguintes formatações:

- a. Em caderno único, orientação retrato e com espiral preto colocado à esquerda;
- b. Capa e contracapa em papel A4, branco, com 75 gr/m², abas em branco;
- c. Conteúdo impresso em papel A4, branco, com 75 g/m², orientação retrato;
- d. Espaçamento de 3 cm na margem esquerda e 2 cm na direita a partir das respectivas bordas e margens inferior e superior sem definição prévia;
- e. Títulos, entretítulos, parágrafos e linhas subsequentes sem recuos;
- f. Espaçamento simples entre as linhas e, opcionalmente, duplo após títulos e entretítulos e entre parágrafos;
- g. Alinhamento justificado do texto;
- h. Texto e numeração de páginas em fonte Arial, cor preta, tamanho 12 pontos, observado o disposto nos subitem 4.2.1 e 4.2.3;
- i. Numeração em todas as páginas sequencialmente, pelo editor de textos, em algarismos arábicos no canto inferior direito da página a partir da primeira página interna;
- j. Sem identificação da licitante.

4.2.1. As especificações do subitem 4.2 não se aplicam às peças e aos materiais de que trata a alínea “b” do subitem 4.3.3 e à indicação prevista no subitem 4.3.3.4.

4.2.2. Os subquesitos Raciocínio Básico e Estratégia de Comunicação Publicitária poderão ter gráficos e/ou tabelas, observadas as seguintes regras:

- a. Os gráficos ou tabelas poderão ser editados em cores;
- b. Os dados e informações dos quadros e/ou tabelas devem ser editados na fonte Arial, cor preta, tamanho entre 08 e 12 pontos;
- c. As páginas em que estiverem inseridos os gráficos e/ou tabelas poderão:
 - I. ser apresentadas em papel A3 dobrado, caso em que, para fins do limite previsto no subitem 4.2.6, o papel A3 será computado como duas páginas de papel A4;
 - II. impressas na orientação paisagem.

4.2.3. Os gráficos, tabelas e planilhas integrantes do subquesito Estratégia de Mídia e Não Mídia poderão:

- a. Ser editados em cores;
- b. Ter fontes e tamanhos de fonte habitualmente utilizados nesses documentos;
- c. Ter qualquer tipo de formatação de margem;
- d. Ser apresentados em papel A3 dobrado. Nesse caso, cada folha de papel A3 será computada como 02 (duas) páginas de papel A4;
- e. As páginas em que estiverem inseridos os gráficos, tabelas e planilha desse subquesito poderão ser impressas na orientação paisagem.

4.2.4. Os exemplos de peças e/ou materiais integrantes do subquesito Ideia Criativa serão apresentados separadamente do caderno do Plano de Comunicação Publicitária – Via não identificada (caderno único, orientação retrato e com espiral preto colocado à esquerda) de que trata o subitem 4.2.



4.2.4.1. Esses exemplos de peças integrantes do suquesito Ideia Criativa, deverão adequar-se às dimensões do Invólucro nº 1.

4.2.5. O Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada não poderá ter informação, marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento que possibilite a identificação de sua autoria, antes da abertura do Invólucro nº 2.

4.2.6. Os textos do Raciocínio Básico, da Estratégia de Comunicação Publicitária e da relação de todas as peças publicitárias que a licitante julgue necessária para superar o desafio e alcançar os objetivos de comunicação estabelecidos no com a descrição de cada uma, comentada prevista na alínea “a” do subitem 4.3.3, estão limitados, no conjunto, a 10 (dez) laudas, ressalvado que não serão computadas nesse limite as páginas utilizadas eventualmente apenas para separar os textos desses subquesitos.

4.2.6.1. No cômputo de páginas, deve ser considerado apenas ‘frente’, não sendo possível a entrega de páginas ‘frente e verso’, a fim de padronizar a entrega do Plano de Comunicação pelas licitantes.

4.2.7. Os textos da Estratégia de Mídia e Não Mídia estão limitados a 10 (dez) páginas, excluindo desse limite as planilhas anexas ao Plano de Mídia.

4.2.8. Para fins desta concorrência, consideram-se como Não Mídia os meios que não implicam a compra de espaço e/ou tempo em veículos de comunicação e divulgação para a transmissão de mensagens publicitárias.

4.2.9. Podem ser utilizadas páginas isoladas com a finalidade de identificar o Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada e seus subquesitos: Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária, Ideia Criativa e Estratégia de Mídia e Não Mídia.

4.2.9.1. Essas páginas devem seguir as especificações do subitem 4.2, no que couber.

4.3. O Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, composto dos subquesitos Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária, Ideia Criativa e Estratégia de Mídia e Não Mídia, deverá ser elaborado com base no Briefing (Anexo II), observadas as seguintes disposições:

4.3.1. **Subquesito 1 - Raciocínio Básico:** apresentação em que a licitante demonstrará sua compreensão sobre a atuação do CREFITO-5, as ações de comunicação empreendidas pela autarquia, os problemas geral e específico de comunicação, seus desafios e objetivos, expressos no Anexo II – Briefing;

4.3.2. **Subquesito 2 - Estratégia de Comunicação Publicitária:** apresentação pela licitante das linhas gerais da proposta para superar o desafio de comunicação e alcançar os objetivos de comunicação relacionados a esse desafio expressos no Briefing, compreendendo:

- a. Explicitação e defesa do partido temático e do conceito que, de acordo com seu raciocínio básico, devem fundamentar a proposta de solução publicitária;
- b. Explicitação e defesa dos principais pontos da Estratégia de Comunicação Publicitária sugerida, especialmente o que dizer, a quem dizer, como dizer, quando dizer e que meios de divulgação, instrumentos ou ferramentas a utilizar.

4.3.3. **Subquesito 3 - Ideia Criativa:** apresentação pela licitante de campanha publicitária, observadas as seguintes disposições:

- a. Apresentar relação de todas as peças e/ou materiais que julgar necessários para a execução da sua proposta de estratégia de comunicação publicitária, como previsto no subitem 4.3.2, com comentários sobre cada peça e/ou material;
- b. Da relação prevista na alínea “a” do subitem 4.3.3, escolher e apresentar como exemplos as peças e/ou materiais que julgar mais indicados para corporificar objetivamente sua proposta de solução do desafio de comunicação e expressar os objetivos descritos no Briefing, conforme



explicitado na estratégia de comunicação publicitária.

4.3.3.1. Os comentários mencionados na alínea “a” do subitem 4.3.3 estão circunscritos à especificação de cada peça e/ou material e à explicitação das funções táticas que se pode esperar de cada peça e/ou material.

4.3.3.2. Se a campanha proposta pela licitante previr número de peças e/ou materiais superior ao limite de 10 peças, que podem ser apresentadas fisicamente como exemplos, a relação de todas as peças publicitárias, com descrição de cada uma, deverá ser elaborada em dois blocos: um para as peças e/ou materiais apresentados como exemplos e outro para o restante.

4.3.3.3. Os exemplos de peças e/ou materiais de que trata a alínea “b” do subitem 4.3.3:

a. Estão limitados a 10 (dez), independentemente do meio de divulgação, do tipo ou característica da peça e/ou material;

b. Podem ser apresentados sob a forma de:

I. Roteiro, leiaute ou storyboard, para qualquer meio;

II. Protótipo ou “monstro”, para peças destinadas a rádio e internet;

III. “Storyboard” animado ou “animatic”, para televisão e cinema.

4.3.3.3.1. Na elaboração do “animatic” poderão ser inseridas fotos e imagens estáticas, além de trilha, voz de personagens e locução. Não podem ser inseridas imagens em movimento.

4.3.3.3.2. Os “storyboards” animados ou “animatics” e os protótipos ou “monstros” deverão ser apresentados em pen drive disponibilizado pelo CREFITO-5, junto com o invólucro nº 01, executável em computadores pessoais, ressalvado que não serão avaliados sob os critérios geralmente utilizados para peças finalizadas, mas apenas como referência da ideia a ser produzida. Caso o licitante apresente pen drive no invólucro nº 01 diferente do disponibilizado pelo CREFITO-5, será desclassificado. Nessa mídia de apresentação (pen drive) não poderão constar informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante, incluindo o cuidado pelo qual o licitante irá salvar os respectivos arquivos no dispositivo disponibilizado pelo CREFITO-5.

4.3.3.3.3. Os protótipos ou “monstros” de peças para a Internet poderão ser produzidos em quaisquer dos formatos universais, a exemplo de pdf, jpg, html, mpeg, swf e mov.

4.3.3.3.4. As peças gráficas deverão ser enviadas em arquivo, tamanho real ou reduzido, desde que não haja prejuízo para sua leitura, sem limitação de cores, com ou sem suporte e/ou passe-partout.

4.3.3.3.5. Cada peça e/ou material deverá trazer indicação sucinta (exemplos: cartaz, filme TV, spot rádio, anúncio revista, “monstro” de Internet), destinada a facilitar seu cotejo, pelos integrantes da Subcomissão Técnica.

4.3.3.3.6. Para fins de cômputo das peças que devem ser apresentadas até o limite de que trata a alínea “a” do subitem 4.3.3.3, devem ser observadas as seguintes regras:

a. Reduções e variações de formato serão consideradas como novas peças;

b. Cada peça apresentada como parte de um kit será computada no limite, se transmitir mensagem única;

c. Peça sequencial, para qualquer meio (a exemplo de anúncio para revista e jornal e de painéis sequenciais de mídia exterior – outdoor, envelopamento de veículos, adesivagem de fingers, entre outros), será considerada uma peça se o conjunto transmitir mensagens única;

d. Um hotsite e todas as suas páginas serão considerados uma peça;

e. Um filme e o hotsite em que se encontra hospedado serão considerados duas peças;

f. Um banner e o hotsite para o qual ele esteja direcionado serão considerados duas peças;

g. Um hotsite cuja página de abertura e/ou demais páginas internas sejam formadas por animações



ou imagens captadas, formando um conjunto integrado ao hotsite, será considerado uma peça.

4.3.4. Subquesto 4 - Estratégia de Mídia e Não Mídia é constituída de:

a. Apresentação em que a licitante explicitará e justificará a estratégia e as táticas recomendadas, em consonância com a estratégia de comunicação publicitária por ela sugerida e em função da verba referencial indicada neste termo de referência, sob a forma de textos, tabelas, gráficos e planilhas;

b. Simulação de plano de distribuição em que a licitante indicará todas as peças e/ou materiais destinados à veiculação, exposição ou distribuição, sob a forma de textos, tabelas, gráficos e planilhas.

4.3.4.1. Todas as peças e materiais que integrarem a relação comentada prevista a alínea “a” do subitem 4.3.3 deverão constar dessa simulação.

4.3.4.2. Da simulação deverá constar resumo geral com informações sobre:

a. O período de distribuição das peças e/ou materiais;

b. As quantidades de inserções das peças em veículos de comunicação e de divulgação;

c. Os valores (absolutos e percentuais) dos investimentos alocados em veículos de comunicação e de divulgação, separadamente por meios;

d. Os valores (absolutos e percentuais) alocados na produção e/ou na execução técnica de cada peça destinada a veículos de comunicação e de divulgação;

e. As quantidades a serem produzidas de cada peça e/ou material de não mídia;

f. Os valores (absolutos e percentuais) alocados na produção de cada peça e/ou material de não mídia;

g. Os valores (absolutos e percentuais) alocados na distribuição de cada peça e/ou material de não mídia.

4.3.4.3. Nessa simulação:

a. Os preços das inserções em veículos de comunicação e de divulgação devem ser os de tabela cheia, vigentes na data de publicação do Aviso de Licitação;

b. Deve ser desconsiderado o repasse de parte do desconto de agência concedido pelos veículos de comunicação e de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

c. Devem ser desconsiderados os custos internos e os honorários sobre os serviços de fornecedores.

4.3.4.4. Para veículos de comunicação e divulgação que não atuem com tabelas de preços públicas, mas que possam ser considerados como formas inovadoras de comunicação (tais como mídia programática, trading desks e redes sociais) a licitante deverá informar o montante de investimento proposto a ser utilizado com essas ferramentas no âmbito de sua estratégia, assim como para o alcance dos objetivos previamente estabelecidos, definindo em sua proposta quais métricas serão utilizadas para atingi-los (Ex: com, true views, taxa de impressão, geração de leads, custo por alcance, cpc, cpe, custo por visualização de vídeo, custo por curtida, entre outros).

4.3.4.5. Caso este Edital venha a ser republicado, com a retomada da contagem do prazo legal, os preços de tabela a que se refere a alínea “a” do subitem 4.3.4.3 devem ser os vigentes na data de publicação do primeiro Aviso de Licitação.

4.3.4.6. Segue os atuais recursos próprios de comunicação do CREFITO-5:

* Portal do CREFITO-5: <https://crefito5.org.br/>

* Redes Sociais Oficiais:

<https://www.facebook.com/crefito5/#>

<https://www.instagram.com/crefito5/#>



<https://www.youtube.com/user/CREFITO5>

Plano De Comunicação Publicitária – Via Identificada (Invólucro 2)

4.4. O Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada tem a finalidade única de proporcionar a correlação segura de autoria, deverá constituir-se de cópia da via não identificada e com as seguintes especificidades:

I – Ter a identificação da licitante – Razão Social e CNPJ;

II – Ser datado;

III – Estar assinado no fim da página, por quem detenha poderes de representação da licitante na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

IV – Será apresentada, dentro do Invólucro nº 2, em mídia digital – de escolha livre da licitante, desde que não haja qualquer possibilidade de identificação da autoria deste antes de sua abertura – uma versão na íntegra do Plano de Comunicação Publicitária apócrifo, incluindo as peças exemplificadas. O ato se justifica para facilitar e tornar mais eficaz a disponibilização futura dos documentos da Concorrência, principalmente na fase recursal.

Quesito 2 - Capacidade De Atendimento

4.5. A licitante deverá apresentar os documentos e informações que comprovem sua capacidade de atendimento. O caderno específico, orientação retrato, com ou sem uso de cores, em formato A4, ou A3 dobrado, com 75 gr/m2, numerado sequencialmente a partir da primeira página interna (local da numeração é de livre escolha do licitante), rubricado em todas as páginas assinado na última por quem detenha poderes de representação da licitante, devidamente identificado, conforme previsto em seus atos constitutivos.

4.5.1. Qualquer página com os documentos e informações previstos no subitem 4.5 poderá ser editada para impressão em papel A3.

4.5.2. Os documentos e informações e o documento específico mencionados no subitem 4.5 não poderão ter informação, marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento que conste do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada e possibilite a identificação da autoria deste antes da avaliação da proposta técnica.

4.5.3. Não há limitação de número de páginas para apresentação da Capacidade de Atendimento.

4.6. A Capacidade de Atendimento será constituída de textos, tabelas, gráficos, diagramas, fotos e outros recursos, por meios dos quais a licitante apresentará:

a. Relação nominal dos seus principais clientes nos últimos 5 anos anteriores a licitação, com a especificação do início e término de atendimento de cada um deles;

b. A quantificação e a qualificação, sob a forma de currículo resumido (no mínimo, nome, formação e experiência) dos profissionais que poderão ser colocados à disposição da execução do contrato, discriminando-se as áreas de estudo e planejamento, criação, produção de rádio, televisão, cinema, Internet, produção gráfica, mídia, mídias sociais e atendimento;

c. As instalações, a infraestrutura e os recursos materiais que estarão à disposição para a execução do contrato;

d. A sistemática de atendimento e a discriminação dos prazos a serem praticados, em condições normais de trabalho, na criação de peça avulsa ou de campanha e na elaboração de plano de mídia;

e. A discriminação das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia que colocará regularmente à disposição do CREFITO-5, sem ônus adicionais, na vigência do contrato.

Quesito 3 - Repertório

4.7. A licitante deverá apresentar os documentos, informações, peças e materiais que constituem o



Repertório em caderno específico, orientação retrato, com ou sem uso de cores, em formato A4 ou A3 dobrado, com 75 gr/m2, numerado sequencialmente, a partir da primeira página interna, rubricado em todas as páginas e assinado na última por quem detenha poderes de representação da licitante na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

4.7.1. Qualquer página com os documentos e informações previstos no subitem 4.7 poderá ser editada para impressão em papel A3 dobrado.

4.7.2. Os documentos, as informações e as peças mencionados no subitem 4.7 não poderão ter informação, marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento que conste do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada e possibilite a identificação da autoria deste antes da abertura do Invólucro nº 2.

4.7.3. Não há limitação de número de páginas para apresentação do Repertório.

4.8. O Repertório será constituído de peças e/ou materiais concebidos e veiculados, expostos ou distribuídos pela licitante.

4.8.1. A licitante deverá apresentar 10 (dez) peças ou materiais, independentemente de seu tipo ou característica e da forma de sua veiculação, exposição ou distribuição.

4.8.1.1. As peças eletrônicas deverão ser fornecidas em pen drive, executável no sistema operacional windows, podendo integrar o caderno específico – repertório – ou ser apresentado solto.

4.8.1.2. As peças gráficas poderão integrar o caderno específico - repertório – apresentadas soltas. Em todos os casos, deverá ser preservada a capacidade de leitura das peças e deverão ser indicadas suas dimensões originais.

4.8.1.3. Se a licitante apresentar peças em quantidade inferior à estabelecida no subitem 4.8.1, sua pontuação máxima, neste quesito, será proporcional ao número de peças apresentadas. A proporcionalidade será obtida mediante a aplicação da regra de três simples em relação à pontuação máxima prevista no subitem 6.3.1.

4.8.2. As peças e/ou materiais devem ter sido veiculados, expostos ou distribuídos a partir de 1º de janeiro de 2017.

4.8.3. Para cada peça e/ou material, deverá ser apresentada ficha técnica com a indicação sucinta do problema que se propôs resolver e a identificação da licitante e de seu cliente, título, data de produção, período de veiculação, exposição e/ou distribuição e, no caso de veiculação, menção de pelo menos um veículo de comunicação ou divulgação que divulgou cada peça.

4.8.4. As peças e/ou materiais não podem referir-se a trabalhos solicitados e/ou aprovados pelo CREFITO-5, sua atual gestão ou administração anterior.

Quesito 4 - Relatos De Soluções De Problemas De Comunicação

4.9. A licitante deverá apresentar os documentos e informações que constituem os Relatos de soluções de problemas de comunicação em caderno específico, orientação retrato, com ou sem uso de cores, em formato A4, em fonte Arial, tamanho 12, em folhas numeradas sequencialmente, a partir da primeira página interna e assinadas na última por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

4.9.1. Qualquer página com os documentos e informações previstos no subitem 4.9 poderá ser editada para impressão em papel A3 dobrado. Nesse caso, para fins do limite previsto no subitem 4.10, o papel A3 será computado como duas páginas de papel A4.

4.9.2. Os documentos e informações e o caderno específico mencionados no subitem 4.9 não poderão ter informação, marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento que conste do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada e possibilite a identificação da autoria deste antes



da abertura do Invólucro 2.

4.10. A licitante deverá apresentar 2 (dois) Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, cada um com o máximo de 2 (duas) páginas, em que serão descritas soluções bem-sucedidas de problemas de comunicação planejadas e propostas por ela e implementadas por seus clientes. O Relato:

- I. Será elaborado pela licitante, em papel que a identifique;
- II. Deverá ter nome, cargo ou função e assinatura de funcionário da licitante responsável por sua elaboração;
- III. Não pode referir-se a ações publicitárias solicitadas e/ou aprovadas pelo CREFITO-5 (da atual ou da administração anterior);
- IV. Deverá estar formalmente referendado pelo cliente, de forma a atestar sua autenticidade.

4.10.1. A formalização do referendo deverá ser feita na última página do Relato, na qual constarão o nome do cliente, o nome e o cargo ou função do signatário. As duas páginas do Relato deverão estar assinadas pelo autor do referendo.

4.10.2. Se a Licitante apresentar apenas 1 (um) relato, sua pontuação máxima, neste quesito, será equivalente à metade de pontuação máxima prevista na alínea “d” do subitem 6.3.1.

4.10.3. Os relatos de que tratam este item deverão ter sido implementados de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

4.11. É permitida a inclusão de até 5 (cinco) peças e/ou materiais, independentemente do meio de divulgação, do tipo ou característica da peça, para cada Relato, conforme especificação abaixo:

- I. As peças eletrônicas deverão ser fornecidas em pen drive, executável no sistema operacional Windows, podendo integrar o caderno específico previsto no subitem 4.9 ou ser apresentadas soltas;
- II. As peças gráficas poderão integrar o caderno específico previsto no subitem 4.9, em papel A4 ou A3 dobrado, com 75 gr/m², ou ser apresentadas soltas. Em todos os casos, deverão ser indicadas suas dimensões originais;
- III. Para cada peça e/ou material, deverá ser apresentada ficha técnica com a indicação sucinta do problema que se propuseram resolver.

4.12. Será apresentada, dentro do Invólucro nº 03, em mídia digital – de escolha livre da licitante, desde que não haja qualquer possibilidade de identificação da autoria deste antes da abertura dos Invólucros nº 01 e 03 – uma versão na íntegra de todo o Invólucro nº 03, incluindo os textos da Capacidade de Atendimento, do Repertório e dos Relatos de Soluções, bem como as peças do Repertório e dos Relatos de Soluções. O ato se justifica para facilitar e tornar mais eficaz a disponibilização futura dos documentos da Concorrência para livre acesso às licitantes no site competente da Concorrência, principalmente na fase recursal.

5. DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

5.1. Serão realizadas sessões públicas, observados os procedimentos previstos neste Termo de Referência, Edital e na legislação, das quais serão lavradas atas circunstanciadas dos atos e fatos dignos de registro, assinadas pelos membros da Comissão de Contratação do CREFITO-5 e pelos representantes das licitantes presentes, gravadas em áudio e vídeo, conforme §§ 2º e 5º do Art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1.1. A participação de representante de qualquer licitante dar-se-á mediante a prévia entrega de documento hábil, conforme estabelecido no Termo de Referência e Edital;

5.1.2. Os integrantes da Subcomissão Técnica não poderão participar das sessões de recebimento e



abertura dos envelopes com as Propostas Técnicas e de Preços;

5.1.3. O julgamento final das Propostas Técnicas e de Preços e a análise dos Documentos de Habilitação das licitantes classificadas no julgamento serão efetuados exclusivamente com base nos critérios especificados no presente Termo de Referência e Edital.

5.1.4. Todas as reuniões da Comissão de Contratação do CREFITO-5 serão lavradas atas circunstanciadas e as sessões públicas serão gravadas em áudio e vídeo, em conformidade à Lei nº 14.133/2021.

PRIMEIRA SESSÃO PÚBLICA:

5.2. A primeira sessão pública será realizada no dia, hora e local previstos no preâmbulo do Edital e terá a seguinte pauta inicial:

- a) Identificar os representantes das licitantes, por meio do documento exigido em Edital;
- b) Receber os INVÓLUCROS Nº 1, Nº 2, Nº 3 e Nº 4;
- c) Conferir se esses envelopes estão em conformidade com as disposições contidas neste Termo de Referência e Edital;
- d) Verificar o cumprimento das condições de participação, nos termos do Termo de Referência e registrar em ata eventuais casos de descumprimento.

5.2.1. O INVÓLUCRO Nº 1, com a Via Não Identificada do Plano de Comunicação Publicitária, só será recebido pela Comissão de Contratação do CREFITO-5 se:

- a) Não estiver identificado;
- b) Não apresentar marca, sinal, etiqueta ou outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes da abertura do INVÓLUCRO Nº 2;
- c) Não estiver danificado ou deformado pelas peças, material e ou demais documentos nele acondicionados de modo a possibilitar a identificação da licitante antes da abertura do INVÓLUCRO Nº 2.

5.2.2. Ante a ocorrência de apresentação de Invólucro nº 01 – Via Não Identificada do Plano de Comunicação Publicitária identificada e/ou apresentar marca, sinal, etiqueta ou outro elemento que possibilite a identificação, e/ou estiver danificado e/ou deformado pelas peças, material e ou demais documentos nele acondicionados de modo a possibilitar a identificação da licitante antes da abertura do INVÓLUCRO Nº 2, a Comissão de Contratação do CREFITO-5 não receberá o INVÓLUCRO Nº 2, o que também a impedirá de receber os demais envelopes da mesma licitante, registrando em ata.

5.2.3. A primeira sessão prosseguirá com a seguinte pauta básica:

- a) Rubricar, no fecho, sem abri-los, os INVÓLUCROS Nº 2 e Nº 4, que permanecerão fechados sob a guarda e responsabilidade da Comissão de Contratação do CREFITO-5 e separá-los dos INVÓLUCROS Nº 1 e Nº 3;
- b) Retirar e rubricar o conteúdo do INVÓLUCRO Nº 1;
- c) Abrir o INVOLUCRO Nº 3 e rubricar seu conteúdo;
- d) Colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame, os documentos que constituem os INVÓLUCROS Nº 1 e Nº 3, sem permitir fotos e/ou vídeos dos conteúdos;
- e) As licitantes serão convocadas para a próxima sessão através de e-mail e publicação no sítio eletrônico do CREFITO-5.

5.2.4. A Comissão de Contratação do CREFITO-5, antes de retirar e rubricar o conteúdo do Invólucro nº 01, adotará medidas para evitar que seus membros e ou os representantes das licitantes possam, ainda que acidentalmente, identificar a autoria de algum Plano de Comunicação



Publicitária;

5.2.5. Antes de serem abertos para rubrica dos conteúdos pelos presentes na primeira sessão, os Invólucros nº 1, com o Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, devem ser misturados, de modo que não possam ser vinculados aos respectivos autores, considerada a ordem sequencial de sua entrega para Comissão de Contratação do CREFITO-5.

5.2.6. Se, ao examinar e ou rubricar os conteúdos dos INVÓLUCROS Nº 1 e Nº 3, a Comissão de Contratação do CREFITO-5, e ou os representantes das licitantes constatarem ocorrência(s) que possibilite(m), **de forma inequívoca**, a identificação da autoria do Plano de Comunicação Publicitária, a referida Comissão de Contratação do CREFITO-5, desclassificará a licitante e ficará de posse de todos os seus envelopes até que expire o prazo para recursos relativos a essa fase.

5.2.7. Da mesma forma, como previsto no item 4.3.3.3.2, caso o licitante apresente pen drive no Invólucro nº 01 diferente do dispositivo disponibilizado pelo CREFITO-5, será desclassificado.

5.2.8. A Comissão de Contratação do CREFITO-5, não lançará nenhum código, sinal ou marca no INVÓLUCRO Nº 1 nem nos documentos que compõem a via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária.

5.2.9. Abertos os INVÓLUCROS Nº 1 e Nº 3, as licitantes não poderão desistir de suas Propostas, a não ser por motivo justo, decorrente de fato superveniente, e aceito pela Comissão de Contratação do CREFITO-5;

5.2.10. Se as licitantes estiverem expressamente de acordo com as decisões tomadas pela Comissão de Contratação do CREFITO-5, na primeira sessão, os procedimentos de licitação terão continuidade conforme a seguir descrito:

- a) Encaminhamento, pela Comissão de Contratação do CREFITO-5, à Subcomissão Técnica, do INVÓLUCRO nº 1, com as vias não identificadas do Plano de Comunicação Publicitária;
- b) Análise individualizada e julgamento, pela Subcomissão Técnica, das vias não identificadas do Plano de Comunicação Publicitária, de acordo com os critérios especificados neste Edital;
- c) Elaboração pela Subcomissão Técnica à Comissão de Contratação do CREFITO-5, da Ata de julgamento dos Planos de Comunicação Publicitária, de planilha com as pontuações e de justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso;
- d) Encaminhamento, pela Comissão de Contratação do CREFITO-5 à Subcomissão Técnica, do INVÓLUCRO nº 3, com a Capacidade de Atendimento, o Repertório e os Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação;
- e) Análise individualizada e julgamento, pela Subcomissão Técnica, da Capacidade de Atendimento, do Repertório e dos Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, de acordo com os critérios especificados neste instrumento convocatório;
- f) Elaboração e encaminhamento, pela Subcomissão Técnica Comissão de Contratação do CREFITO-5, da Ata de julgamento das Propostas referentes à Capacidade de Atendimento, ao Repertório e aos Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, de planilha com as pontuações e de justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso.

5.2.11. Se houver manifestação expressa de qualquer licitante de recorrer das decisões da Comissão de Contratação do CREFITO-5, pertinentes à primeira sessão, esta divulgará o resultado no Diário Oficial da União - DOU, abrindo-se o prazo para a interposição de recursos.

5.2.12. Não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido a sua desistência ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, serão adotados os procedimentos descritos no item 5.2.9.

5.2.13. Se alguma Proposta Técnica for desclassificada por apresentar qualquer informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da autoria do Plano de



Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, antes da abertura do Invólucro nº 2, a Subcomissão Técnica atribuirá pontuação a cada quesito ou subquesito da Proposta, conforme as regras previstas neste Termo de Referência e Edital, e lançará sua pontuação em planilhas que ficarão acondicionadas em envelope fechado e rubricado no fecho pelos membros da Subcomissão Técnica, até que expire o prazo para recursos relativos a essa fase.

5.2.13.1. O disposto no subitem precedente só se aplica aos casos em que o descumprimento de regras previstas neste Termo de Referência e Edital seja percebido pela Subcomissão quando da execução dos seus trabalhos e resulte na identificação da licitante pela mesma antes da abertura do INVÓLUCRO Nº 2.

5.2.14. A documentação elaborada pela Subcomissão Técnica e enviada à Comissão de Contratação do CREFITO-5, é composta pela Ata de julgamento dos Planos de Comunicação Publicitária, pela planilha com as pontuações e justificativas escritas das razões que as fundamentaram em cada caso, pela Ata de julgamento das Propostas referentes à Capacidade de Atendimento, ao Repertório e aos Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, composta pela planilha com as pontuações e de justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso, e conterão, respectivamente, as pontuações de cada membro para cada subquesito do Plano de Comunicação Publicitária de cada licitante e as pontuações de cada membro para os quesitos Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação de cada Licitante.

SEGUNDA SESSÃO PÚBLICA:

5.3. Após receber as atas de julgamento das Propostas Técnicas (INVÓLUCROS Nº 1 e Nº 3), respectivas planilhas de julgamento e demais documentos elaborados pela Subcomissão Técnica, a Comissão de Contratação do CREFITO-5 convocará as licitantes, através de e-mail e publicação no sítio eletrônico do CREFITO-5 para participar da segunda sessão pública, com a seguinte pauta básica:

- a) Identificar os representantes das licitantes presentes e colher suas assinaturas na lista de presença;
- b) Abrir os INVÓLUCROS Nº 2;
- c) Cotejar as vias não identificadas (INVÓLUCRO Nº 1) com as vias identificadas (INVÓLUCRO Nº 2) do Plano de Comunicação Publicitária, para identificação de sua autoria;
- d) Elaborar planilha geral com as pontuações atribuídas a cada quesito de cada Proposta Técnica;
- e) Proclamar o resultado do julgamento geral da Proposta Técnica;
- f) Informar que o resultado do julgamento geral das Propostas Técnicas será publicado através de e-mail e publicação no sítio eletrônico do CREFITO-5, com a indicação dos proponentes classificados e dos desclassificados, em ordem decrescente de pontuação, abrindo-se prazo para interposição de recurso.

5.3.1. Além das demais atribuições previstas no Termo de Referência e Edital, caberá à Subcomissão Técnica manifestar-se em caso de eventuais recursos de licitantes, relativos ao julgamento das Propostas Técnicas, se solicitado pela Comissão de Contratação do CREFITO-5.

TERCEIRA SESSÃO PÚBLICA:

5.4. Não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido a sua desistência ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, a Comissão de Contratação do CREFITO-5, convocará as licitantes, através de e-mail e publicação no sítio eletrônico do CREFITO-5, para participar da terceira sessão



pública, com a seguinte pauta básica:

- a) Identificar os representantes das licitantes presentes e colher suas assinaturas na lista de presença;
- b) Abrir os INVÓLUCROS Nº 4, cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão de Contratação do CREFITO-5, e pelos representantes das licitantes presentes ou por comissão por eles indicada;
- c) Colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame, os documentos integrantes dos INVÓLUCROS Nº 4;
- d) Analisar o cumprimento, pelas licitantes, das exigências do Termo de Referência e Edital para a elaboração das Propostas de Preços e julgá-las de acordo com os critérios nele especificados;
- e) Identificar o Índice de Preço (IP) e a Pontuação Final (PF) de cada licitante e dar conhecimento do resultado aos representantes das licitantes presentes;
- f) Publicação do resultado do julgamento final das propostas (técnica e preço) no Diário Oficial da União – DOU, com a indicação da ordem de classificação, abrindo-se prazo para interposição de recurso.

QUARTA SESSÃO PÚBLICA:

5.5. Não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido a sua desistência ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, a Comissão de Contratação do CREFITO-5, convocará as licitantes classificadas, através de e-mail e publicação no sítio eletrônico do CREFITO-5, para participar da quarta sessão pública, com a seguinte pauta básica:

- a) Identificar os representantes das licitantes presentes e colher suas assinaturas na lista de presença;
- b) Receber e abrir os INVÓLUCROS Nº 5, cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão de Contratação do CREFITO-5 e pelos representantes das licitantes presentes ou por comissão por eles indicada;
- c) Analisar a conformidade dos Documentos de Habilitação com as condições estabelecidas no Termo de Referência e Edital e na legislação em vigor;
- d) Colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame, os documentos integrantes dos INVÓLUCROS Nº 5.
- e) Informar:
 - e.1) O resultado da habilitação;
 - e.2) Que o resultado da habilitação será publicado no Diário Oficial da União - DOU, com a indicação dos proponentes habilitados e inabilitados, abrindo-se prazo de no prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de recurso, conforme disposto no Art. 165, inciso I, alínea 'c' da Lei Federal nº 14.133/2021.
 - e.3) Que será publicado no Diário Oficial da União - DOU o nome da licitante vencedora desta licitação, caso não tenha sido interposto recurso na fase de habilitação, ou tenha havido a sua desistência ou, ainda, tenham sido julgados os recursos interpostos.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

6.1. A Subcomissão Técnica de Julgamento, prevista neste Edital, analisará as propostas técnicas das licitantes quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

6.2. Serão levados em conta pela Subcomissão Técnica, como critério de julgamento técnico, os



seguintes atributos da proposta, em cada quesito ou subquesito:

6.2.1. Quesito 1 - PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA

6.2.1.1. Subquesito 1 - Raciocínio Básico – a acuidade de compreensão sobre:

- A atuação do CREFITO-5 nos contextos social, político, técnico e econômico;
- As características da atuação do CREFITO-5 e a importância da comunicação para o alcance de suas metas;
- O desafio de comunicação expresso no Briefing;
- Os objetivos de comunicação expressos no Briefing.

6.2.1.1.1. Será aplicada objetivamente a pontuação prevista, conforme indica a tabela abaixo, sendo possível variação de 0,1 ponto:

Análise Crítica	Nota	Peso	Pontuação Máxima
Atendeu plenamente, com cumprimento de todos os itens das alíneas do critério de avaliação.	8,01 a 10	1	10
Atendeu, porém se observou ausência de 1 item das alíneas do critério de avaliação.	6,01 a 8		
Atendeu, porém se observou ausência de 2 itens das alíneas do critério de avaliação.	4,1 a 6		
Atendeu, porém se observou ausência de 3 itens das alíneas do critério de avaliação.	2,1 a 4		
Atendeu, porém se observou ausência de 4 itens das alíneas do critério de avaliação.	0,1 a 2		
Não atendeu, pois se observou ausência de 4 itens ou mais das alíneas do critério de avaliação.	0		

6.2.1.2. Subquesito 2 - Estratégia de Comunicação Publicitária:

- A adequação do partido temático e do conceito propostos à natureza da comunicação publicitária do CREFITO-5 e ao desafio de comunicação expresso no Briefing;
- A consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa do partido temático e do conceito propostos;
- A riqueza de desdobramentos positivos do conceito proposto para a comunicação publicitária do CREFITO-5 com seus públicos;
- A adequação e a exequibilidade da estratégia de comunicação publicitária: o que dizer, a quem dizer, como dizer, quando dizer e que meios de divulgação, instrumentos ou ferramentas utilizar – proposta para a solução do desafio de comunicação expresso no Briefing;
- A consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa da estratégia da comunicação publicitária proposta;
- A capacidade de articular os conhecimentos sobre a comunicação publicitária do CREFITO-5, o desafio de comunicação expresso no Briefing, seus públicos, os objetivos de comunicação e a verba disponível.

6.2.1.2.1. Será aplicada objetivamente a pontuação prevista, conforme indica a tabela abaixo, sendo possível variação de 0,1 ponto:

Análise Crítica	Nota	Peso	Pontuação Máxima
Atendeu plenamente, com cumprimento de todos os itens das alíneas do critério de avaliação.	8,01 a 10	2	20



Atendeu, porém se observou ausência de 1 item das alíneas do critério de avaliação.	6,01 a 8		
Atendeu, porém se observou ausência de 2 itens das alíneas do critério de avaliação.	4,1 a 6		
Atendeu, porém se observou ausência de 3 itens das alíneas do critério de avaliação.	2,1 a 4		
Atendeu, porém se observou ausência de 4 itens das alíneas do critério de avaliação.	0,1 a 2		
Não atendeu, pois se observou ausência de 5 itens ou mais das alíneas do critério de avaliação.	0		

6.2.1.3. Subquesto 3 - Ideia Criativa

- Sua adequação ao desafio de comunicação expresso no Briefing;
- Sua adequação à estratégia de comunicação publicitária sugerida pela licitante;
- Sua adequação ao universo cultural dos segmentos de público-alvo;
- A multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta;
- A originalidade da combinação dos elementos que a constituem;
- A simplicidade da forma como se apresenta;
- Sua pertinência às atividades de comunicação publicitária do CREFITO-5;
- Os desdobramentos comunicativos que enseja, conforme demonstrado nos exemplos de peças e/ou materiais apresentados;
- A exequibilidade das peças e/ou dos materiais;
- A compatibilidade da linguagem utilizada nas peças e/ou nos materiais com os meios e públicos propostos.

6.2.1.3.1. Será aplicada objetivamente a pontuação prevista, conforme indica a tabela abaixo, sendo possível variação de 0,1 ponto:

Análise Crítica	Nota	Peso	Pontuação Máxima
Atendeu plenamente, com cumprimento de todos os itens das alíneas do critério de avaliação.	8,01 a 10	2,5	25
Atendeu, porém se observou ausência de 1 item das alíneas do critério de avaliação.	6,01 a 8		
Atendeu, porém se observou ausência de 2 itens das alíneas do critério de avaliação.	4,1 a 6		
Atendeu, porém se observou ausência de 3 itens das alíneas do critério de avaliação.	2,1 a 4		
Atendeu, porém se observou ausência de 4 itens das alíneas do critério de avaliação.	0,1 a 2		
Não atendeu, pois se observou ausência de 5 itens ou mais das alíneas do critério de avaliação.	0		

6.2.1.4. Subquesto 4 - Estratégia de Mídia e Não Mídia

- O conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação dos segmentos de público prioritários;
- A capacidade analítica evidenciada no exame desses hábitos;
- A consistência do plano simulado de distribuição das peças e/ou dos materiais em relação às duas alíneas anteriores;



- d. A pertinência, a oportunidade e a economicidade demonstradas no uso dos recursos de comunicação próprios do CREFITO-5;
- e. A economicidade da aplicação da verba de mídia, evidenciada no plano simulado de distribuição das peças e/ou dos materiais;
- f. A otimização da mídia segmentada, alternativa e de massa.

6.2.1.4.1. Será alicada objetivamente a pontuação prevista, conforme indica a tabela abaixo, sendo possível variação de 0,1 ponto:

Análise Crítica	Nota	Peso	Pontuação Máxima
Atendeu plenamente, com cumprimento de todos os itens das alíneas do critério de avaliação.	8,01 a 10	2	20
Atendeu, porém se observou ausência de 1 item das alíneas do critério de avaliação.	6,01 a 8		
Atendeu, porém se observou ausência de 2 itens das alíneas do critério de avaliação.	4,1 a 6		
Atendeu, porém se observou ausência de 3 itens das alíneas do critério de avaliação.	2,1 a 4		
Atendeu, porém se observou ausência de 4 itens das alíneas do critério de avaliação	0,1 a 2		
Não atendeu, pois se observou ausência de 5 itens ou mais das alíneas do critério de avaliação.	0		

6.2.2. Quesito 2 - Capacidade de Atendimento

6.2.2.1. Clientes: serão avaliados no julgamento o porte dos clientes, a partir do valor executado anualmente pelo licitante, e o período de atendimento de cada um dos clientes. Será aplicada pontuação individual, conforme critérios descritos na tabela abaixo, para cada atestado/certidão/declaração apresentado. A nota final será a soma das notas individuais de cada um dos três clientes, número máximo a ser considerados para fins de pontuação (pontuação máxima – 7,5 pontos).

Descrição - Porte	Análise	Pontuação
Nível A Anunciante/Contratante com orçamento publicitário anual não inferior a R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) por pelo menos um ano.	Nível A	2
Nível B Anunciante/Contratante com orçamento publicitário anual não inferior a R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) por pelo menos um ano.	Nível B	1,5
Nível C Anunciante/Contratante com orçamento publicitário anual não inferior a R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) por pelo menos um ano.	Nível C	1
Nível D Anunciante/Contratante com orçamento publicitário anual	Nível D	0,5



inferior a R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) por pelo menos um ano.

Descrição – Período de Atendimento	Análise	Pontuação
Nível A Anunciante/Contratante atendido por período não inferior a três anos	Nível A	0,5
Nível B Anunciante/Contratante atendido por período não inferior a dois anos	Nível B	0,3
Nível C Anunciante/Contratante atendido por período não inferior a um ano	Nível C	0,2

6.2.2.1.1. Caso o licitante apresente uma relação superior a três clientes, serão considerados aqueles de maior pontuação.

6.2.2.1.2. Os critérios adotados visam referenciar o julgamento do porte e a tradição dos clientes como anunciantes publicitários, além do período de atendimento a cada. A declaração busca identificar na licitante a experiência acumulada no mercado com prestação de serviços compatíveis com o objeto deste contrato. São parâmetros importantes para assegurar que os serviços se desenvolverão por meio de empresa habilitada, com outros trabalhos no currículo, os quais, somados às demais informações fornecidas, formarão um conjunto de elementos que determinarão com maior proximidade o nível técnico da licitante e seu grau de aderência em relação às necessidades do Setor de Comunicação do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região.

6.2.3. Profissionais: A experiência dos profissionais da licitante e a adequação das qualificações desses profissionais às necessidades do CREFITO-5, conforme descrito abaixo. A apresentação dos profissionais deverá ser acompanhada do seu respectivo currículo. Caso a Subcomissão entenda necessário, documentos complementares poderão ser solicitados.

6.2.3.1. Equipe Técnica

- a) Profissional de Atendimento;
- b) Diretor de Arte;
- c) Profissional de Redação;
- d) Coordenador de Mídia;
- e) Coordenador de Produção.

6.2.3.1.1. Para cada profissional, a licitante receberá um ponto, com total de cinco pontos no subquesto.

6.2.3.1.1.1. Não é obrigatório que os profissionais indicados sejam do quadro pessoal da empresa, todavia a empresa vencendo o certame terá que disponibilizar os profissionais ali indicados.

6.2.3.1.1.2. É obrigatório a apresentação de toda a equipe técnica acima solicitada.

6.2.3.1.1.3. As funções da equipe técnica não poderão ser cumulativas, ou seja, para cada função solicitada deverá ser apresentado um profissional.

6.2.3.1.1.4. Caso a licitante considere pertinente, poderá apresentar neste item a relação de todos os funcionários que a agência dispõe, mas a pontuação fica restrita ao disposto no item 6.2.3.1.



6.2.4. Sistemática de Atendimento: será avaliada a operacionalidade do relacionamento entre o CREFITO-5 e a licitante discriminada na proposta de prazos, sendo aplicada objetivamente a pontuação prevista na tabela abaixo.

Descrição	Análise	Pontuação	Pontuação Máxima	Pontuação Máxima Geral
Peça Avulsa	1 – 2 dias	0,15	0,15	0,5
	3 – 4 dias	0,10		
	5 ou mais dias ou não apresentar	0		
Campanha (Ideia criativa, estratégia, plano de mídia)	1 a 6 dias	0,20	0,20	
	7 a 11 dias	0,10		
	12 ou mais dias ou não apresentar	0		
Inserção de Campanha (ideia criativa/peças, estratégia e plano de mídia), após aprovação do CREFITO-5	1 a 3 dias	0,15	0,15	
	4 a 8 dias	0,10		
	9 ou mais dias ou não concluir a inserção	0		

6.2.5. Informações de Marketing: serão avaliadas, em portfólio apresentado pela licitante, a relevância e a utilidade das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia que a licitante disponibilizará regularmente ao CREFITO-5.

6.2.5.1. Serão assim pontuadas:

Critério	Pontuação
Atende	3 ponto
Atende parcialmente	1,5 ponto
Não atente	0 pontos

6.2.6. **Quesito 3 - Repertório:** serão avaliadas as alíneas abaixo em cada material apresentado, concebido e veiculado pela licitante:

- A Ideia Criativa e sua pertinência ao problema que a licitante se propôs resolver;
- A qualidade da execução e do acabamento da peça e/ou do material;
- A clareza da exposição das informações prestadas.

6.2.6.1. Será aplicada a pontuação prevista, conforme indica a tabela abaixo, podendo ter variação de 0,1 ponto:

Análise Crítica	Nota	Peso	Pontuação Máxima por peça
Atendeu plenamente, com cumprimento de todos os itens das alíneas do critério de avaliação.	8,1 a 10	0,1	1



Atendeu, porém se observou ausência de 1 item das alíneas do critério de avaliação.	6,1 a 8		
Atendeu, porém se observou ausência de 2 itens das alíneas do critério de avaliação.	0,1 a 6		
Não atendeu, porque se observou ausência de 3 itens das alíneas do critério de avaliação.	0		

6.2.7. Avaliação a ser feita para cada peça do Repertório. Pontuação total de 5 pontos.

6.2.8. Quesito 4 - Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação

- a. A evidência de planejamento publicitário;
- b. A consistência das relações de causa e efeito entre problema e solução;
- c. A relevância dos resultados apresentados;
- d. A concatenação lógica da exposição.

Análise Crítica	Nota	Peso	Pontuação Máxima por peça
Atendeu plenamente, com cumprimento de todos os itens das alíneas do critério de avaliação.	8,1 a 10	0,2	2
Atendeu, porém se observou ausência de 1 item das alíneas do critério de avaliação.	6,1 a 8		
Atendeu, porém se observou ausência de 2 itens das alíneas do critério de avaliação.	0,1 a 6		
Não atendeu, porque se observou ausência de 3 itens das alíneas do critério de avaliação.	0		

6.2.8.1. Avaliação a ser feita para cada Relato. Pontuação total de 4 pontos.

6.3. A pontuação da proposta técnica está limitada a 100 (cem) pontos e será apurada segundo a metodologia a seguir.

6.3.1. Os quesitos e subquesitos terão, no máximo, os seguintes pontos:

Quesitos/Subquesitos	Pontos
a. Plano de Comunicação Publicitária	75
- Raciocínio Básico	10
- Estratégia de Comunicação Publicitária	20
- Ideia Criativa	25
- Estratégia de Mídia e Não Mídia	20



b. Capacidade de Atendimento	16
c. Repertório	05
d. Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação	04
PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL	100

6.3.2. Se a licitante não observar as quantidades de 05 peças publicitárias no repertório independentemente do seu tipo ou característica e da forma de sua veiculação, exposição ou distribuição, e de 02 Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, cada um, com o máximo de 03 páginas, sua pontuação máxima, nesses quesitos, será proporcional às quantidades por ela apresentadas, sendo a proporcionalidade obtida mediante a aplicação de regra de três simples, em relação às respectivas pontuações máximas previstas no subitem da tabela de pontuação acima descrita.

6.3.3. A pontuação do atributo corresponderá à média aritmética dos pontos atribuídos por cada membro da Subcomissão Técnica, considerando-se 01 (uma) casa decimal.

6.3.4. A Subcomissão Técnica reavaliará a pontuação atribuída por seus membros aos subquesitos do Plano de Comunicação Publicitária e aos quesitos Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação sempre que a diferença entre a maior e a menor pontuação for superior a 20% (vinte por cento) da pontuação máxima do subquesito ou do quesito, com o fim de restabelecer o equilíbrio das pontuações atribuídas, em conformidade com os critérios objetivos previstos neste Edital.

6.3.4.1. Persistindo a diferença de pontuação prevista após a reavaliação do subquesito ou quesito, os membros da Subcomissão Técnica que definiram pontuações consideradas destoantes deverão registrar em ata as razões que os levaram a manter a pontuação atribuída ao subquesito ou quesito reavaliado, que será assinada por todos os membros da Subcomissão Técnica e passará a compor o processo desta licitação.

6.3.4.2. A pontuação do atributo terá uma casa decimal, utilizando-se o arredondamento das casas seguintes por emprego de um algarismo significativo, ou seja: valores menores que 5 (cinco) não alteram a casa decimal; valores superiores ou iguais a 5 (cinco) alteram a casa decimal em mais uma unidade.

6.3.5. A pontuação da proposta de cada licitante corresponderá à soma algébrica da pontuação dos quesitos.

6.3.6. A pontuação final da Proposta Técnica de cada licitante corresponderá à soma dos pontos dos 04 (quatro) quesitos: Plano de Comunicação Publicitária; Capacidade de Atendimento; Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.

6.3.7. Serão consideradas mais bem classificadas, na fase de julgamento da proposta técnica, as licitantes que obtiverem as maiores pontuações, observado o disposto no subitem 6.4.

6.4. Será desclassificada a proposta que:

- Não alcançar, no total, 75 (setenta e cinco) pontos;
- Obtiver pontuação zero em quaisquer dos quesitos ou subquesitos.
- Propicie que seja identificada sua autoria antes da avaliação da proposta técnica.

6.4.1. Poderá ser desclassificada a proposta que não atender às demais exigências do presente



Edital e de seus Anexos, a depender da gravidade da ocorrência.

6.5. Se houver empate que impossibilite a identificação automática das licitantes mais bem classificadas nesta fase, serão assim consideradas as que obtiverem as maiores pontuações, sucessivamente, nos quesitos correspondentes aos Plano de Comunicação Publicitária, Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.

6.5.1. Persistindo o empate, a decisão será feita por sorteio, a ser realizado na própria sessão ou em ato público marcado pelo setor de Licitação, cuja data será divulgada para o qual serão convidadas todas as licitantes.

7. DA ELABORAÇÃO, PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1. Nos termos da Lei nº 14.133/21, será adotada a modalidade Concorrência, do tipo “técnica e preço”, possibilitando a contratação da empresa com melhor qualificação técnica entre as licitantes, associada à prática do menor preço na execução contratual, identificado entre as propostas tecnicamente classificadas.

7.1.1. As propostas de preços das licitantes classificadas no julgamento das Propostas Técnica serão analisadas quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

7.2. A proposta de preços da licitante deverá ser elaborada de acordo com o Modelo de Propostas, Anexo III, e:

- a. Apresentada em documento único, em papel que identifique a licitante, ter suas páginas numeradas sequencialmente e ser redigida em língua portuguesa, exceto expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras;
- b. Datada e assinada nos documentos referidos nos subitens 5.2 e 5.4 do Edital por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado;
- c. O prazo de validade da proposta de preços deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos, contados da sua apresentação.

7.3. Na proposta de preços deverá conter os seguintes quesitos, os quais serão valorados, conforme dispõe o item 7.11, abaixo:

- a. Percentual de desconto a ser concedido ao CREFITO-5 sobre os custos internos dos serviços prestados pela licitante, baseados na "Lista Referencial de Custos Internos do Sindicato das Agências de Propaganda do Rio Grande do Sul", referentes a peça ou material cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11, da Lei nº 4.680/1965;
- b. Percentual de HONORÁRIOS incidentes sobre os preços dos bens e serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e a supervisão da licitante, referentes à produção e/ou execução técnica de peça ou material cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, de acordo com o disposto no art. 11, da Lei nº 4.680/65;
- c. Percentual de HONORÁRIOS incidentes sobre os preços dos bens e serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da licitante, relativos:
 - I. Ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes, exclusivamente, ao objeto da licitação;
 - II. À renovação do direito de autor e dos que lhe são conexos, e aos cachês (direito de imagem), na reutilização de peça ou material publicitário, exclusivamente quando a sua



distribuição/veiculação não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11, da Lei nº 4.680/65;

III. À reimpressão de peças publicitárias.

d. Percentual de HONORÁRIOS incidentes sobre os preços dos bens e serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da licitante, relativos à utilização, à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias, cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, consoante o disposto no art. 11, da Lei nº 4.680/65.

7.4. Os valores percentuais indicados na proposta referente ao desconto e aos honorários deverão ser expressos com até 2 (duas) casas decimais.

7.4.1. Se houver divergência entre o percentual expresso em algarismos e o expresso por extenso, a Comissão de Licitação considerará o preço por extenso.

7.5. Nos termos do art. 36 da Lei nº 14.133/2024, não serão aceitos percentuais de:

a) Percentual de DESCONTO inferior a 20% (vinte por cento) e nem superior a 70% (setenta por cento) quanto ao quesito previsto na alínea “a” do item 7.3.

b) HONORÁRIOS superiores a 5%, quanto ao quesito previsto na alínea “b” do item 7.3.

c) HONORÁRIOS superiores a 2%, quanto ao quesito previsto na alínea “c” do item 7.3.

d) HONORÁRIOS superiores a 15%, quanto ao quesito previsto na alínea “d” do item 7.3.

7.6. Quando a responsabilidade da Agência se limitar exclusivamente à contratação ou pagamento do serviço ou suprimento, sobre o valor respectivo, o CREFITO-5 pagará à Agência “honorários” de no mínimo 5% (cinco por cento) e no máximo 10% (dez por cento), conforme item 3.6.2 da Norma-Padrão da Atividade Publicitária do Conselho Executivo das Normas Padrão – CENP.

7.7. Relativamente às veiculações, as agências farão jus ao desconto-padrão concedido pelos veículos de divulgação, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o preço de tabela ou sobre o preço negociado, o que for menor, em conformidade com o art. 11 da Lei nº 4.680/1965, regulamentado pelo Decreto nº 57.690/1966, bem como o disposto na Lei nº 12.232/2010.

7.8. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.10. A proposta de preço deverá ter declaração da licitante comprometendo-se a enviar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores de serviços especializados e veículos, quando for o caso, transferindo ao CREFITO-5 as vantagens obtidas.

7.11. O Preço Proposto pela Licitante (PPL), em cada quesito da Proposta de Preços, nos termos do subitem 7.3, será considerado na identificação de suas Pontuações Parciais de Preço (PPP), da seguinte forma:

$$PPP1 = (PPL1/MPD) * 0,10$$

Sendo:

MPD = Maior Percentual de Desconto, dentre aqueles propostos pelas licitantes no PPL1

PPL = Percentual Proposto pela Licitante para a alínea “a” do subquesito 7.3

0,10 = Relevância atribuída ao serviço descrito na alínea “a” do subquesito 7.3



$$PPP2 = ((MPH+1)/(PPL2+1)) * 0,60$$

Sendo:

MPH = Menor Percentual de Honorários, dentre aqueles propostos pelas licitantes no PPL2

PPL2 = Percentual de Referência da alínea “b” do subquesto 7.3

0,60 = Relevância atribuída ao serviço descrito na alínea “b” do subquesto 7.3

$$PPP3 = ((MPH+1)/(PPL3+1)) * 0,20$$

Sendo:

MPH = Menor Percentual de Honorários, dentre aqueles propostos pelas licitantes no PPL3

PPL3 = Percentual Proposto pela licitante para a alínea “c” do subquesto 7.3

0,20 = Relevância atribuída ao serviço descrito na alínea “c” do subquesto 7.3

$$PPP4 = ((MPH+1)/(PPL4+1)) * 0,10$$

Sendo:

MPH = Menor Percentual de Honorários, dentre aqueles propostos pelas licitantes no PPL4

PPL4 = Percentual Proposto pela licitante para a alínea “d” do subquesto 7.3

0,10 = Relevância atribuída ao serviço descrito na alínea “d” do subquesto 7.3

7.12. Para efeito de cálculo dos pontos de cada licitante, os percentuais referentes a “desconto” e “honorários” constantes na Proposta de Preços serão expressos nas fórmulas acima por seus respectivos números em formato decimal, sem o símbolo “%” (Ex.: 15% = 0,15).

7.13. No julgamento final das Propostas Técnicas e de Preços, a Comissão de Licitação observará o rito previsto na Lei nº 14.133/21, para a licitação do tipo Técnica e Preço, e adotará os seguintes procedimentos:

- Identificação do Índice Técnico (IT) de cada licitante;
- Identificação do Índice de Preços (IP) de cada licitante; e
- Identificação da Pontuação Final (PF) de cada licitante.

7.14. O Índice Técnico (IT) de cada licitante será obtido pela aplicação da fórmula $IT = PTL/MPT$, utilizando-se duas casas decimais, onde:

IT = Índice Técnico.

PTL = Pontuação Técnica da Licitante.

MPT = Maior Pontuação Técnica dentre as apresentadas pelas licitantes.

7.15. O Índice de Preços (IP) de cada licitante será obtido pela aplicação da fórmula $IP = (PPP1+PPP2+PPP3+PPP4)$, utilizando-se duas casas decimais, onde:

IP = Índice de Preços.

PPP = Pontuações Parciais de Preço, a serem identificadas nos termos do subitem 7.11.

7.16. A Pontuação Final (PF) de cada licitante será obtida pela aplicação da fórmula $PF = (IT \times PT) + (IP \times PP)$, utilizando-se duas casas decimais, apurando-se maior importância para o Peso Técnico do que ao Peso de Preços (na proporção do dobro), onde:

PF = Pontuação Final.



IT = Índice Técnico.

PT = Peso Técnico, que corresponde a 7 (sete inteiros).

IP = Índice de Preços.

PP = Peso de Preços, que corresponde a 3 (três inteiros).

7.17. Será vencedora desta concorrência a licitante que mantenha as condições de participação estabelecidas no instrumento convocatório e que:

- a) tenha obtido a maior Pontuação Final (PF), nos termos do subitem 7.16; e
- b) tenha sido habilitada, observadas as disposições do item 15 deste Termo de Referência.

7.18. Havendo empate, o desempate se dará através da maior nota dos quesitos da Proposta Técnica, na ordem abaixo:

- I. Ideia criativa;
- II. Raciocínio básico;
- III. Estratégia de Comunicação Publicitária; e
- IV. Estratégia de Mídia e Não Mídia.

7.18.1. Persistindo o empate, a solução será o sorteio, porque a proposta técnica da licitante será avaliada segundo critérios de técnica ou de criatividade, não permitindo a aplicação das soluções previstas no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

8. COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E SUBCOMISSÃO TÉCNICA

8.1. De acordo com a Lei nº 12.232/2010, as etapas do certame serão conduzidas também por uma Subcomissão Técnica. A Subcomissão Técnica será composta observando o disposto no art. 10 da Lei nº 12.232/2010.

8.2. A presente concorrência será processada e julgada pela Comissão de Contratação do CREFITO-5, nos termos do §2º, do Art. 8º da Lei Federal nº 14.133/2021, ficando a seu juízo todas as decisões referentes a esta Concorrência, que poderão ser divulgadas conforme a seguir, ressalvadas aquelas cuja publicação no Diário Oficial é obrigatória:

- a) Nas sessões de recebimento e abertura de invólucros;
- b) Por qualquer outro meio que permita a comprovação inequívoca do recebimento da comunicação pelas licitantes.

8.3. As Propostas Técnicas serão analisadas e julgadas pela Subcomissão Técnica, composta por 03 (três) membros que sejam formados em Comunicação, Publicidade ou Marketing ou que tenham atuado em uma dessas áreas nos últimos cinco anos, sendo pelo menos um ano de forma ininterrupta em atividades correlacionadas ao objeto desta licitação, sendo que pelo menos 1/3 (um terço) dos membros da Subcomissão Técnica não poderão manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o CREFITO-5.

8.4. A escolha dos membros da Subcomissão Técnica dar-se-á por sorteio, em sessão pública gravada, entre os nomes de uma relação que terá pelo menos 9 (nove) integrantes com e sem vínculo com o Crefito previamente cadastrados;

8.4.1. Os nomes remanescentes da relação após sorteio dos 3 (três) membros da Subcomissão Técnica serão todos sorteados para definição de uma ordem de suplência, a serem convocados nos casos de impossibilidade de participação de algum dos titulares.

8.4.2. Para composição da relação prevista no subitem 8.4, a Comissão de Contratação deverá solicitar a comprovação dos requisitos de qualificação, dispostos no subitem 8.3, dos possíveis membros da Subcomissão Técnica.

8.4.3. A relação dos nomes referidos no subitem 8.4 será publicada pela Comissão de Contratação



no Diário Oficial da União, em prazo não inferior a 10 (dez) dias da data em que será realizada a sessão pública marcada para o sorteio.

8.4.4. O sorteio será processado pela Comissão de Contratação em sessão gravada.

8.4.5. Até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação a que se refere o subitem 8.4, mediante apresentação à Comissão de Contratação de justificativa fundamentada para a exclusão.

8.4.6. Admitida a impugnação, o impugnado terá o direito de abster-se de atuar na Subcomissão Técnica, declarando-se impedido ou suspeito, antes da decisão da autoridade competente.

8.4.7. A abstenção do impugnado ou o acolhimento da impugnação, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, implicará, se necessário, a elaboração e a publicação de nova lista, sem o(s) nome(s) impugnado(s), respeitado o disposto neste item.

8.4.8. Será necessário publicar nova relação se o número de membros mantidos depois da impugnação restar inferior à quantidade disposta no subitem 8.4 deste Edital.

8.4.9. Só será admitida nova impugnação a nome que vier a completar a relação anteriormente publicada.

8.4.10. A sessão pública para o sorteio será realizada após a decisão motivada da impugnação, em data previamente designada, garantidos o cumprimento do prazo mínimo previsto no subitem 8.4.3 e a possibilidade de fiscalização do sorteio por qualquer interessado.

8.4.11. A Comissão de Contratação e a Subcomissão Técnica cuidarão para que a interpretação e aplicação das regras estabelecidas neste Edital busquem o atingimento das finalidades da licitação e, conforme o caso, poderão relevar aspectos puramente formais nos Documentos de Habilitação e nas Propostas das licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo desta concorrência e contribuam para assegurar a contratação da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 5, caput, da Lei 14.133/2021 e do princípio do formalismo moderado, tão contemplado em decisões do Tribunal de Contas da União.

8.4.12. Os membros da Subcomissão Técnica estão cientes de que as reuniões para julgamento das propostas poderão ser gravadas e disponibilizadas em portal próprio do CREFITO-5.

8.5. Os membros da Comissão de Contratação e da Subcomissão Técnica assinarão Termo de Responsabilidade, que ficará nos autos do processo desta concorrência.

9. GARANTIA

9.1. Para fiel garantia das obrigações estabelecidas neste instrumento, a licitante vencedora apresentará uma garantia correspondente a 5% do valor total estimado do Contrato, que deverá ser renovada anualmente, caso haja renovação contratual, escolhida a seu critério, entre as três modalidades a seguir:

- a. Na forma de fiança bancária, emitida por Instituição Bancária, válida durante a vigência contratual e com vencimento no prazo de 90 (noventa) dias após a conclusão integral do contrato;
- b. Seguro garantia, com vencimento no prazo de 90 (noventa) dias após a conclusão integral do contrato ou sua rescisão;
- c. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

9.2. Na ocorrência de rescisão unilateral do contrato por inexecução das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, a contratante poderá ressarcir-se dos prejuízos apurados,



valendo-se do valor da garantia assinalada no item anterior pelo seu valor total; ou, se o prejuízo for maior, cobrar a diferença utilizando-se das medidas judiciais pertinentes.

9.3. A garantia contratual será apresentada pela Contratada à Contratante, em até 10 (dez) dias corridos após a data de assinatura do contrato, sob pena de sofrer as sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no contrato.

9.4. A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato e entregue à Contratante em até 10 (dez) dias corridos após a data de assinatura do Termo Aditivo de prorrogação do contrato.

9.5. A garantia prestada na modalidade Caução em dinheiro será liberada ao fim do contrato, comprovado o adimplemento das obrigações contratuais.

10. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO

10.1. A remuneração à Contratada, pelos serviços prestados, será feita mensalmente, até o quinto dia útil, após o aceite dos serviços pelo setor demandante, nos termos estabelecidos em suas respectivas Propostas de Preços.

10.2. O CREFITO-5 não pagará honorários ou qualquer outra remuneração sobre os custos de serviços realizados por fornecedores referentes à produção de peças e materiais cuja distribuição proporcione à licitante o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação.

10.3. O fornecimento de bens ou serviços especializados deverá sempre ser precedido da apresentação pela empresa licitante vencedora ao CREFITO-5 de 3 (três) orçamentos obtidos entre pessoas que atuem no mercado do ramo do fornecimento pretendido, e que sejam previamente cadastradas neste Conselho.

10.4. Se o valor da garantia vier a ser utilizado, total ou parcialmente, no pagamento de qualquer obrigação vinculada a este ajuste, incluída a indenização a terceiros, a Contratada deverá proceder à respectiva reposição, no prazo máximo de três dias úteis, contados da data do recebimento da notificação do Contratante.

10.5. Após o cumprimento fiel e integral de todas as obrigações assumidas neste contrato, a garantia, ou seu saldo, será liberada ou restituída, a pedido da Contratada.

10.6. Em caso de atualização do total estimado de despesas deste contrato, o Contratante exigirá a complementação do valor da garantia, para que se mantenha o percentual estabelecido.

10.7. Na hipótese de prorrogação deste contrato, o Contratante exigirá nova garantia, escolhida pela Contratada entre as modalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.8. A Contratada deverá apresentar obrigatoriamente ao Contratante um relatório dos pagamentos efetuados aos fornecedores e veículos, contendo data, valor e comprovante do pagamento realizado.

11. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

11.1. O regime de execução contratual a ser adotado é o de empreitada por preço unitário e a depender da campanha e em tratativas entre as partes, os prazos serão formalmente estabelecidos em comum acordo.

11.2. Caso não seja possível a execução do serviço até a data assinalada, a Contratada deverá comunicar as razões respectivas imediatamente para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

11.3. A execução contratual observará os procedimentos descritos abaixo:

- a. As partes elaborarão um cronograma anual do trabalho a ser realizado pela Contratada,



contendo as etapas dos serviços a serem prestados, os prazos para cada etapa e os responsáveis pela execução.

- b. A qualquer momento o cronograma poderá ser revisto de acordo com a necessidade do CREFITO-5.
- c. Os serviços serão prestados de acordo com os padrões exigidos no contrato e seus anexos.
- d. A contratada submeterá ao CREFITO-5, para aprovação, todos os materiais elaborados na execução dos serviços.
- e. O CREFITO-5 terá o prazo de 03 (três) dias úteis para aprovar ou reprovar os materiais.
- f. Na hipótese de reprovação dos materiais, o CREFITO-5 deverá apresentar à Contratada as razões da reprovação e as sugestões de correção.
- g. A Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para corrigir os materiais e submetê-los novamente à aprovação do CREFITO-5.
- h. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá obter aprovação prévia da Contratante, por escrito, na forma de OES (Ordem de Execução de Serviços), inclusive para assumir quaisquer despesas decorrentes do Contrato (materiais, bens e serviços), bem como despesas de produção, veiculação e publicidade, mediante amostras, leiautes, provas, pilotos, etc., que comprovem efetivamente os aspectos técnicos de produtos/serviços contratados.
- i. A Contratada deverá executar os serviços por meio de pessoal técnico capacitado, realizando-os com seus próprios recursos ou mediante contratação de terceiros, de acordo com as especificações estipuladas pela Contratante.
- j. O prazo de entrega das propostas de soluções dos serviços solicitados será, em regra, de até 05 (cinco) dias úteis, contados da autorização de serviço, podendo ser prorrogado, pela Contratante, mediante justificativa prévia da Contratada e adiantado, em casos de pautas factuais, emergenciais e similares.
- k. A Contratada deve apresentar, para todos os fluxos e entregas, relatórios de atividades e de desempenhos.
- l. Os custos e as despesas de veiculação apresentados ao contratante para pagamento deverão ser acompanhados da demonstração do valor devido ao veículo, de sua tabela de preços, da descrição dos descontos negociados e dos pedidos de inserção correspondentes, bem como de relatório de checagem de veiculação, a cargo de empresa independente, sempre que possível.
- m. Pertencem ao Contratante as vantagens obtidas em negociação de compra de mídia diretamente ou por intermédio de agência de propaganda, incluídos os eventuais descontos e as bonificações na forma de tempo, espaço ou reaplicações que tenham sido concedidos pelo veículo de divulgação.
- n. A agência Contratada deverá, durante o período de, no mínimo, 5 (cinco) anos após a extinção do contrato, manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



12.2. Todos os fluxos e entregas providos da Contratada devem ser acompanhados de relatórios de atividades e de desempenho que subsidiarão os relatórios do Contratante, quais sejam: relatório fiscal e gerencial.

12.2.1. Os relatórios citados acima são instrumentos que antecedem e validam o início do processo de pagamento.

12.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.4. As comunicações entre o CREFITO-5 e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.5. O CREFITO-5 poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.6. Após a assinatura do contrato, o CREFITO-5 poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

12.7.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas e planejadas no procedimento administrativo, de modo a assegurar os melhores resultados para o Conselho;

12.7.2. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

12.7.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução dos serviços, determinando prazo para a correção;

12.7.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

12.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

12.7.6. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;

12.7.7. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

12.7.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.7.9. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

12.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e



fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.8.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.8.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.8.4. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12.8.5. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

13. FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização e acompanhamento da execução do contrato se dará por meio das empregadas Ariane Laureano, assessoria de diretoria, e Luciana Marques, gestora do contrato, especialmente designadas, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados a Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. A Contratante fiscalizará a execução dos serviços contratados e verificará o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando não corresponderem ao desejado ou especificado.

13.3. A fiscalização pela Contratante em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva, da Contratada pela perfeita execução dos serviços.

13.4. A Contratada somente poderá executar qualquer tipo de serviço após a aprovação formal da Contratante.

13.5. A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância da Contratante.

13.6. A Contratada adotará as providências necessárias para que qualquer execução, referente à produção, veiculação ou à distribuição, considerada não aceitável, no todo ou em parte, seja refeita ou reparada, nos prazos estipulados pela fiscalização, sem ônus para a Contratante.

13.7. A aprovação dos serviços executados pela Contratada ou por seus contratados não a desobrigará de sua responsabilidade quanto à perfeita execução dos serviços contratados.

13.8. A ausência de comunicação por parte da Contratante, referente a irregularidade ou falhas, não exime a Contratada das responsabilidades determinadas no contrato.

13.9. A Contratada permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização,



durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

13.10. A Contratada se obriga a permitir que a auditoria interna da Contratante e ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito aos serviços prestados à Contratante.

13.11. À Contratante é facultado o acompanhamento de todos os serviços objeto deste contrato, juntamente com representante credenciado pela Contratada.

13.12. A Contratante avaliará os serviços prestados pela Contratada, pelo menos dois meses antes do encerramento de cada período contratual de 12 (doze) meses.

13.12.1. A avaliação será considerada pela Contratante para apurar a necessidade de solicitar, da Contratada, correções que visem a melhorar a qualidade dos serviços prestados, bem como decidir sobre prorrogação de vigência ou rescisão contratual.

13.12.2. Fornecer, quando solicitado pela Contratada, declarações sobre seu desempenho para servir de prova de capacitação técnica em licitações.

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14.1. A agência contratada deverá emitir sua própria nota fiscal consolidada em nome do CREFITO-5. Nessa hipótese, devem ser discriminados seus honorários e comissões, além dos serviços de terceiros, para ser liquidada e paga pelo contratante diretamente à agência de publicidade.

14.2. Nessa forma de pagamento deverão ser deduzidas as retenções tributárias devidas na proporção das receitas de cada qual, ficando a agência responsável pela apropriação de sua própria remuneração (honorários e comissões, quando houver) e pelo repasse da parte devida das receitas aos fornecedores de serviços especializados e aos veículos de divulgação.

14.3. Neste caso, deverá ser discriminado na nota fiscal a(s) razão social(ais), CNPJ e valores de cada prestador de serviço para a devida retenção.

14.4. O pagamento será processado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário ou boleto, na data do vencimento, após o recebimento definitivo pelo Gestor do Contrato da Contratante, acompanhado dos documentos fiscais pertinentes e considerando os dados bancários indicados pela contratada.

14.5. Para o pagamento de despesa, referente aos serviços previamente autorizados pelo CREFITO-5, a Contratada deverá apresentar:

- I. a correspondente nota fiscal, que será emitida sem rasura, legível, da qual constará o número do contrato e as informações para crédito bancário, bem como toda a documentação fiscal que demonstre a regularidade fiscal.
- II. a primeira via do documento fiscal do fornecedor ou do veículo;
- III. os documentos de comprovação da veiculação, da execução dos serviços e, quando for o caso, do comprovante de sua entrega.

14.6. Os documentos de cobrança e demais informações necessárias à comprovação da execução e entrega dos serviços, para o pagamento de despesas deverão ser encaminhados pela Contratada ao CREFITO-5.

14.7. O Gestor e o Fiscal do contrato somente atestarão a prestação dos serviços e liberarão os documentos para pagamento quando cumpridas pela Contratada todas as condições pactuadas.

14.8. O faturamento de despesas será precedido das seguintes providências a cargo da Contratada:



I. serviços executados pela Contratada:

- a) intermediação e supervisão de serviços especializados prestados por fornecedores: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I, II e III do subitem 14.5.
- b) execução de serviços internos: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I e III do subitem 14.5.

II - serviços especializados prestados por fornecedores e veiculação:

- a) produção e execução técnica de peça e ou material: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I, II e III do subitem 14.5;
- b) planejamento e execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes à execução do contrato: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I, II e III do subitem 14.5;
- c) criação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias: apresentação dos documentos de cobrança;
- d) veiculação: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I, II e III do subitem 14.5, da demonstração do valor devido ao veículo, da indicação dos descontos negociados, dos correspondentes pedidos de inserção e, sempre que possível, do respectivo relatório de checagem, a cargo de empresa independente, nos termos do inciso III do subitem 14.13.

14.9. As despesas com distribuição de peças e material de não mídia executada por fornecedores de serviços especializados terão o tratamento previsto na alínea “a” do inciso II do subitem 14.8.

14.10. Na ocorrência de falha local em uma programação em mídia eletrônica, além das providências previstas na alínea “d” do subitem 14.8, a Contratada deverá apresentar documento do veículo com a descrição da falha e do respectivo valor a ser abatido na liquidação.

14.11. Os preços de tabela de cada inserção e os descontos negociados, de que trata o artigo 15 da Lei 12.232/2010, serão conferidos pelo gestor/fiscal do contrato, por ocasião da apresentação do Plano de Mídia pela Contratada ao CREFITO-5.

14.12. O pagamento das despesas será feito em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação dos documentos previstos nos subitens 14.5 e 14.8.

14.13. No tocante à veiculação, além do previsto na alínea “d” do inciso II do subitem 12.8, a Contratada fica obrigada a apresentar, sem ônus para o CREFITO-5, os seguintes comprovantes:

- a) Revista: exemplar original;
- b) Jornal: exemplar ou a página com o anúncio, da qual devem constar as informações sobre período ou data de circulação, nome do jornal e praça;
- c) demais meios: relatório de checagem de veiculação, a cargo de empresa independente, se não restar demonstrada nos termos contratuais, a impossibilidade de fazê-lo.
- d) Nos casos em que restar demonstrada, nos termos contratuais, a impossibilidade de obter o relatório de checagem, a cargo de empresa independente, a Contratada deverá apresentar:

I. **TV, Rádio e Cinema:** documento usualmente emitido pelo veículo (mapa ou comprovante de veiculação ou inserção ou irradiação e similares) e declaração de execução, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração, local, data, nome do programa (quando for o caso), dias e horário da veiculação;

I.I - como alternativa do procedimento previsto no inciso I, a Contratada poderá apresentar



documento usualmente emitido pelo veículo (mapa ou comprovante de veiculação ou inserção ou irradiação e similares) em que figure a declaração prevista no inciso I deste subitem, na frente ou no verso desse documento, mediante impressão eletrônica ou carimbo, desde que essa declaração seja assinada e que esse documento composto contenha todas as informações previstas no inciso I deste subitem.

I.II - como alternativa ao conjunto de documentos previstos nos incisos I e I.I deste subitem, a Contratada poderá apresentar declaração de execução, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, emitida pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração, local, data, nome do programa (quando for o caso), dia e horário da veiculação.

II – Mídia Exterior:

II.I - Mídia Out Off Home: relatório de exibição fornecido pela empresa que veiculou a peça, de que devem constar as fotos, período de veiculação, local e nome da campanha, datado e assinado, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração;

II.II - Mídia Digital Out Off Home: relatório de exibição, datado e assinado, fornecido pela empresa que veiculou a peça, de que devem constar fotos por amostragem, identificação do local da veiculação, quantidade de inserções, nome da campanha, período de veiculação, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração;

II.III. Carro de Som: relatório de veiculação, datado e assinado, fornecido pela empresa que veiculou a peça, com relatório de fotos de todos os carros contratados, com imagem de fundo que comprove a cidade em que a ação foi realizada, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, firmada pela empresa que realizou a veiculação da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração;

III – internet:

III.I - relatório de ferramenta competente demonstrando as veiculações realizadas;

III.II - para serviço de monitoramento, relatório mensal de uso da ferramenta;

III.III - para veículos/plataformas digitais que disponibilizam compra direta, relatório extraído da respectiva plataforma do veículo, contendo dados de campanha, tipo de compra, período, peça, quantidade de entregas de acordo com o tipo de compra e data.

14.14. As formas de comprovação de veiculação em mídias não previstas nos incisos I, II e III do subitem 14.13 serão estabelecidas formalmente pelo CREFITO-5 antes da aprovação do respectivo Plano de Mídia.

14.15. Caso se constate erro ou irregularidade na documentação de cobrança, o CREFITO-5, a seu juízo, poderá devolvê-la para as devidas correções ou aceitá-la com a glosa da parte que considerar indevida.

14.16. Na hipótese de devolução, a documentação será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

14.17. O CREFITO-5 não pagará nenhum acréscimo por atraso de pagamento decorrente de fornecimento de serviços, por parte da Contratada, com ausência total ou parcial da



documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes do Contrato.

14.18. O CREFITO-5 não pagará nenhum compromisso, assumido pela Contratada, que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros.

14.19. Os pagamentos a fornecedores e veículos por serviços prestados serão efetuados pela Contratada, em até 15 (quinze) dias, após o recebimento da ordem bancária do CREFITO-5 pela agência bancária pagadora.

14.19.1. A Contratada informará ao CREFITO-5 os pagamentos feitos a fornecedores e veículos, a cada ordem bancária de pagamento emitida pelo mesmo, e encaminhará relatórios até o décimo quinto dia de cada mês com a consolidação dos pagamentos efetuados no mês imediatamente anterior.

14.19.2. Os dados e formatos dos controles serão definidos pelo CREFITO-5 e os relatórios deverão conter pelo menos as seguintes informações: data de pagamento do CREFITO-5, data do pagamento da Contratada, número da nota fiscal, valor pago e nome do favorecido.

14.19.3. O não cumprimento do disposto nos subitens 14.19 e 14.19.1 ou a falta de apresentação de justificativa plausível para o não pagamento no prazo estipulado poderá implicar a suspensão da liquidação das despesas da Contratada, até que seja resolvida a pendência.

14.19.4. Caracterizada a inexecução contratual pelo CREFITO-5 poderá instituir procedimento alternativo de controle para efetuar os pagamentos mediante repasse, pela Contratada, dos valores correspondentes aos fornecedores e veículos, em operações bancárias concomitantes.

14.19.5. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância pela Contratada, de prazos de pagamento serão de sua exclusiva responsabilidade.

14.19.6. O Cefito-5, na condição de fonte retentora, fará o desconto e o recolhimento dos tributos e contribuições a que esteja obrigado pela legislação vigente ou superveniente, referente aos pagamentos que efetuar.

14.20. Não será concedida antecipação de pagamento de créditos.

14.21. Será pago à Contratada somente o valor dos serviços efetivamente prestados dentro do período em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato e da apresentação dos documentos pertinentes.

14.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.23. Despesas com deslocamento de profissionais da Contratada, de seus representantes ou de fornecedores por ela contratados, serão de sua exclusiva responsabilidade. Eventuais exceções, no exclusivo interesse do CREFITO-5, poderão vir a ser ressarcidas por seu valor líquido e sem cobrança de honorários pela Contratada, desde que antecipadamente orçadas e aprovadas pelo CREFITO-5.

14.24. Quando houver ressarcimento de despesas com deslocamento de profissionais da Contratada, de seus representantes ou de fornecedores por ela contratados, deverão ser apresentados comprovantes de passagens, diárias, locação de veículos, entre outros, a fim de aferir a execução da despesa e assegurar seu pagamento pelo líquido, sem a incidência de honorários.

14.25. A Contratada não fará jus a nenhuma remuneração ou desconto de agência quando da utilização, pelo CREFITO-5, de créditos que a esta tenham sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação, em qualquer ação publicitária pertinente a este contrato.

14.26. As formas de remuneração estabelecidas nesta Cláusula poderão ser renegociadas, no



interesse do CREFITO-5, quando da renovação ou da prorrogação do contrato.

14.27. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no instrumento convocatório.

14.28. Será apurada a validade das seguintes certidões, devendo ser apresentadas condição negativa ou positiva com efeito de negativa:

- a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Contratada;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Contratada;
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.29. Para prestação de serviços periódicos, a Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida(o) após o período de faturamento dos mesmos.

14.30. O pagamento das parcelas está condicionado à apresentação dos relatórios/medições, quando for o caso, elaborados com observância do Termo de Referência.

14.31. A emissão das Notas Fiscais/Faturas ou estará condicionada à aprovação formal dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo e dos Relatórios/Medições, quando for o caso, pelo Fiscal Técnico e pelo Gestor do Contrato.

14.32. O Fiscal e o Gestor do Contrato disporão de 02 (dois) dias úteis, após o recebimento dos serviços, para emitir os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, respectivamente, e autorizar a Contratada a emitir a Nota Fiscal/Fatura. Tão logo a Nota Fiscal/Fatura seja recebida, ambos deverão realizar o encaminhamento da mesma ao setor responsável pelo processamento do pagamento. Caso seja detectado qualquer erro, vício, defeito ou qualquer divergência na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida, ficando a cargo da Contratada a sua correção ou reposição, sendo suspenso o pagamento.

14.33. As Notas Fiscais/Faturas da Contratada deverão conter os valores unitários e descrições idênticas às apresentadas na Proposta Comercial, conforme estipulado na planilha apresentada no certame, prevalecendo, para efeitos de pagamento, o critério de arredondamento universal quando da ocorrência de frações de centavos.

14.34. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

14.35. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente. Caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF ou não seja possível realizar consulta direta aos órgãos emissores das certidões de regularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à aplicação de sanções administrativas, podendo culminar em rescisão contratual, nos autos do processo administrativo correspondente, por descumprimento de obrigações acessórias do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa à Contratada.



14.36. Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.37. Sobre o valor devido à Contratada, o CREFITO-5 efetuará a retenção dos seguintes impostos:

- a) Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) – 1,2% (um vírgula dois por cento) para bens e 4,8% (quatro vírgula oito por cento) para serviços;
- b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – 1% (um por cento) para bens e serviços;
- c) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 3% (três por cento) para bens e serviços;
- d) Contribuição para o PIS/PASEP – 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento) para bens e serviços;
- e) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) – até 5% (cinco por cento) para serviços, observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

14.37.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.38. O pagamento somente será autorizado depois de emitido o Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato, referente à Nota Fiscal/Fatura apresentada(o), condicionado este ato à verificação da conformidade da mesma e dos documentos pertinentes.

14.39. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.40. Caso a documentação esteja irregular ou incompleta, o CREFITO-5 devolverá a Nota Fiscal/Fatura à Contratada até a regularização da documentação.

14.41. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.42. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo CREFITO-5, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, cuja apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, a incidir multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do mês de atraso e juros de mora, que serão calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês, ou 12% (doze por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100/365)$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de compensação financeira;



TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor das parcelas em atraso

15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

15.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma PRESENCIAL, com adoção do critério de julgamento por PREÇO E TÉCNICA.

Regime de execução

15.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

15.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

15.3.1. Habilitação Jurídica

- a. Cédula de identidade dos responsáveis legais da licitante;
- b. Registro comercial, em caso de empresa individual;
- c. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, em se tratando de sociedades comerciais, devidamente registrado e acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, quando se tratar de sociedades por ações;
c1. Os documentos mencionados na alínea “c” deverão estar acompanhados de todas as suas alterações ou da respectiva consolidação e deles deverá constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatível com o objeto desta concorrência.
- d. Inscrição do ato constitutivo em cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

15.3.2. Qualificação Técnica

- a. Declaração(ões), expedida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que ateste(m) que a licitante prestou à(s) declarante(s) serviços compatíveis com os do objeto desta concorrência, representados, no mínimo, pelas atividades descritas no subitem 3.1 deste Edital;
- b. Certificado de qualificação técnica de funcionamento de que trata a Lei nº 12.232/2010, art. 4º e seu § 1º.

15.3.3. Qualificação Econômico-financeira

- a. Certidão Negativa de Falência, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datada dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;
- b. Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
b1. As empresas constituídas no ano em curso ou com menos de um ano poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura (sociedades sem movimentação) ou balanço intermediário (sociedades com movimentação), devidamente autenticados pelo órgão de registro do comércio.
b2. Entenda-se por “na forma da lei”:
b2.1. Sociedades empresariais em geral: registrado ou autenticado no órgão de registro do comércio da sede ou do domicílio da licitante, acompanhado de cópia autenticada do termo de



abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraída (art. 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 486/1969);

b.2.2. Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº 6.404/1976: registrado ou autenticado no órgão de registro do comércio da sede ou domicílio da licitante e publicado em Diário Oficial e em jornal de grande circulação (art. 289, caput e § 5º, da Lei nº 6.404/1976) ou fotocópia registrada ou autenticada no órgão de registro do comércio da sede ou domicílio da licitante;

b.2.3. Sociedades simples: registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro no órgão de registro do comércio.

b3. A comprovação da boa situação financeira da licitante será feita por meio da avaliação, conforme o caso:

I – Do balanço referido no alínea b do subitem 15.3.3, cujos índices de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e de Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas a seguir, terão de ser maiores que um (>1):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

II - Dos balanços referidos no inciso b do subitem 15.3.3, cujo Índice de Solvência, obtido de acordo com a fórmula abaixo, terá de ser maior ou igual a um (> ou = a 1):

$$S = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Exigível Total}}$$

b4. Os índices de que tratam I e II da alínea b.3 do subitem 15.3.3 serão calculados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do seu número de registro no Conselho Regional de Contabilidade ou equivalente.

15.3.4. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF;

b. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se exigível, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta concorrência;

c. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos às



Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3/2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto Federal nº 6.106/2007;

d. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, que deverá ser efetuada mediante certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme preconizado no art. 1º do Decreto nº 6.106/2007;

e. Certidões negativas de débitos ou de não contribuinte expedidas por órgãos das Secretarias de Fazenda do estado e do município em que estiver localizada a sede da licitante;

f. Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, em vigor na data de apresentação dos documentos de habilitação, fornecido pela Caixa Econômica Federal, nos termos da Lei nº 8.036/1990;

g. Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

15.4. A licitante também deverá incluir, a declaração, na forma regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

15.5. Todos os documentos deverão estar em nome da licitante. Se a licitante for matriz, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz. Se for filial, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, salvo aqueles que, por sua natureza, comprovadamente, são emitidos em nome da matriz.

15.6. O Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF expedido por órgão da Administração Pública Federal, dentro do seu prazo de validade e compatível com o objeto desta concorrência, poderá substituir os documentos dos subitens anteriores que nele constam.

15.6.1. Nesse caso, a licitante se obriga a declarar ao Setor de Licitação existência de fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, se e quando ocorrerem.

15.7. A licitante que estiver cadastrada e com a documentação regular no SICAF, do Poder Executivo Federal, apenas deverá apresentar:

a. Comprovação de que possui capital social ou patrimônio líquido mínimo nos termos do § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021, se qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente – a serem apurados a que se refere o subitem 13.3.3 b4 deste Edital – apresentar resultado igual ou menor que 1 (um);

b. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

15.8. Se as informações referentes ao capital social, ao patrimônio líquido e aos índices mencionados na alínea “b3” do subitem 14.3.3 não estiverem disponíveis no SICAF, a licitante deverá comprová-los mediante a apresentação, dos documentos de que trata o inciso b.4 do subitem 14.3.3, conforme o caso.

15.8.1. A empresa cuja habilitação parcial no SICAF apresente no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento vencido ou desatualizado, deverá inserir o respectivo documento no sistema, em plena validade, a fim de comprovar sua regularidade.

15.8.2. É recomendável que a licitante que tenha solicitado seu cadastramento no terceiro dia útil anterior à data de recebimento dos documentos de habilitação compareça à sessão de entrega das propostas com o formulário do Recibo de Solicitação de Serviço, para eventual comprovação na hipótese de seu não processamento em tempo hábil no SICAF.

15.8.3. As empresas interessadas poderão procurar qualquer Unidade Cadastradora do SICAF para efetuar seu cadastramento, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das



propostas.

15.8.4. As questões relativas à regularidade de situação da licitante deverão ser dirimidas pela própria licitante junto à respectiva Unidade Cadastradora.

15.8.5. Os documentos necessários, locais de cadastramento, procedimentos e instruções de preenchimento dos formulários para efetuar o registro no SICAF estão previstos no respectivo Manual, disponível na internet, no endereço www.gov.br/compras/pt-br.

15.8.6. É recomendável que o pedido de cadastramento seja realizado com antecedência superior ao prazo mencionado no subitem 15.8.3, de modo a permitir que sejam feitos, antes da data da respectiva sessão pública, os ajustes eventualmente necessários.

15.9. Para este certame, será considerada como válida pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da respectiva emissão, a certidão que não apresentar prazo de validade, exceto se anexada legislação específica para o respectivo documento.

15.10. Será considerada em situação regular a licitante cujo débito com as fazendas públicas ou com a seguridade social esteja com a exigibilidade suspensa.

15.11. O certificado de que tratam a alínea “b” do subitem 15.3.2, se emitido para a matriz da agência, valerá para esta e para a filial. Se emitido para a filial, valerá apenas para esta.

15.12. Para fins da comprovação de que tratam esses subitens, a licitante apresentará junto aos documentos de habilitação, alternativamente:

I – Cópia autenticada do certificado emitido pelo Conselho Executivo das Normas- Padrão (CENP) ou por entidade equivalente, legalmente reconhecida como fiscalizadora e certificadora das condições técnicas de agências de propaganda;

II – Documento obtido no site do CENP ou de entidade equivalente na Internet, caso em que o Setor de Licitação verificará a validade do certificado no referido sítio.

15.12.1. Os documentos de habilitação deverão ser entregues à Comissão de Licitação pelas licitantes classificadas no julgamento final das Propostas Técnicas e de Preços, no dia, hora e local que serão estabelecidos em convocação específica para esse fim.

15.12.2. Após o recebimento dos documentos relativos à documentação de habilitação, poderá, a seu critério exclusivo, suspender a reunião a fim de que tenha melhores condições de analisar os documentos apresentados, divulgando posteriormente, através de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, o resultado da habilitação.

15.12.3. Os documentos de habilitação deverão ser entregues acondicionados no Invólucro nº 5, que deverá estar fechado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

Invólucro nº 5

Concorrência CREFITO-5 nº 90001/2026

(Nome empresarial e CNPJ da Licitante)

Documentos de Habilitação

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 280.000,08, anual, conforme apostos na tabela, constante no subitem 1.1 deste Termo de Referência.



17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.2.2. A sanção prevista no inciso I do item 17.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.2.3. A sanção prevista no inciso II do item 17.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2.4. A sanção prevista no inciso III do item 17.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Conselho, pelo prazo de 3 (três) anos.

17.2.5. A sanção prevista no inciso IV do item 17.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas



infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 17.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.2.6. A sanção estabelecida no inciso IV do item 17.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

17.2.7. I. quando aplicada pelo Conselho, será de competência exclusiva do Presidente do CREFITO-5.

17.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 17.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

17.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 17.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 17.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 17.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. São obrigações da Contratante:

18.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Contrato e seus anexos;

18.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

18.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

18.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

18.1.5. Comunicar à Contratada a permissão de emissão de Nota Fiscal/Fatura referente ao objeto recebido definitivamente, para fins de liquidação e pagamento.

18.1.6. Comunicar à Contratada para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

18.1.7. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

18.1.8. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato, motivadas pela



inexecução total ou parcial do mesmo;

18.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial do Conselho para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

18.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias;

18.1.11. Havendo garantia de execução, notificar os emitentes das mesmas quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

18.1.12. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

19.1.1. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

19.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal Técnico ou Gestor do Contrato ou Autoridade Superior (art. 137, II da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

19.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal Técnico do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

19.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Contratada ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

19.1.5. Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do Contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

19.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a Nota Fiscal/Fatura para fins de pagamento, os seguintes documentos: Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), a Certidão Negativa de Débitos Estaduais e a Certidão Negativa de Débitos Municipais;

19.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante e não poderá onerar o objeto do Contrato;

19.1.8. Comunicar ao Fiscal Técnico do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que interfira na execução do objeto contratual;



19.1.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

19.1.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

19.1.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

19.1.12. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação exigidas na Concorrência que deu origem a este ajuste, incluída a certificação de qualificação técnica de funcionamento de que tratam o artigo 4º e seu parágrafo primeiro da Lei 12.232/2010.

19.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133/2021);

19.1.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal Técnico do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

19.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

19.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

19.1.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do Contrato;

19.1.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

19.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

19.1.20. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

19.1.21. Realizar, com seus próprios recursos ou, quando necessário, mediante a intermediação na contratação de fornecedores nos termos do Contrato, todos os serviços relacionados com o objeto deste instrumento, de acordo com as especificações estipuladas pelo CREFITO-5;

19.1.22. Utilizar os profissionais indicados para fins de comprovação da capacidade de atendimento (Proposta Técnica da Concorrência que deu origem a este ajuste) na elaboração dos serviços objeto do Contrato, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente



ou superior, desde que previamente aprovada pelo CREFITO-5.

19.1.23. Envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores e veículos e transferir ao CREFITO-5 as vantagens obtidas.

19.2. Pertencem ao CREFITO-5 as vantagens obtidas em negociação de compra de mídia diretamente ou por intermédio da Contratada, incluídos os eventuais descontos e as bonificações na forma de tempo, espaço ou reaplicações que tenham sido concedidos por veículos de divulgação.

19.3. O disposto no subitem anterior não abrange os planos de incentivo eventualmente concedidos por veículos à Contratada, nos termos do artigo 18 da Lei 12.232/2010.

19.4. O desconto de antecipação de pagamento será igualmente transferido ao CREFITO-5, caso este venha a saldar compromisso antes do prazo estipulado.

19.5. A Contratada não poderá, em nenhum caso, sobrepor os planos de incentivo aos interesses do CREFITO-5, preterindo veículos de divulgação que não os concedam ou priorizando os que os ofereçam, devendo sempre conduzir-se na orientação da escolha desses veículos de acordo com pesquisas e dados técnicos comprovados.

19.6. O desrespeito ao disposto no subitem anterior constituirá grave violação aos deveres contratuais por parte da Contratada e a submeterá a processo administrativo em que, comprovado o comportamento injustificado, implicará a aplicação das sanções previstas no Contrato.

19.7. Negociar sempre as melhores condições de preço, até os percentuais máximos constantes dos subitens referentes aos direitos patrimoniais sobre trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos de autor e conexos e aos direitos patrimoniais sobre obras consagradas, nos casos de reutilização de peças publicitárias do CREFITO-5.

19.8. Observar a seguintes condições para o fornecimento de bens ou serviços especializados ao CREFITO-5:

- a) fazer cotações prévias de preços para todos os serviços a serem prestados por fornecedores;
- b) apresentar, no mínimo, 03 (três) cotações coletadas entre fornecedores cadastrados que atuem no mercado do ramo do fornecimento pretendido;
- c) exigir do fornecedor que constem da cotação os produtos ou serviços que a compõem, seus preços unitários e total e, sempre que necessário, o detalhamento de suas especificações;
- d) a cotação deverá ser apresentada no original, em papel timbrado, com a identificação do fornecedor (nome completo, CNPJ ou CPF, endereço, telefone, entre outros dados) e a identificação (nome completo, cargo na empresa, RG e CPF) e assinatura do responsável pela cotação;
- e) juntamente com a cotação deverão ser apresentados comprovantes de que o fornecedor está inscrito e em atividade, CNPJ ou no CPF e no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se for o caso, relativos ao seu domicílio ou sede, pertinentes a seu ramo de atividade e compatíveis com os serviços a ser fornecido;
- f) a Contratada, após recebimento de cada processo de pagamento pelo CREFITO-5, fica obrigada, no prazo de 7 (sete) dias úteis, a apresentar comprovante de pagamento referente aos serviços de fornecedores executados em prol do objeto do Contrato.

19.9. Submeter a contratação de fornecedores, para a execução de serviços objeto do Contrato, à



prévia e expressa anuência do CREFITO-5.

19.10. É vedada a cotação prévia de preços para o fornecimento de bens ou serviços especializados de empresas em que:

- a) um mesmo sócio ou cotista participe de mais de uma empresa fornecedora em um mesmo procedimento;
- b) dirigente ou empregado da Contratada tenha participação societária ou vínculo comercial ou de parentesco até o terceiro grau.

19.11. Obter a aprovação prévia do CREFITO-5, por escrito, para autorizar despesas com bens e serviços especializados prestados por fornecedores, veiculação e qualquer outra relacionada com o Contrato.

19.12. A Contratada só poderá reservar e comprar espaço ou tempo publicitário de veículos, por ordem e conta do CREFITO-5, se previamente a identificar e tiver sido por ela expressamente autorizada.

19.13. Apresentar ao CREFITO-5 para aprovação do Plano de Mídia de cada campanha ou ação, relação dos meios, praças e veículos dos quais será possível e dos quais se revela impossível obter o relatório de checagem de veiculação a cargo de empresa independente, para fins do disposto no 19.8 e as justificativas que demonstrem tal impossibilidade, com o fim de atender ao disposto no artigo 15 da Lei 12.232/2010.

19.14. Apresentar ao CREFITO-5 como alternativa ao subitem anterior, estudo prévio sobre os meios, praças e veículos dos quais será possível e dos quais se revela impossível obter o relatório de checagem de veiculação a cargo de empresa independente, para fins do disposto no 19.13 e as justificativas que demonstrem tal impossibilidade, com o fim de atender ao disposto no artigo 15 da Lei 12.232/2010.

19.15. O estudo de que trata o subitem anterior deve levar em conta os meios, praças e veículos habitualmente programados nos esforços de comunicação ao CREFITO-5, com vistas à realização de negociação global entre as partes sobre o que seja oneroso e o que seja suportável para a Contratada.

19.16. O resultado da negociação global entre as partes prevista no subitem anterior vigorará para os planos de mídia que vierem a ser aprovados em até 6 (seis) meses da data de assinatura do Contrato.

19.17. Os serviços de aferição e auditoria de mídia serão de responsabilidade da Contratada, devendo ser apresentado sob forma de Relatório de Checagem de Veiculação, não gerando quaisquer ônus para o CREFITO-5. Devendo, na impossibilidade, apresentar uma declaração de que efetivamente foi veiculado nas mídias, sob as penas da lei.

19.18. Se fato superveniente alterar significativamente as análises e conclusões do estudo mencionado no subitem, o CREFITO-5 solicitará novo estudo à Contratada e, em decorrência, poderá efetuar nova negociação global e determinar seu novo período de vigência.

19.19. Encaminhar imediatamente após a produção dos serviços, para constituir o acervo do CREFITO-5, sem ônus para esta:

- a) TV e Cinema: cópias em Betacam e/ou arquivos digitais;
- b) Internet: cópias em arquivos digitais;
- c) Rádio: cópias em arquivos digitais;
- d) Mídia impressa e material publicitário: cópias digitais.



19.20. Manter, durante o período de 05 (cinco) anos, após a extinção do Contrato, acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados, compreendendo as peças e ou material produzidos.

19.21. Orientar a produção e a impressão das peças gráficas aprovadas pelo CREFITO-5.

19.22. O material a ser utilizado na distribuição só será definido após sua aprovação pelo CREFITO-5 e sua reprodução dar-se-á a partir das peças mencionadas no subitem 19.19.

19.23. Entregar ao CREFITO-5, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, relatório das despesas de produção e veiculação autorizadas no mês anterior e relatório dos serviços em andamento, estes com os dados mais relevantes para avaliação de seu estágio.

19.24. Tomar providências, imediatamente em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação do CREFITO-5, respeitadas as obrigações contratuais já assumidas com fornecedores e veículos e os honorários da Contratada pelos serviços realizados até a data dessas ocorrências, desde que não causadas pela própria Contratada ou por fornecedores e veículos por ela contratados.

19.25. Não divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto do Contrato, que envolvam o nome do CREFITO-5, sem sua prévia e expressa autorização.

19.26. Prestar esclarecimentos ao CREFITO-5 sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que envolvam a Contratada, independentemente de solicitação.

19.27. Não caucionar ou utilizar o Contrato como garantia para qualquer operação financeira.

19.28. Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infração a que houver dado causa, bem assim, quando for o caso, a legislação estrangeira com relação a trabalhos realizados ou distribuídos no exterior.

19.29. Cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação a empregados de fornecedores contratados.

19.30. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.

19.31. Apresentar, quando solicitado pelo CREFITO-5, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

19.32. Executar todos os Contratos, tácitos ou expressos, firmados com fornecedores e veículos, bem como responder por todos os efeitos desses Contratos perante seus signatários e o próprio CREFITO-5.

19.33. Manter, por si, por seus prepostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação do CREFITO-5.

19.34. Responder por qualquer ação judicial movida por terceiros com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais, relacionadas com os serviços objeto do Contrato.

19.35. A Contratada guiar-se-á pelo Código de Ética dos Profissionais de Propaganda e pelas normas correlatas, com o objetivo de produzir publicidade que esteja de acordo com o Código de Defesa do Consumidor e demais leis vigentes a moral e os bons costumes.

19.36. São obrigações da Contratada, além do listado nesta cláusula, todas as condições previstas no Termo de Referência, independentemente de transcrição.

20. DIREITOS AUTORAIS

20.1. A Contratada cede ao CREFITO-5 os direitos patrimoniais do autor das ideias (incluídos os



estudos, análises e planos), campanhas, peças e materiais publicitários, de sua propriedade, de seus empregados ou prepostos, concebidos e criados em decorrência deste Contrato.

20.2. O valor dessa cessão é considerado incluído nas modalidades de remuneração definidas neste Contrato.

20.3. O CREFITO-5 poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos diretamente ou através de terceiros, durante a vigência deste Contrato, sem que lhe caiba qualquer ônus perante a Contratada, seus empregados, prepostos ou fornecedores.

20.4. Com vistas às contratações para a execução de serviços que envolvam direitos de autor e conexos, a Contratada solicitará dos fornecedores, quando determinada pelo CREFITO-5, orçamentos que prevejam a cessão dos respectivos direitos patrimoniais pelo prazo definido pelo mesmo.

20.5. A Contratada utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos de autor e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão e condicionará a contratação ao estabelecimento, no ato de cessão, orçamento ou Contrato, de cláusulas em que o fornecedor garanta a cessão pelo prazo definido pelo CREFITO-5, em cada caso e se declare ciente e de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

20.5.1. Na reutilização de peças por período igual ao inicialmente ajustado, o percentual a ser pago pela Contratante em relação ao valor original dos direitos patrimoniais de autor e conexos será de no máximo 100% (cem por cento). Para a reutilização por períodos inferiores, o percentual máximo será obtido pela regra de três simples.

20.5.2. O valor inicialmente contratado poderá ser reajustado tendo como parâmetros básicos os preços vigentes no mercado, aplicando-se, em tal caso, no máximo, a variação do índice adotado pelo CREFITO-5 desde que decorrido pelo menos um ano da cessão original dos direitos.

20.5.3. Na reutilização de peças por período igual ao inicialmente ajustado, o percentual em relação ao valor original da cessão de uso de obras consagradas incorporadas a essas peças, a ser pago pela Contratante aos detentores dos direitos patrimoniais de autor e conexos dessas obras, será de no máximo 100 % (cem por cento). Para a reutilização por períodos inferiores, o percentual máximo será obtido pela regra de três simples.

20.5.4. Quando da reutilização de quaisquer peças publicitárias, o valor a ser pago pelo CREFITO-5 será negociado caso a caso, tendo como parâmetros básicos e qualidade e os preços praticados no mercado, obedecidos os percentuais máximos definidos neste Contrato.

20.6. Qualquer remuneração devida em decorrência da cessão dos direitos patrimoniais de autor e conexos será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

20.7. A Contratada se obriga a fazer constar, em destaque, os preços dos cachês, os de cessão de direito de uso de obras consagradas, incorporadas à peça e os de cessão dos demais direitos patrimoniais de autor e conexos, nos orçamentos de produção aprovados pelo CREFITO-5, após os procedimentos previstos no subitem 19.8.

20.8. A Contratada se obriga a fazer constar dos respectivos ajustes, que vier a celebrar com fornecedores nos casos de tomadas de imagens, que não impliquem direitos de imagem e som de voz, cláusulas escritas estabelecendo:

20.8.1. a cessão dos direitos patrimoniais do autor desse material ao CREFITO-5, que poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados da data do pagamento dos serviços, pela Contratada ao fornecedor, sem que caiba ao CREFITO-5 qualquer ônus adicional perante os cedentes desses direitos;

20.8.2. que, em decorrência da cessão prevista no inciso anterior, o CREFITO-5 poderá solicitar



cópia de imagens contidas no material bruto produzido, em mídia compatível com seu uso e destinação, por intermédio da Contratada ou de outra empresa com que venha a manter Contrato para prestação de serviços;

20.8.3. que qualquer remuneração devida em decorrência da cessão referida nos incisos anteriores será considerada como já incluída no custo de produção.

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados na rubrica: 6.2.2.1.1.01.04.04.018 – Serviços de Divulgação Institucional.

21.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do Plano de Contratação Anual correspondente, mediante apostilamento.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. É facultada ao Setor de Licitação, em qualquer fase desta concorrência, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente das propostas técnica e de preço ou dos documentos de habilitação.

22.2. O Setor de Licitação deverá adotar os cuidados necessários para preservar o sigilo quanto à autoria da via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária, até a avaliação da proposta técnica pela Subcomissão Técnica.

22.3. O Setor de Licitação, por solicitação expressa da Subcomissão Técnica, poderá proceder à vistoria das instalações e da aparelhagem que as agências classificadas no julgamento das propostas técnicas disponibilizarão para a realização dos serviços objeto desta concorrência.

22.3.1. O Setor de Licitação deverá adotar os cuidados necessários para preservar o sigilo quanto à autoria da via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária, até a avaliação da proposta técnica pela Subcomissão Técnica.

22.4. Até a assinatura dos contratos, a licitante vencedora poderá ser desclassificada ou inabilitada se o CREFITO-5 tiver conhecimento de fato desabonador a suas classificações ou habilitações conhecidas após o julgamento de cada fase.

22.4.1. Se ocorrer a desclassificação ou a inabilitação de licitante vencedora por fatos de acordo com o Edital, o CREFITO-5 poderá convocar as licitantes remanescentes por ordem de classificação ou revogar esta concorrência.

22.5. Os profissionais indicados para fins de comprovação da capacidade de atendimento (proposta técnica) deverão participar da elaboração dos serviços objeto deste Edital, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante comunicação formal ao CREFITO-5.

22.6. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

22.7. Se houver indícios de conluio entre as licitantes ou de qualquer outro ato de má fé, o CREFITO-5 comunicará os fatos verificados à Procuradoria-Geral da União, para as providências devidas.

22.8. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se a autora às sanções legais e administrativas aplicáveis, conforme dispõe a Lei nº 14.133, de 2021.

22.9. Qualquer tentativa de uma licitante influenciar o Setor de Licitação no processo de



Crefito5

Conselho Regional
de **Fisioterapia**
e **Terapia Ocupacional**

julgamento das propostas resultará na sua desclassificação.

22.10. Mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, esta concorrência será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento e poderá ser revogada, em qualquer de suas fases, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

22.11. Correrão por conta do CREFITO-5 às despesas que incidirem sobre a formalização do contrato, aí incluídas as decorrentes de sua publicação, que deverá ser efetivada em extrato, no Diário Oficial da União.

22.12. As questões suscitadas por este Edital que não puderem ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Federal de Porto Alegre/RS.



ANEXO II BRIEFING PARA LICITAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

1. SÍNTESE HISTÓRICA INSTITUCIONAL

- 1.1. O Conselho Regional o que fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais têm na saúde e bem-estar da população. Para alcançar este objetivo, a visibilidade na grande mídia é crucial.
- 1.2. Em 1969, foi promulgado o Decreto-Lei nº 938, de 13 de outubro, regulamentando as profissões de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
- 1.3. Em 1975, foram instituídos o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacionais – CREFITOS, através da Lei nº 6.316. Cumprindo com sua competência normativa, dois anos depois, o COFFITO publicou a primeira versão do Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia e Terapia Ocupacional, por meio da Resolução nº 10.
- 1.4. No Rio Grande do Sul, a primeira turma de Fisioterapia foi formada em 1979 pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, e a primeira turma de Terapia Ocupacional em 1983, pelo então Instituto Por Alegre - IPA.
- 1.5. Na década de 1980, o COFFITO era composto por uma estrutura reduzida, contando com apenas três regionais: o CREFITO-1, com sede em Recife, que abrangia as regiões Norte e Nordeste; o CREFITO-2, no Rio de Janeiro, responsável pela região central do país; e o CREFITO-3, com jurisdição em São Paulo e nas regiões Sul. Devido à dificuldade de contato com os profissionais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, surgiu a necessidade de desmembrar o CREFITO-3, criando um novo regional para atender exclusivamente esses estados.
- 1.6. Em 1985, o CREFITO-5 foi formalizado pela Resolução nº 54, com sede inicial no IPA, com competência territorial sobre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
- 1.7. Em 1995, o CREFITO-5 adquiriu sua primeira sede própria na Avenida Palmeira e, em 1997, sediou a primeira reunião do Sistema COFFITO/CREFITOS.
- 1.8. Em 2001, foi inaugurada a Secretaria Regional de Santa Catarina.
- 1.9. Em 2004 houve o desmembramento do CREFITO-5, com a criação do CREFITO-10, tendo este assumido o atendimento territorial do Estado de Santa Catarina. Ficou o CREFITO-5 com a abrangência do Estado do Rio Grande do Sul.
- 1.10. Em 2007, foi inaugurada a primeira seccional do CREFITO-5 em Santa Maria, em 2009, a segunda seccional, em Caxias do Sul, e, em 2025, a terceira seccional, em Pelotas.

2. HISTÓRICO DE GESTÕES DO CREFITO-5

- 2.1. **Período 1986-1988:** Presidente: Dra. Maria Tereza Baraúna da Costa; Vice-presidente: Dra. Sonia Aparecida Manacero; Secretária: Dra. Eliana Maria Dantas Anjos; Tesoureira: Dra. Maria de Fátima Fernandes Dellamea. (Dra. Maria Tereza renunciou, e uma nova diretoria assumiu para concluir o mandato).
- 2.2. **Período 1988-1990:** Presidente: Dra. Sonia Aparecida Manacero; Vice-presidente: Dra. Eliana Maria Anjos Furtado; Secretária: Dra. Ana Lúcia Soares; Tesoureira: Dra. Maria de Fátima Dellamea Franco.
- 2.3. **Período 1990-1994:** Presidente: Dr. Fernando Antônio de Mello Prati; Vice-presidentes: Dra. Viviane Mello Dresch e Dra. Kátia Beidacki; Diretor-secretário: Dr. Jadir Camargo Lemos; Diretora-tesoureira: Dra. Maria Teresa Dresch da Silveira.
- 2.4. **Período 1994-1998:** Presidente: Dr. Fernando Antônio de Mello Prati; Vice-presidente: Dr.



Marcelo Krás Borges; Diretora-secretária: Dra. Adriana Luisa Oliveira Ramos; Diretora-tesoureira: Dra. Maria Teresa Dresch da Silveira.

2.5. **Período 1998-2002:** Presidente: Dr. Fernando Antônio de Mello Prati; Vice-presidente: Dr. Domingos Diácoli; Diretor-secretário: Dra. Lenise Hetzel; Diretora-tesoureira: Dra. Maria Teresa Dresch da Silveira.

2.6. **Período 2002-2006:** Presidente: Dra. Maria Teresa Dresch da Silveira; Vice-presidente: Dr. Arnaldo Luiz Seixas Valentim; Diretora-secretária: Nair Paim; Diretoras-tesoureiras: Dra. Lenise Hetzel e Dra. Paula Fióri.

2.7. **Período 2010-2014:** Presidente: Dr. Alexandre Doval da Costa; Vice-presidente: Dra. Tania Cristina Malezan Fleig; Diretora-secretária: Dra. Mirtha Zenker; Diretora-tesoureira: Dra. Luciana Gaelzer Wertheimer.

2.8. **Período 2014-2018:** Presidente: Dr. Fernando Antônio de Mello Prati; Vice-presidente: Dra. Lenise Hetzel; Diretora-secretária: Dra. Mônica Paula Thomé; Diretor-tesoureiro: Dr. Cesar Abs de Agosto.

2.9. **Período 2018-2022:** Presidente: Dr. Jadir Camargo Lemos; Vice-presidente: Dr. Glademir Schwingel; Diretora-secretária: Dra. Vera Elaine Marques Maciel; Diretor-tesoureiro: Dra. Vera Terezinha Ramos Leonardi.

2.10. **Período 2023-2027:** Presidente: Dr. Eduardo Freitas da Rosa; Vice-presidente: Dra. Bruna Maziero Rodrigues; Diretor-secretário: Dr. Gustavo Andrade Martins; Diretor-tesoureiro: Dr. Éder Marcolin.

3. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO CREFITO-5: RELAÇÕES COM A SOCIEDADE E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

3.1. **Missão:** Promover, regulamentar e fiscalizar o exercício das profissões de Fisioterapia e Terapia Ocupacional no Rio Grande do Sul, assegurando a qualidade dos serviços prestados à população e protegendo os interesses da sociedade. O CREFITO-5 atua na valorização e no desenvolvimento contínuo das profissões, fortalecendo o impacto positivo na saúde e no bem-estar da comunidade.

3.2. **Visão:** Ser referência regional e nacional na defesa e promoção das profissões de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, contribuindo para o reconhecimento de sua importância na sociedade. Através de uma gestão inovadora e de alto compromisso ético, busca-se ampliar a visibilidade e o alcance do CREFITO-5, consolidando seu papel na melhoria da qualidade de vida da população.

3.3. Valores:

I - Ética e transparência: Atuar com integridade e transparência em todas as ações e decisões.

II - Compromisso com a qualidade: Garantir serviços profissionais de excelência para a sociedade.

III - Valorização profissional: Promover o desenvolvimento e o reconhecimento das profissões de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

IV - Responsabilidade social: Contribuir para a saúde e o bem-estar da população, além de começar a implementar questões sustentáveis.

V - Inovação e adaptabilidade: Buscar continuamente soluções e estratégias para atender as demandas em constante transformação do setor de saúde.

4. A GESTÃO

4.1. A gestão do CREFITO-5 é marcada pela proximidade e acessibilidade, com o compromisso de reduzir o distanciamento entre o Conselho e os profissionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

4.2. Focada em ser acessível e presente, a gestão criou canais de comunicação direta para ouvir e



entender as necessidades da categoria, valorizando uma escuta ativa que transforma as demandas dos profissionais em ações concretas.

4.3. Esse contato constante reforça a confiança e o relacionamento com o Conselho, garantindo que o CREFITO-5 seja mais do que um órgão regulador, mas uma verdadeira ponte para soluções.

4.4. A modernização e agilidade são também pilares centrais da gestão, que busca implementar processos mais rápidos e soluções inovadoras, tornando o Conselho mais eficiente e alinhado com as inovações do setor. Além disso, a valorização profissional é prioridade: a gestão trabalha para expandir o reconhecimento e a autonomia dos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, reforçando a importância dessas profissões na sociedade.

4.5. A atuação da gestão é orientada pela transformação e inovação, sempre em busca de avanços políticos, administrativos e tecnológicos que tragam benefícios diretos para as profissões e para os profissionais. Com ética, transparência e responsabilidade, a gestão dedica-se a prestar contas das suas atividades e conquistas, fortalecendo a confiança dos profissionais na instituição.

4.6. O diálogo contínuo e construtivo é uma marca dessa administração, que se mantém aberta a sugestões e críticas, incentivando uma gestão colaborativa e participativa. Além disso, a gestão se empenha em consolidar a presença institucional do CREFITO-5 em diversos ambientes de trabalho e espaços de decisão, garantindo que a representação da Fisioterapia e Terapia Ocupacional seja forte e influente.

4.7. Essas características refletem o compromisso da gestão em transformar o CREFITO-5 em um órgão atuante, próximo e relevante, focado em construir um futuro sólido e inovador para as profissões e em atender, com excelência, às necessidades dos profissionais e da sociedade.

5. ASSUNTOS DE INTERESSE DO CREFITO-5:

5.1. São assuntos de interesse institucional:

- I - Valorização profissional e expansão do reconhecimento dos seus campos de atuação;
- II - Fiscalização educativa e aproximação com profissionais;
- III - Modernização e inovação de processos;
- IV - Comunicação acessível e proximidade com a categoria;
- V - Transparência e responsabilidade na gestão;
- VI - Representação e presença institucional.

6. O PROBLEMA DE COMUNICAÇÃO:

6.1. A proposta é promover o CREFITO-5 no Rio Grande do Sul, ampliando sua visibilidade e presença junto à sociedade como um todo, além dos órgãos governamentais, concedendo-lhe o devido peso e reconhecimento. Além dos benefícios diretos, a participação na mídia aproxima o CREFITO-5 da sociedade, reforçando a importância de contar com profissionais qualificados da Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

6.2. Por um lado, observa-se um aumento na presença do CREFITO nos meios de comunicação e no alcance orgânico da sua mensagem; por outro, percebe-se a necessidade de reforçar para a sociedade o papel central do profissional da Fisioterapia e Terapia Ocupacional na saúde, qualidade de vida e produtividade da população. Profissionais que cuidam, reabilitam, enfrentam desafios e ensinam. Com a conscientização da sociedade sobre a importância desses profissionais, empresas e indústrias para a segurança e qualidade dos processos e, paralelamente, o fortalecimento do setor para a economia nacional, estabelece-se uma base para uma valorização sólida e duradoura.

6.3. As campanhas realizadas até agora focaram em áreas específicas e na valorização do



profissional. Neste novo contexto, a ênfase precisa ser na urgência de reconhecer a Fisioterapia e a Terapia Ocupacional como pilares essenciais para o desenvolvimento do país e da economia.

6.4. Mais do que apenas o entendimento da necessidade de fiscalização e presença desses profissionais em processos de saúde e bem-estar, é crucial que se compreenda a presença e importância desses profissionais em tudo que envolve qualidade de vida – desde a ergonomia no ambiente de trabalho até o atendimento especializado e o desenvolvimento de políticas de saúde pública.

6.5. Nesse contexto, torna-se necessária a veiculação de uma campanha publicitária institucional durante todo o mês de outubro, na cidade de Porto Alegre, por meio de mídia exterior (outdoor), em pontos de alta visibilidade e grande fluxo urbano, com exibição contínua ao longo de 30 dias. A ação visa ampliar o alcance da mensagem junto à sociedade e reforçar o posicionamento institucional do CREFITO-5, garantindo presença estratégica no espaço urbano. Para assegurar impacto compatível com os objetivos propostos, estima-se uma verba adequada entre R\$ 35.000,00 e R\$ 50.000,00, valor alinhado ao padrão de mercado para locação mensal de outdoor em áreas estratégicas da capital.

6.6. Assim, é indispensável que a Fisioterapia e a Terapia Ocupacional sejam reconhecidas como áreas fundamentais para a construção de uma sociedade saudável e produtiva, onde o bem-estar da população e o desenvolvimento econômico caminham juntos.

7. PÚBLICO-ALVO:

7.1. Prioritário: Sociedade em geral e profissionais e estudantes de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

7.2. Secundário: Imprensa, formadores de opinião e poder público.



ANEXO III MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CREFITO-5

(usar papel timbrado da pessoa jurídica proponente)

A pessoa jurídica _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nº __, estabelecida na Rua/Av. __, nº __, bairro __, Município de __, CEP __, por meio de seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Concorrência Pública nº __, declara, sob as penas da lei, que, na vigência do contrato, adotaremos os seguintes preços para os serviços descritos e firmamos as seguintes declarações:

1. PREÇOS DOS SERVIÇOS

1.1. Declaramos que, na vigência do contrato decorrente desta concorrência, cobraremos do CREFITO-5 em conformidade com o previsto neste edital e Termo de Referência:

- I - DESCONTO de _____ a ser concedido ao CREFITO-5, sobre os custos internos dos serviços executados pela licitante, baseados nos valores previstos na tabela referencial de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Rio Grande do Sul.
- II - HONORÁRIOS de _____, incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da licitante referentes à produção e à execução técnica de peça e/ou material cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação;
- III - HONORÁRIOS de _____, incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da licitante, referentes ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes ao objeto do contrato;
- IV - HONORÁRIOS de _____, incidentes sobre os custos dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da licitante, referentes à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações, em consonância com novas tecnologias.

1.2. Declaramos, também, que:

- I - Na elaboração desta proposta levamos em consideração todas as despesas necessárias à plena execução dos serviços, tais como de pessoal e administração, e todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.) incidentes sobre os serviços objeto desta licitação, em valores brutos, nada sendo lícito pleitear a esse título;
- II - A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta;
- III - Não nos assistirá o direito de pleitear, na vigência do contrato a ser firmado, nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- IV - O prazo de validade desta proposta de preço é de no mínimo 90 (noventa) dias corridos,



contados de sua apresentação;

V - Confirmamos a disponibilidade de equipamentos e equipe técnica necessária à execução dos serviços. No caso de adjudicação do objeto licitado, concordamos em assinar o Contrato no prazo estabelecido pelo Crefito-5;

VI - Relativamente às veiculações, a agência fará jus ao desconto-padrão concedido pelos veículos de divulgação, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre a mídia, em conformidade com o art. 11 da Lei nº 4.680/1965, regulamentado pelo Decreto nº 57.690/1966, bem como o disposto na Lei nº 12.232/2010.

2. OUTRAS DECLARAÇÕES

2.1. Estamos cientes e de acordo com as disposições alusivas a direitos autorais estabelecidas no Edital e no contrato.

2.2. Comprometemo-nos a envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores de serviços especializados e a veículos de comunicação e de divulgação, transferindo ao CREFITO-5 as vantagens obtidas.

2.3. Garantimos o pagamento integral dos valores devidos aos fornecedores de serviços especializados e aos veículos de comunicação e de divulgação, após a liquidação das despesas e o pagamento a cargo do CREFITO-5.

2.4. Estamos cientes de que o CREFITO-5 procederá à retenção de tributos e contribuições nas situações previstas em lei.

2.5. Esta proposta de preço está sendo apresentada em conformidade com o Edital desta concorrência.

2.6. Caso sejamos declarados vencedores, as informações indicadas para assinatura do instrumento contratual:

I - Nome completo do representante legal:

II - Cargo/qualificação:

III - CPF/identidade:

IV - Telefone com DDD:

V - E-mail:

VI - Dados bancários da pessoa jurídica:

a) Banco:

b) Agência:

c) Conta:

Porto Alegre/RS, _____.

Razão Social da Proponente

Nome do Representante legal

(assinatura)



ANEXO IV DECLARAÇÕES DE HABILITAÇÃO

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CREFITO-5

(usar papel timbrado da pessoa jurídica proponente)

A pessoa jurídica _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nº __, estabelecida na Rua/Av. __, nº __, bairro __, Município de __, CEP __, por meio de seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Concorrência Pública nº __, declara, sob as penas da lei:

1. Que não possui, na sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos arts. 1º, III e IV, e 5º, III, da Constituição Federal;
2. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal. Ressalva: caso empregue menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, assinalar ().
3. Que as propostas apresentadas para participar desta Concorrência foram elaboradas de maneira independente e que o conteúdo dessas propostas não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante, potencial ou de fato, desta Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
4. Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
6. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Porto Alegre/RS, _____.

Razão Social da Proponente
Nome do Representante legal
(assinatura)



Crefito5

Conselho Regional
de Fisioterapia
e Terapia Ocupacional

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CREFITO-5

(usar papel timbrado da pessoa jurídica proponente)

A pessoa jurídica _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nº __, estabelecida na Rua/Av. __, nº __, bairro __, Município de __, CEP __, por meio de seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Concorrência Pública nº __, declara, sob as penas da lei: por meio de seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Concorrência Pública nº __, que se enquadra na categoria de Microempresa – ME () ou Empresa de Pequeno Porte – EPP (), na forma da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Porto Alegre/RS, _____.

Razão Social da Proponente

Nome do Representante legal

(assinatura)



ANEXO VI
PLANILHA DE AVALIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

QUESITO 1 - Plano de Comunicação Publicitária:

Subquesto 1 - Raciocínio Básico (10 pontos):

Atributo	Justificativa	Avaliador
A acuidade demonstrada na análise das características e especificidades do CREFITO-5 e do contexto de sua atuação considerando as disposições do Edital.		
A pertinência dos aspectos relevantes e significativos apresentados, relativos às necessidades de comunicação publicitária identificadas.		
A assertividade demonstrada na análise do desafio de comunicação a ser superado pelo CREFITO-5 e no entendimento dos objetivos de comunicação estabelecidos no briefing.		

0

Subquesto 2 - Estratégia de Comunicação Publicitária (20 pontos):

Atributo	Justificativa	Avaliador
A adequação do partido temático e do conceito à natureza e às atividades do CREFITO-5, bem como ao desafio e aos objetivos de comunicação.		
A consistência da argumentação em defesa do partido temático e do conceito.		
As possibilidades de interpretações positivas do conceito para a comunicação publicitária do CREFITO-5 com seus públicos.		
A consistência técnica dos pontos centrais da Estratégia de Comunicação Publicitária proposta.		
A capacidade da licitante de articular os conhecimentos sobre o CREFITO-5, o desafio e os objetivos de comunicação estabelecidos no Briefing, incluindo sua verba referencial.		

0

Subquesto 3 - Ideia Criativa (25 pontos):



Atributo	Justificativa	Avaliador
Alinhamento da campanha com a Estratégia de Comunicação Publicitária.		
Pertinência da solução criativa com a natureza do CREFITO-5, com o desafio e com os objetivos de comunicação estabelecidos no briefing.		
Compatibilidade das peças publicitárias com os meios e veículos de divulgação a que se destinam.		
Originalidade da solução criativa e a multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta.		
Originalidade da solução criativa e a multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta - até 04 (quatro) pontos.		
Clareza e precisão das mensagens e a adequação da linguagem com os públicos- alvo.		

0

Subquesto 4 - Estratégia de Mídia e Não Mídia (20 pontos):

Atributo	Justificativa	Avaliador
Adequação da Estratégia de Mídia e Não Mídia com as características da ação publicitária, com a verba referencial para investimento, o desafio e os objetivos de comunicação estabelecidos no Briefing.		
Consistência técnica demonstrada na proposição e defesa da estratégia, da tática e do plano de mídia.		
Consistência do conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação dos segmentos de públicos-alvo da campanha publicitária.		
Adequação da proposta no uso dos recursos próprios de comunicação do CREFITO-5 e seu alinhamento com a Estratégia de Mídia e Não Mídia.		



Grau de eficiência e a economicidade na utilização da verba referencial para investimento, demonstrados na simulação dos parâmetros de cobertura e frequência.		
--	--	--

0

QUESITO 2 Capacidade de Atendimento – 10 pontos:

Atributo	Justificativa	Avaliador
O porte e a tradição dos clientes, como anunciantes publicitários, e o período de atendimento a cada um - até 7,5 (sete e meio) pontos.		
A experiência dos profissionais da licitante em atividades publicitárias e a adequação das quantificações e qualificações desses profissionais às necessidades de comunicação publicitária do CREFITO-5 - até cinco pontos.		
A funcionalidade do relacionamento operacional entre o CREFITO-5 e a licitante - até 0,50 ponto.		
A relevância e utilidade das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia que a licitante colocará regularmente à disposição do Contratante - até 03 (três) pontos.		

0

QUESITO 3 - Repertório – 05 pontos:

Atributo	Justificativa	Avaliador
A originalidade da solução criativa e sua adequação à natureza do cliente, ao público-alvo e ao desafio de comunicação.		
A clareza e precisão das mensagens e a adequação da linguagem às características dos meios e públicos-alvo.		
A qualidade da produção, da execução e do acabamento das peças.		

0



Quesito 4 – Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação – 04 pontos:

Atributo	Justificativa	Avaliador
A evidência de planejamento estratégico por parte da licitante na proposição da solução publicitária, a demonstração de que a solução publicitária contribuiu para o alcance dos objetivos de comunicação do cliente.		
Complexidade do desafio de comunicação apresentado no Relato e a relevância dos resultados obtidos		
O encadeamento lógico da exposição do Relato pela licitante.		

0

Total: _____



ANEXO VII MINUTA DO CONTRATO

Processo Administrativo nº 200/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE FAZEM ENTRE SI O CREFITO-5, E A EMPRESA XXXXXX

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região – CREFITO-5, com sede na Av. Palmeira, nº 27, conjunto nº 403, bairro Petrópolis, Município de Porto Alegre/RS, CEP 97.470-300, inscrito(a) no CNPJ/MF nº 90.601.147/0001-20, neste ato representado pelo Presidente Eduardo Freitas da Rosa, nomeado pela Ata da Reunião Plenária nº 339, de 27 de outubro de 2023, publicada no DOU de 1º de novembro de 2023, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) XXXX, inscrito(a) no CNPJ/MF nº XXXXX, sediado(a) na Av. XXXXXX, no Município de XXXXX doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por XXXXX, XXX, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, ficando as partes sujeitas à Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010 e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e seus regulamentos, os preceitos de direito público e supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, além dos elementos que instruem o Processo Administrativo nº 200/2025, ao qual se refere a contratação, e das cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda para o CREFITO-5, nas condições estabelecidas no Edital de Concorrência nº 90001/2026 e proposta da CONTRATADA, observados os documentos que instruem o processo administrativo originário:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL GLOBAL
1	Contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda.	892	Meses	12	R\$ xxxx	R\$ xxxxx

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I - Edital e seus anexos da Concorrência nº 90001/2026, oriundo do Processo Administrativo nº 200/2025;
- II - A proposta da CONTRATADA;
- III - As disposições da Lei nº 12.232, de 2010, e demais legislação pertinente as contratações públicas.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO



2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto deverão observar as disposições do Edital e seus anexos da Concorrência nº 90001/2026.

3.2. O regime de execução contratual a ser adotado é o de empreitada por preço unitário e a depender da campanha e em tratativas entre as partes, os prazos serão formalmente estabelecidos em comum acordo.

3.3. Caso não seja possível a execução do serviço até a data assinalada, a Contratada deverá comunicar as razões respectivas imediatamente para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.4. A execução contratual observará os procedimentos descritos abaixo:

As partes elaborarão um cronograma anual do trabalho a ser realizado pela Contratada, contendo as etapas dos serviços a serem prestados, os prazos para cada etapa e os responsáveis pela execução;

I - A qualquer momento o cronograma poderá ser revisto de acordo com a necessidade do CONTRATANTE;

II - Os serviços serão prestados de acordo com os padrões exigidos no Edital e seus anexos;

III - A contratada submeterá ao CONTRATANTE, para aprovação, todos os materiais elaborados na execução dos serviços;

IV - O CONTRATANTE terá o prazo de 03 (três) dias úteis para aprovar ou reprová-los os materiais;

V - Na hipótese de reprovação dos materiais, o CONTRATANTE deverá apresentar à Contratada as razões da reprovação e as sugestões de correção;

VI - A CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para corrigir os materiais e submetê-los novamente à aprovação do CONTRATANTE.

3.5. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.6. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.7. As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.8. O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.9. Após a assinatura do contrato, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà



informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

3.11. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas e planejadas no procedimento administrativo, de modo a assegurar os melhores resultados para o CONTRATANTE;

3.12. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

3.13. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução dos serviços, determinando prazo para a correção;

3.14. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

3.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

3.16. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;

3.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

3.18. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.19. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

3.20. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores



objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, relacionado as atividades econômicas da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ XXXX (XXXXXX), conforme proposta comercial da Contratada, discriminando da seguinte forma:

I - DESCONTO de XXXX (XXXXXX) a ser concedido ao CREFITO-5, sobre os custos internos dos serviços executados pela licitante, baseados nos valores previstos na tabela referencial de preços do Sindicato das Agências de Propaganda no Rio Grande do Sul;

II - HONORÁRIOS de XXXX (XXXXXX), incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da licitante, referentes à produção e à execução técnica de peça e/ou material cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação;

III - HONORÁRIOS de XXXX (XXXXXX), incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da licitante, referentes ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes ao objeto do contrato;

IV - HONORÁRIOS de XXXX (XXXXXX), incidentes sobre os custos dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da licitante, referentes à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações, em consonância com novas tecnologias.

5.2. Relativamente às veiculações, a CONTRATADA fará jus ao desconto-padrão concedido pelos veículos de divulgação, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o preço de tabela ou sobre o preço negociado, o que for menor, em conformidade com o art. 11 da Lei nº 4.680, de 1965, regulamentado pelo Decreto nº 57.690, de 1966, bem como o disposto na Lei nº 12.232, de 2010.

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas,



previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, manutenções e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, no que se referir à CONTRATADA.

5.4. O aceite dos serviços prestados por força dessa contratação será feito mediante ateste das Notas Fiscais, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência anexado ao Edital.

6.2. A agência contratada deverá emitir sua própria nota fiscal em nome do CONTRATANTE, discriminando seus honorários e comissões, além dos serviços de terceiros, para ser liquidada e paga pelo CONTRATANTE diretamente à CONTRATADA.

6.3. Deverão ser deduzidas as retenções tributárias devidas, ficando a CONTRATADA responsável pela apropriação de sua própria remuneração e pelo repasse da parte devida aos fornecedores de serviços especializados e aos veículos de divulgação, caso em que deverá ser discriminado na nota fiscal a(s) razão social(ais), CNPJ e valores de cada prestador de serviço para a devida retenção.

6.4. O pagamento será processado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário, na data do vencimento, após o recebimento definitivo pelo Gestor do Contrato do CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais pertinentes e considerando os dados bancários indicados pela CONTRATADA.

6.5. Para o pagamento pelos serviços previamente autorizados pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar:

- I - a correspondente nota fiscal, que será emitida sem rasura, legível, da qual constará o número do contrato e as informações para crédito bancário, bem como toda a documentação fiscal que demonstre a regularidade fiscal;
- II - a primeira via do documento fiscal do fornecedor ou do veículo de divulgação;
- III - os documentos de comprovação da veiculação, da execução dos serviços e, quando for o caso, do comprovante de sua entrega.

6.6. Os documentos de cobrança e demais informações necessárias à comprovação da execução e entrega dos serviços, para o pagamento de despesas deverão ser encaminhados pela CONTRATADA ao CONTRATANTE.

6.7. O Gestor e o Fiscal do Contrato somente atestarão a prestação dos serviços e liberarão os documentos para pagamento quando cumpridas pela CONTRATADA todas as condições pactuadas.

6.8. O faturamento de despesas será precedido das seguintes providências a cargo da CONTRATADA:

- I - Serviços executados pela CONTRATADA:
 - a) intermediação e supervisão de serviços especializados prestados por fornecedores;
 - b) execução de serviços internos: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I e III do subitem 17.5 do Termo de Referência.



II - Serviços especializados prestados por fornecedores e veiculação:

- a) produção e execução técnica de peça e ou material, com apresentação dos documentos de cobrança;
- b) planejamento e execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes à execução do contrato: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I, II e III do subitem 17.5 do Termo de Referência;
- c) criação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias: apresentação dos documentos de cobrança;
- d) veiculação: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I, II e III do subitem 17.5 do Termo de Referência, da demonstração do valor devido ao veículo, da indicação dos descontos negociados, dos correspondentes pedidos de inserção e, sempre que possível, do respectivo relatório de checagem, a cargo de empresa independente, nos termos do inciso III do subitem 17.13 do Termo de Referência.

6.9. As despesas com distribuição de peças e material de não mídia executada por fornecedores de serviços especializados terão o tratamento previsto na alínea “a” do inciso II do subitem 17.8 do Termo de Referência.

6.10. Na ocorrência de falha local em uma programação em mídia eletrônica, além das providências previstas na alínea “d” do subitem 17.8 do Termo de Referência, a CONTRATADA deverá apresentar documento do veículo com a descrição da falha e do respectivo valor a ser abatido na liquidação.

6.11. Os preços de tabela de cada inserção e os descontos negociados, de que trata o artigo 15 da Lei 12.232/2010, serão conferidos pelo gestor/fiscal do contrato, por ocasião da apresentação do Plano de Mídia pela CONTRATADA ao COFFITO.

6.12. O pagamento das despesas será feito em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação dos documentos previstos nos subitens 17.5 e 17.8 do Termo de Referência.

6.13. No tocante à veiculação, além do previsto no Termo de Referência, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar, sem ônus para o CONTRATANTE, os seguintes comprovantes:

- a) revista: exemplar original;
- b) jornal: exemplar ou a página com o anúncio, da qual devem constar as informações sobre período ou data de circulação, nome do jornal e praça;
- c) demais meios: relatório de checagem de veiculação, a cargo de empresa independente, se não restar demonstrada nos termos contratuais, a impossibilidade de fazê-lo;

6.14. Nos casos em que restar demonstrada, nos termos contratuais, a impossibilidade de obter o relatório de checagem, a cargo de empresa independente, a CONTRATADA deverá apresentar:

I - TV, Rádio e Cinema: documento usualmente emitido pelo veículo (mapa ou comprovante de veiculação ou inserção ou irradiação e similares) e declaração de execução, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável



pela declaração, local, data, nome do programa (quando for o caso), dias e horário da veiculação. Como alternativa:

- a) a CONTRATADA poderá apresentar documento usualmente emitido pelo veículo (mapa ou comprovante de veiculação ou inserção ou irradiação e similares) em que figure a declaração prevista no inciso I deste subitem, na frente ou no verso desse documento, mediante impressão eletrônica ou carimbo, desde que essa declaração seja assinada e que esse documento composto contenha todas as informações previstas no inciso I deste subitem.
- b) a CONTRATADA poderá apresentar declaração de execução, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, emitida pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração, local, data, nome do programa (quando for o caso), dia e horário da veiculação.

II - Mídia Exterior:

- a) Mídia “Out Off Home”: relatório de exibição fornecido pela empresa que veiculou a peça, de que devem constar as fotos, período de veiculação, local e nome da campanha, datado e assinado, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração;
- b) Mídia Digital “Out Off Home”: relatório de exibição, datado e assinado, fornecido pela empresa que veiculou a peça, de que devem constar fotos por amostragem, identificação do local da veiculação, quantidade de inserções, nome da campanha, período de veiculação, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF. E assinatura do responsável pela declaração;
- c) Carro de Som: relatório de veiculação, datado e assinado, fornecido pela empresa que veiculou a peça, com relatório de fotos de todos os carros contratados, com imagem de fundo que comprove a cidade em que a ação foi realizada, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, firmada pela empresa que realizou a veiculação da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração;

III - Internet:

- a) relatório de ferramenta competente demonstrando as veiculações realizadas;
- b) para serviço de monitoramento, relatório mensal de uso da ferramenta;
- c) para veículos/plataformas digitais que disponibilizam compra direta, relatório extraído da respectiva plataforma do veículo, contendo dados de campanha, tipo de compra, período, peça, quantidade de entregas de acordo com o tipo de compra e data.

6.15. As formas de comprovação de veiculação em mídias não previstas nos itens anteriores serão estabelecidas formalmente pelo CONTRATANTE antes da aprovação do respectivo Plano de Mídia.

6.16. Caso se constate erro ou irregularidade na documentação de cobrança, o CONTRATANTE, a seu juízo, poderá devolvê-la para as devidas correções ou aceitá-la com a glosa da parte que considerar indevida.



- 6.17. Na hipótese de devolução, a documentação será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 6.18. O CONTRATANTE não pagará acréscimo por atraso de pagamento decorrente de fornecimento de serviços, por parte da CONTRATADA, com ausência total ou parcial da documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes do Contrato.
- 6.19. O CONTRATANTE não pagará compromisso assumido pela CONTRATADA, que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros.
- 6.20. Os pagamentos a fornecedores e veículos de divulgação por serviços prestados serão efetuados pela CONTRATADA, em até 15 (quinze) dias, após o recebimento da ordem bancária do CONTRATANTE pela agência bancária pagadora.
- 6.21. A CONTRATADA informará ao CONTRATANTE os pagamentos feitos a fornecedores e veículos, a cada ordem bancária de pagamento emitida pelo mesmo, e encaminhará relatórios até o décimo quinto dia de cada mês com a consolidação dos pagamentos efetuados no mês imediatamente anterior.
- 6.22. Os dados e formatos dos controles serão definidos pelo CONTRATANTE e os relatórios deverão conter pelo menos as seguintes informações: data de pagamento do COFFITO, data do pagamento da CONTRATADA, número da nota fiscal, valor pago e nome do favorecido.
- 6.23. O não cumprimento ou a falta de apresentação de justificativa plausível para o não pagamento no prazo estipulado poderá implicar a suspensão da liquidação das despesas da CONTRATADA, até que seja resolvida a pendência.
- 6.24. Caracterizada a inexecução contratual pelo CONTRATANTE poderá instituir procedimento alternativo de controle para efetuar os pagamentos mediante repasse, pela CONTRATADA, dos valores correspondentes aos fornecedores e veículos, em operações bancárias concomitantes.
- 6.25. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância pela CONTRATADA, de prazos de pagamento serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 6.26. O CONTRATANTE, na condição de fonte retentora, fará o desconto e o recolhimento dos tributos e contribuições a que esteja obrigado pela legislação vigente ou superveniente, referente aos pagamentos que efetuar.
- 6.27. Não será concedida antecipação de pagamento de créditos.
- 6.28. Será pago à CONTRATADA somente o valor dos serviços efetivamente prestados dentro do período em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato e da apresentação dos documentos pertinentes.
- 6.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.30. Despesas com deslocamento de profissionais da CONTRATADA, de seus representantes ou de fornecedores por ela contratados, serão de sua exclusiva responsabilidade. Eventuais exceções, no exclusivo interesse do CONTRATANTE, poderão vir a ser ressarcidas por seu valor líquido e sem cobrança de honorários pela CONTRATADA, desde que antecipadamente orçadas e aprovadas pelo CONTRATANTE.



6.31. Quando houver ressarcimento de despesas com deslocamento de profissionais da CONTRATADA, de seus representantes ou de fornecedores por ela contratados, deverão ser apresentados comprovantes de passagens, diárias, locação de veículos, entre outros, a fim de aferir a execução da despesa e assegurar seu pagamento pelo líquido, sem a incidência de honorários.

6.32. A CONTRATADA não fará jus a remuneração ou desconto de agência quando da utilização, pelo CONTRATANTE, de créditos que a esta tenham sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação, em qualquer ação publicitária pertinente a este contrato.

6.33. As formas de remuneração estabelecidas nesta Cláusula poderão ser renegociadas, no interesse do CONTRATANTE, quando da renovação ou da prorrogação do contrato.

6.34. Antes de cada pagamento à CONTRATADA será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no instrumento convocatório.

6.35. Será apurada a validade das seguintes certidões, devendo ser apresentadas condição negativa ou positiva com efeito de negativa:

- a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.36. Para prestação de serviços periódicos, a Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida(o) após o período de faturamento dos mesmos.

6.37. O pagamento das parcelas está condicionado à apresentação dos relatórios de medições, quando for o caso.

6.38. A emissão das Notas Fiscais/Faturas ou estará condicionada à aprovação formal dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo e dos Relatórios de Medições, quando for o caso, pelo Fiscal Técnico e pelo Gestor do Contrato.

6.39. O Fiscal e o Gestor do Contrato disporão de 02 (dois) dias úteis, após o recebimento dos serviços, para emitir os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, respectivamente, e autorizar a Contratada a emitir a Nota Fiscal/Fatura. Tão logo a Nota Fiscal/Fatura seja recebida, ambos deverão realizar o encaminhamento da mesma ao setor responsável pelo processamento do pagamento. Caso seja detectado qualquer erro, vício, defeito ou qualquer divergência na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida, ficando a cargo da Contratada a sua correção ou reposição, sendo suspenso o pagamento.



6.40. As Notas Fiscais/Faturas da Contratada deverão conter os valores unitários e descrições idênticas às apresentadas na Proposta Comercial, conforme estipulado na planilha apresentada no certame, prevalecendo, para efeitos de pagamento, o critério de arredondamento universal quando da ocorrência de frações de centavos.

6.41. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

6.42. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente. Caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF ou não seja possível realizar consulta direta aos órgãos emissores das certidões de regularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à aplicação de sanções administrativas, podendo culminar em rescisão contratual, nos autos do processo administrativo correspondente, por descumprimento de obrigações acessórias do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

6.43. Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.44. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

6.45. O pagamento somente será autorizado depois de emitido o Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato, referente à Nota Fiscal/Fatura apresentada(o), condicionado este ato à verificação da conformidade da mesma e dos documentos pertinentes.

6.46. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- I - não produziu os resultados acordados;
- II - deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- III - deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.47. 6.42 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, cuja apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, a incidir multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do mês de atraso e juros de mora, que serão calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês, ou 12% (doze por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100/365)$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor



das parcelas em atraso.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Após o interregno de um ano poderão os preços iniciais ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou por aquele que o venha futuramente substituir, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- II - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na formalização da demanda;
- III - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, sem ônus para o Contratante;
- IV - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- V - Requisitar à CONTRATADA a emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- VI - Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e na Proposta;
- VII - Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- VIII - Cientificar o setor de representação judicial do Conselho para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- IX - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, sobre o que a Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- X - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- XI - Comunicar a CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer



dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA ONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. A CONTRATADA deve cumprir tempestivamente todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I - Manter preposto aceito pelo CONTRATANTE no local do serviço para representá-lo na execução do contrato, sendo que a indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo a CONTRATADA designar outro para o exercício da função;

II - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II), prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, observando as normas regulamentares exigidas pela legislação e pelo empreendimento onde situado o local para a execução do objeto;

III - Alocar os empregados necessários e fazer empregar pessoal ao perfeito cumprimento deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais de equipamentos de proteção individual (EPI), equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

IV - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, sem ônus para o Contratante, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

V - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, inclusive de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, ficando passível de quitação ou amortização por desconto de pagamentos que ainda lhe forem devidos e sem prejuízo da execução da garantia, se e quando lhe forem imputáveis;

VI - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

VII - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

VIII - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação



específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;

IX - Responsabilizar-se pelas obrigações que assumir perante terceiros, inclusive como meio para a execução do objeto deste contrato, a qualquer título ou forma, isentado o CONTRATANTE de quaisquer ônus, a qualquer título e a qualquer tempo;

X - Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

XI - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

XII - Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

XIII - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;

XIV - Efetuar e manter a garantia contratual, nas condições dispostas neste instrumento;

XV - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

XVI - Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

XVII - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

XVIII - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

XIX - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

XX - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XXI - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

XXII - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD



10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, na forma prevista no Edital, conforme disposto no art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

11.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;
- II - Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- III - Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e
- IV - Obrigações de qualquer natureza não adimplidas pela CONTRATADA e que envolvam o objeto deste contrato, inclusive trabalhistas e previdenciárias quando couber.

11.6. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.7. Será considerada extinta a garantia:

- I - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATADA, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- II - No prazo de 03 (três) meses após o término da vigência, caso a CONTRATADA não comunique a ocorrência de sinistros.

11.8. De acordo com o art. 96 da Lei 14.133, de 2021, caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da



Economia;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

11.9. A caução em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATADA, em conta específica no Banco do Brasil, com correção monetária.

11.10. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo CONTRATANTE.

11.11. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do CONTRATANTE e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

11.12. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.13. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.14. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada; e

11.15.

11.16. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

11.17. No caso de alteração do valor contratado, por acréscimo ou supressão, a garantia de execução deverá ser atualizada, a fim de manter o percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado.

11.18. No caso de prorrogação da vigência do Contrato, a garantia deverá ser renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.19. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.20. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

11.21. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.22. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e obedecendo o princípio do contraditório, o CONTRATANTE recorrerá à garantia de execução citada a fim de se ressarcir dos prejuízos que lhes sejam causados pela CONTRATADA, com o intuito de reparar tais danos. A CONTRATADA ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia de execução no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após sua notificação.



11.23. Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo CONTRATANTE.

11.24. No caso de rescisão do Contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia de execução será executada para ressarcimento ao CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ele devidos, sujeitando-se, ainda, a CONTRATADA a outras penalidades.

11.25. A garantia de execução prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do CONTRATANTE e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente pelo índice da poupança.

11.26. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato.

11.27. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

11.28. A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.29. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, a presente contratação possui previsão de garantia contratual dos serviços a serem executados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- I - Descumprir ou der causa à inexecução parcial ou total do Contrato, inclusive se houver grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II - Ensejar o retardamento ou a inviabilidade parcial ou total da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- III - Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- IV - Praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- V - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VI - Praticar ato lesivo, inclusive o previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I - Advertência, quando der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “II”, “III” e “IV” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “V”, “VI”, “VII” e “VIII” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “II”, “III” e “IV”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

a) Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, sendo que o atraso superior a 30 dias autoriza o CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

b) Para a infração descrita na alínea “I” do subitem 12.1, a multa será de 05% a 10% do valor do Contrato.

c) Para infração descrita na alínea “II” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

d) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “III” do subitem 12.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.

e) Para infrações descritas na alínea “IV” do subitem 12.1, a multa será de 05% a 10% do valor do Contrato.

f) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “V” a “VIII” do subitem 12.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação do Contratado de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;



- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.11. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.12. A CONTRATADA deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Os débitos da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O Contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

13.2. O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos nos arts 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, bem como amigavelmente.

13.2.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa sem modificação restritiva das atividades econômicas vinculadas ao objeto deste Contrato, não ensejará a extinção da contratação.

13.3. O termo de extinção será precedido:

- I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III - Indenizações e multas.

13.4. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.5. O Contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos:
6.2.2.1.1.01.04.04.018 – Serviços de Divulgação Institucional.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 12.232, de 2010, complementarmente a Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.2. As informações sobre a execução deste contrato, com os nomes dos fornecedores de bens e



Crefito5

Conselho Regional
de Fisioterapia
e Terapia Ocupacional

serviços especializados e dos veículos de divulgação serão publicadas no site do Contratante no portal da transparência.

17.2.1. As informações sobre os valores pagos pelos bens e serviços especializados contratados, serão divulgadas pelos totais destinados para cada tipo de fornecedor e para cada meio de comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Porto Alegre/RS, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Porto Alegre/RS, xx de xxxx de 2026.

Eduardo Freitas da Rosa

Representante legal do CONTRATANTE

XXXXXXXXX

Representante legal do CONTRATADO